

Relatório & Contas

2018



EMEF – Empresa de Manutenção de Material Ferroviário, S.A.

N.º de tel. 211 027 700
Fax 213 578 875

Rua das Indústrias, 21
2700-460 Amadora

www.emef.pt
geral@emef.pt

Índice

Mensagem do Presidente	1
Síntese de Indicadores	2
Enquadramento do Ano	3
I. Relatório de atividade	8
1. Conjuntura Económica	8
2. Atividade desenvolvida	9
3. Desenvolvimento do Negócio	14
4. Análise Económica e Financeira	14
5. Investimentos	21
II. Cumprimento das Obrigações Legais	23
1. Objetivos de Gestão	23
2. Gestão do Risco Financeiro	23
3. Limite do Crescimento do Endividamento	24
4. Prazo médio de pagamentos e divulgação dos atrasos nos pagamentos	24
5. Cumprimento das recomendações do acionista	25
6. Remunerações	25
7. Estatuto do gestor público	26
8. Despesas não Documentadas ou Confidenciais	26
9. Relatório sobre Remunerações Pagas a Homens e Mulheres	27
10. Relatório Anual sobre Prevenção da Corrupção	27
11. Contratação Pública	27
12. Sistema Nacional de Compras Públicas	27
13. Medidas de redução de gastos operacionais	28
14. Princípio da Unidade de Tesouraria de Estado	29
15. Auditorias conduzidas pelo tribunal de contas	30
16. Informação divulgada no site do SEE	30
17. Sistematização da informação quanto ao cumprimento das orientações legais	31
III. Factos relevantes após o termo do período	32
IV. Proposta de aplicação dos resultados	33
Demonstrações Financeiras	34



Anexo	40
1. Identificação da entidade.....	40
2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras	40
3. Adoção pela primeira vez das NCRF- Divulgação Transitória	41
4. Principais políticas contabilísticas	42
5. Fluxos de caixa.....	55
6. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas, erros e reexpressões efetuadas.....	56
7. Ativos fixos tangíveis.....	57
8. Ativos intangíveis	59
9. Participações financeiras – método da equivalência patrimonial	60
10. Participações financeiras – outros métodos	61
11. Inventários	62
12. Clientes	66
13. Estado e outros entes públicos.....	68
14. Outros créditos a receber	69
15. Diferimentos	71
16. Capital subscrito.....	72
17. Outros instrumentos de capital próprio.....	72
18. Reservas legais	72
19. Outras reservas	73
20. Resultados transitados	73
21. Provisões	74
22. Financiamentos obtidos.....	75
23. Outras dívidas a pagar	76
24. Fornecedores.....	77
25. Vendas e serviços prestados.....	78
26. Subsídios à exploração.....	78
27. Ganhos/perdas imputadas de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	79
28. Variação nos Inventários da Produção.....	80

Índice

29.	Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	80
30.	Fornecimentos e serviços externos	81
31.	Gastos com o Pessoal	82
32.	Outros rendimentos	83
33.	Outros gastos	84
34.	Gastos/reversões de depreciação e de amortização	84
35.	Juros e gastos similares suportados	85
36.	Imposto sobre o rendimento do período	85
37.	Partes relacionadas	86
38.	Garantias e Avais	88
39.	Loções operacionais	88
40.	Matérias ambientais	88
41.	Outras Informações	90
42.	Acontecimentos após a data de balanço	91

[Handwritten signature]
4/1

Mensagem do Presidente

2018 foi um ano muito marcado pela falta de capacidade técnica e operacional da EMEF no sentido de assegurar a disponibilidade tempestiva do material circulante da CP e, também, de outros clientes. Como consequência, verificou-se um impacto negativo na disponibilidade do material circulante da CP, nosso acionista e principal cliente.

Tal situação verificou-se num quadro de responsabilidade acrescida pelas necessidades adicionais ao nível da recuperação de Material Circulante da CP fora de serviço há muitos anos, em congruência com o plano de trabalhos previstos no Plano 2020 para a Rede Ferroviária Nacional.

A escassez de recursos humanos qualificados e o necessário rejuvenescimento do quadro de pessoal estão na origem de tal situação. Dos diversos pedidos de recrutamento apresentados às tutelas apenas foram autorizados 102 trabalhadores, estritamente para a área da produção, e somente em final de julho de 2018. Concomitantemente, no decurso de 2018 verificou-se exatamente a saída do mesmo número de trabalhadores (102), a maior parte dos quais com carreiras contributivas longas, o que representou uma redução efetiva da capacidade operacional da Empresa. De notar que o prazo médio de formação in job dos trabalhadores admitidos, cujo processo ficou concluído em fevereiro do corrente ano, tem uma duração que varia entre os seis e os nove meses.

Não obstante as fortes restrições evidenciadas ao longo deste período, importa sublinhar o bom desempenho económico, como aliás o comprovam o volume de vendas, os resultados operacionais, os resultados líquidos, a solidez da estrutura financeira e os principais indicadores económicos e financeiros.

Atualmente, deparamo-nos com um desafio incontornável relacionado com a imprescindível recentragem das operações desenvolvidas pela EMEF para dentro do grupo CP, com o intuito de habilitar o seu cliente e acionista, à celebração dos contratos de prestação de serviços de manutenção e de reparação do seu material circulante, na modalidade "in-house". Esta circunstância, obrigou a gestão a conceber e a desenvolver soluções a nível do modelo empresarial EMEF que, impreterivelmente, deverão ser implementadas ao longo do primeiro semestre de 2019.

Terminamos, manifestando a todos os nossos stakeholders – acionista, trabalhadores, clientes, fornecedores, prestadores de serviço, instituições financeiras e outros - o empenho da EMEF na prossecução das soluções que permitam ultrapassar os problemas que têm condicionado a sua performance operacional e empresarial.



Síntese de Indicadores

Os resultados de atividade são expressos nos indicadores do quadro seguinte:

Indicadores

(milhares de euros)

Indicador	2018	2017	Δ%
Resultados			
Resultado Operacional	8 393	8 452	-1%
Rendimentos Operacionais	74 513	75 093	-1%
Gastos Operacionais	66 120	66 641	-1%
EBITDA*	9 271	9 445	-2%
Resultado Líquido	6 363	5 921	7%
Negócio			
Volume de Negócios	69 270	72 071	-4%
VAB	35 823	38 082	-6%
VAB per capita	36	37	-2%
Investimentos			
Investimentos	735	514	43%
Recursos Humanos			
Efectivo Final do Exercício	1 031	1 036	0%
Efectivo Médio	1 000	1 039	-4%

* Inclui rescisões por mútuo acordo e perdas por imparidade e exclui provisões

Enquadramento do Ano

1. Preparação da constituição do ACE entre a EMEF e a Medway

No decurso de 2018, a EMEF e a Medway, SA encetaram negociações com vista à constituição de um Agrupamento Complementar de Empresas (ACE) dedicado à manutenção de vagões da frota Medway, SA, em resultado do propósito da Medway de internalizar a manutenção da sua frota de vagões. No seguimento das negociações acima referidas, em 22.11.2018, as mesmas partes celebraram um Protocolo, mediante o qual aprovaram os documentos contratuais que suportam a constituição do mesmo ACE, designadamente o Plano de Negócios, os Estatutos do ACE e as relações recíprocas entre o ACE e as Partes. Posteriormente, correspondendo a uma decisão da MEDWAY de internalizar no imediato a atividade de manutenção e reparação de vagões (sem o ACE), a EMEF assegurará esta transição de forma progressiva e controlada, precavendo a existência de eventuais interrupções ou fatores de conflitualidade de qualquer ordem nesta fase.

2. Preparação da autonomização da atividade de manutenção do Metro do Porto

No decurso de 2018 a EMEF procedeu às diligências necessárias para a separação da sua unidade de negócio dedicada à manutenção do material circulante da Metro do Porto, SA, sita em Guifões. Procedeu-se à elaboração dos estudos económico-financeiros e demais documentos de suporte à tomada de decisão nesta matéria, designadamente minutas de Estatutos e Contrato de Transmissão de Estabelecimento, prevendo-se assim recorrer à criação de uma unidade empresarial autónoma integrada no mesmo Grupo societário, dedicada à manutenção e reparação dos veículos integrantes da frota de material circulante do Metro do Porto.

3. Alteração da composição do Conselho de Administração

A CP – Comboios de Portugal E.P.E decidiu alterar os estatutos da EMEF – Empresa de Manutenção de Equipamento Ferroviário, S.A., bem como a composição do seu Conselho de Administração, que passa a ser composto pelos mesmos Membros do Conselho de Administração da CP - Comboios de Portugal E.P.E, a seguir indicados: Presidente - Carlos Gomes Nogueira, Vogais - Ana Maria dos Santos Malhó e Sérgio Abrantes Machado.

4. Autorização governamental de 102 admissões

Tendo em vista o cumprimento das obrigações contratuais assumidas, foi possível obter autorização governamental para o recrutamento de 102 trabalhadores na EMEF. De julho até ao final de 2018 foi



desenvolvido o processo de recrutamento e seleção de novos trabalhadores, tendo como objetivo assegurar quer a continuidade da atividade da empresa com as garantias de qualidade e segurança essenciais ao transporte ferroviário, quer o seu rejuvenescimento, procurando assim, manter o 'know-how' fruto da experiência adquirida ao longo dos anos.

5. Manutenção do material circulante do Metro do Porto

Desde abril de 2018, a manutenção da frota do Metro do Porto passou a ser prestada ao cliente Via Porto, subconcessionária para a manutenção do material circulante da Metro do Porto para o período de 2018 a 2024.

6. Revisão dos 960.000 Km de 32 veículos Eurotram do Metro do Porto – 2º lote

A EMEF participou no concurso lançado pela Metro do Porto para a prestação de serviços de revisão dos 960.000 Km de 32 veículos da frota Eurotram (2º lote), no valor de cerca de 8,5M € e com uma duração de 36 meses, apresentando uma proposta de prestação de serviços que resultou vencedora do concurso.

7. Ajustamento na estrutura organizativa da UMER

Decorrente das análises e diligências efetuadas à adequação do modelo de negócio da EMEF introduziram-se os seguintes ajustamentos na estrutura organizativa da Unidade de Mercadorias (UMER):

- Desanexação da Oficina de apoio e reparação de acidentes da UMER passando esta a integrar a Unidade de Rotáveis (UROT);
- Desanexação da Oficina de Material de Via da UMER passando esta a integrar o Parque Oficial Centro (POC).

A EMEF EM 2018

Janeiro



A EMEF, através da sua Direção de Engenharia, participou na realização dos ensaios estruturais estáticos de uma carruagem protótipo, de produção Colway, que irá operar no Egito, em parceria com um conjunto de entidades nacionais e internacionais, nomeadamente a B. Veritas, o ISQ, a EMC e a Colway.

Os ensaios tiveram como objetivo demonstrar o cumprimento dos requisitos estruturais estabelecidos nas normas internacionais UIC 566 e EN 12663.

Para os ensaios referidos, que contaram com a participação ativa e know-how ferroviário da EMEF, a carruagem foi instrumentada, nomeadamente com recurso a extensometria, para registo on-line das microdeformações e monitorização das adaptações que a mesma vai “sofrendo” durante todo o processo de ensaios.



A EMEF – Empresa de Manutenção de Equipamento Ferroviário, SA, assinalou em 30 de janeiro de 2018, o 25º aniversário de início de atividade.

Nestes vinte cinco anos as mudanças têm sido muitas e constantes, num percurso de evolução e melhoria contínua das nossas capacidades técnicas, naquilo que fazemos, no modo como nos organizamos, nos instrumentos disponíveis e, sobretudo, nos nossos trabalhadores.

Tal como no ano anterior, realizaram-se confraternizações em todos os órgãos da Empresa para celebrar esse percurso, onde estiveram presentes os trabalhadores da EMEF, de norte a sul do país.

A celebração dos 25 anos, foi um convívio marcado pela boa-disposição geral.

Março

Cientes dos desafios colocados pelo Mercado e pela Regulamentação, o Sistema de Gestão da Qualidade Ambiente e Segurança da EMEF, continuou a desenvolver-se de modo articulado com as restantes funções para possibilitar a integração de aspetos relevantes comuns, como é o caso do Sistema de Gestão de

Recursos Humanos conforme norma NP 4427, tal como dos requisitos regulamentares, aplicáveis às oficinas de Manutenção de Material Circulante Ferroviário (vagões), no âmbito da certificação de Entidades Responsáveis pela Manutenção.

Na sequência da realização de auditorias pela APCER, a EMEF renovou a certificação do seu Sistema de Gestão da Qualidade, de acordo com a Norma NP EN ISO 9001:2008, assim como a certificação do seu Sistema de Recursos Humanos, de acordo com a Norma NP 4427:2004.



Maio



Em maio, o projeto “Oficina Digital” em desenvolvimento na EMEF, assente em tecnologia Neptune Software, foi apresentado por uma equipa dos Sistemas de Informação num evento que decorreu no Parque das Nações, em Lisboa.

Esta apresentação do projeto, decorreu do convite feito pela Neptune Software Portugal, subsidiária de uma empresa tecnológica norueguesa, que detém uma solução para o desenvolvimento de aplicações em dispositivos móveis (smartphones e tablets), que comunicam com o sistema SAP.

As aplicações desenvolvidas irão permitir a consulta e criação de notas de manutenção, de montagem e de desmontagem de equipamentos e a criação de documentos de medição, através de dispositivos móveis, aumentando, desse modo, a eficiência dos seus processos de manutenção.



Nos dias 18 e 19 de maio, realizou-se em Rio Maior o XXII Challenger Nersant, uma prova de desporto aventura em ambiente de convívio e salutar competitividade, que contou com a participação de 18 equipas, com cerca de 100 colaboradores de empresas da região do Ribatejo. O arranque foi marcado pela presença da atleta olímpica, Inês Henriques, detentora do recorde mundial nos 50 quilómetros marcha.

O evento, organizado anualmente pela Nersant, é composto por diversas provas de desportos radicais e atividades de estratégia, promovendo o desenvolvimento do espírito de equipa, a liderança e a gestão do tempo, valores fundamentais no mundo dos negócios.

Durante os dois dias de competição, a equipa da EMEF, realizou atividades de outdoor baseadas nos conceitos de team building, reforçando o espírito de equipa entre os membros participantes.

Julho



A EMEF participou como orador nas Jornadas de Desencarceramento, que se realizaram em Valadares, através da apresentação “A EMEF em contexto de Socorro Ferroviário”, no âmbito do 103º aniversário dos Bombeiros Voluntários de Valadares.

O convite à participação neste evento, pretendeu dar a conhecer qual o papel da EMEF em caso de acidente ferroviário no ponto de vista do socorro, ou seja, quais os meios que a EMEF dispõe para estas situações, assim como a forma de trabalhar num teatro de operações em conjunto com os bombeiros.

A EMEF, respondeu ao convite endereçado pelo Subchefe do Corpo de Bombeiros de Valadares e fez uma apresentação sobre a temática do serviço de emergência prestado pela Empresa.

Outubro



Integrada nas Jornadas Europeias do Património 2018 (JEP), este ano subordinadas ao tema “Partilhar memórias”, realizou-se em outubro, uma visita guiada às oficinas do Barreiro.

As JEP são uma iniciativa anual do Conselho da Europa e da Direção Geral do Património Cultural, que pretende sensibilizar os cidadãos da Europa para a valorização das relações entre as pessoas e as comunidades, os lugares e a sua história e a importância da partilha de memórias culturais e patrimoniais entre as diferentes gerações e comunidades, através de um conjunto de iniciativas culturais cuja concretização passa necessariamente pela associação com múltiplas entidades, tanto públicas como privadas.

Na oficina da EMEF, a visita acompanhada por pessoal técnico, permitiu conhecer o ambiente oficial ferroviário em que se processam as reparações e manutenções do material circulante.

[Handwritten signature and initials in blue ink]

I. Relatório de atividade

1. Conjuntura Económica

No horizonte 2018-2021, de acordo com as projeções do Banco de Portugal, a economia portuguesa deverá prosseguir uma trajetória de crescimento da atividade, embora em desaceleração. O perfil projetado corresponde a uma fase de maturação do ciclo económico, em que o hiato do produto, após um valor aproximadamente nulo em 2017, será positivo nos anos seguintes, e o crescimento deverá convergir gradualmente para o potencial.

As projeções para o crescimento do PIB em Portugal encontram-se globalmente alinhadas com as publicadas para o conjunto da área do euro pelo Banco Central Europeu, no âmbito do exercício de projeção do Eurosistema de dezembro de 2018. Neste quadro, o grau de sincronização cíclica na área do euro mantém-se em níveis elevados.

Cenário Macroeconómico 2018-2021

(Projeções do Banco de Portugal)

(%)

	Taxa de Variação			
	2018 ^(P)	2019 ^(P)	2020 ^(P)	2021 ^(P)
Produto Interno Bruto	2,1	1,8	1,7	1,6
Consumo Privado	2,3	2,0	1,8	1,6
Consumo Público	0,7	0,1	0,0	0,2
Contributo para o crescimento do PIB (em p.p.)				
Procura Interna	1,2	1,2	1,0	1,0
Exportações	0,9	0,7	0,7	0,6
Índice Harmonizado de Preços no Consumidor	1,4	1,4	1,5	1,6

Fonte: Boletim Económico - dezembro de 2018, Banco de Portugal

(P) Projetado

2. Atividade desenvolvida

A atividade de prestação de serviços desenvolvida pela EMEF continuou a caracterizar-se por uma oferta de manutenção integral das frotas dos seus Clientes, abrangendo três segmentos principais:

- a reparação e a modernização de veículos ferroviários, e dos seus componentes e equipamentos, segmento com características predominantes de produção industrial;
- a manutenção corrente do material circulante, com características de resposta orientada para suporte direto à operação ferroviária dos operadores, tendo associados níveis de serviço para cada tipo de operação, nomeadamente disponibilidade e fiabilidade;
- a reabilitação de material circulante.

Complementarmente à sua atividade principal, a Empresa assegurou ainda:

- o serviço de prevenção permanente para intervenções de emergência envolvendo o material circulante e as operações de socorro em linha, sempre que necessário;
- a realização de ensaios de calibração em equipamentos de monitorização e medição, quer para utilização interna quer para clientes externos;
- a realização de análises de óleos, lubrificantes e isolantes, para caracterização do seu estado e o dos equipamentos que lubrifica, quer utilizados na manutenção efetuada pela EMEF, quer para clientes externos.

Os acontecimentos dignos de registo em cada um dos segmentos de intervenção da empresa são seguidamente apresentados.

Reparação e Modernização

Este segmento de atividade continuou a ser desenvolvida nos Parques Oficiais Norte, Centro e Sul, bem como nas unidades UMER e UROT cujos estabelecimentos oficiais se localizam em Contumil, Entroncamento e Barreiro.

O seu âmbito continuou a integrar os tipos de reparações programadas no material motor e rebocado de passageiros (reparações tipo R), no material rebocado de mercadorias (reparações de segurança – RS e RSP) e nos equipamentos (reparações gerais - RG e reparações intermédias - RI). Para além destas, estão também envolvidas outras reparações por causas imprevistas ou acidentais sobre os veículos ferroviários (reparações por avaria - RAV e reparações por acidente - RAC) e ainda modificações/modernizações no material circulante de acordo com o pedido específico dos clientes.

Continuaram a realizar-se as intervenções de meia-vida - R1 aos CPA4000, concretizando-se as entregas das quarta, quinta e sexta unidades: o CPA4003 em maio e os CPA4004 e CPA4010 em setembro e dezembro, respetivamente.

O plano de reparações para o Cliente CP em 2018 sofreu uma redução relativamente às necessidades planeadas por aquele cliente em virtude das dificuldades de contratação de mão de obra que se verificaram e que se mantiveram ao longo do ano.

No que se refere às reparações de material motor e rebocado de passageiros, durante o ano concluíram-se 12 intervenções de grande reparação (R) à frota do Cliente CP (2 em carruagens, 4 em automotoras elétricas, 1 em locomotivas diesel e 5 em automotoras diesel), 2 Rs a automotoras 592 para o cliente RENFE e 1 R numa locomotiva diesel para o cliente MEDWAY.

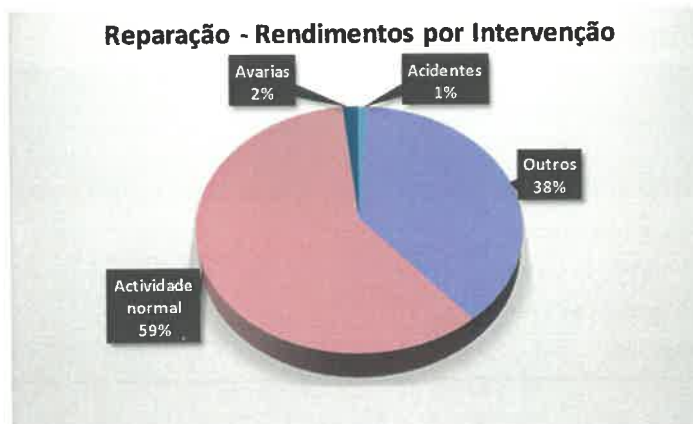
Quanto às reparações programadas da frota de vagões do Cliente MEDWAY realizaram-se apenas 307 RSP dos 486 planeados, tendo ainda sido realizados mais 31 RSP a vagões de outros clientes.

Em 2018 concluímos o contrato de prestação de serviços relativos à revisão geral dos 960.000 km em 40 veículos da frota Eurotram da Metro do Porto, realizando-se as 19 intervenções em falta.

No seu conjunto, o segmento da reparação permitiu à Empresa realizar, em 2018, rendimentos de 33.634 milhares de euros, o que correspondeu a 48,6% do valor de rendimentos globais da Empresa e decréscimo de 10% relativamente a 2017.



Handwritten signature and initials.



Reabilitação

Neste domínio, não existiram intervenções relevantes a assinalar.

Manutenção

Esta atividade continuou a ser desenvolvida nos Parques Oficiais e na Unidade de Manutenção de Alta Velocidade abrangendo os estabelecimentos oficiais localizados no Norte (Contumil, Guifões, Sernada do Vouga e Mirandela), no Centro (Entroncamento) e no Sul (Barreiro, Poceirão, Vila Real de Santo António, Campolide, Santa Apolónia e Oeiras).

O objetivo desta atividade centrou-se no cumprimento dos programas de manutenção constantes dos contratos específicos da frota/segmento de mercado, de cada cliente: CP, Medway, Metro do Porto e RENFE.

Estes programas foram genericamente cumpridos para todas as frotas com manutenção contratada, tendo-se obtido, por segmento de mercado, os valores médios de disponibilidade e de fiabilidade constantes dos quadros a seguir apresentados, ponderados, no caso da disponibilidade, pela quilometragem realizada pelas diferentes séries de material circulante.

Os valores agora alcançados são genericamente inferiores aos conseguidos nos anos anteriores, em virtude das dificuldades sentidas na prestação de serviço devido à escassez de mão de obra, em resultado das dificuldades de contratação que se verificaram ao longo do ano e das novas regras de aposentação, que originaram a saída de um número significativo de efetivos, alguns dos quais altamente especializados.

Disponibilidade

Segmento do Mercado	Disponibilidade Média Anual (taxa dos dias em que é cumprida ou superada a quantidade de unidades a disponibilizar em todos os flashes horários de contagem)
Alfa e Intercidades	70%
Suburbanos Lisboa	42%
Suburbanos Porto	100%
Regional	59%

Fiabilidade

Segmento do Mercado	Fiabilidade Anual (quilometragem média entre incidentes devidos ao material circulante)
Alfa e Intercidades	470 000
Suburbanos Lisboa	65 000
Suburbanos Porto	198 000
Regional	49 000

Em simultâneo, manteve-se a prestação de serviços de manutenção aos comboios sazonais Miradouro e Históricos, de via larga e de via estreita, produto do acionista CP com forte impacto na sua imagem.

Este segmento gerou rendimentos de 35.578 milhares de euros em 2018, o que correspondeu a 51,4% do valor de rendimentos globais da Empresa, representando um acréscimo de 4% quando comparado com o período homólogo do ano anterior.



[Handwritten signature]



Engenharia, inovação e desenvolvimento

Em 2018 a atividade de Engenharia manteve o foco nas especificações de compra de materiais (atualização de nomenclaturas) e na revisão da documentação de suporte à manutenção do material circulante.

Permaneceu o esforço de elaboração, atualização e disponibilização da informação técnica, em suporte único acessível a toda a empresa, contribuindo assim para a otimização e uniformização dos processos.

Em paralelo foram também iniciados/prosseguídos estudos destinados a suportar projetos de remodelação em preparação, alguns destinados à adaptação de material circulante às exigências atuais decorrentes da evolução do mercado e da responsabilidade social e legal inerente ao serviço de transporte público ferroviário, outros destinados a ultrapassar problemas técnicos que afetam a fiabilidade, disponibilidade e custo de manutenção de algumas séries.

Foi assegurada a interlocução de caráter técnico com as entidades de supervisão do sistema ferroviário, bem como a participação em vários fóruns técnicos no âmbito ferroviário, nomeadamente o grupo de implementação de ETI's, promovido pelo IMT, e as reuniões das CTE9 e CT143 promovidas pela APNCF.

Manteve-se a participação da EMEF, na qualidade de terceira parte ligada à CP, que por sua vez integra o consórcio EUROOC, na componente WP6 do projeto IMPCT2 do programa europeu Shift2rail designada por "Smart Maintenance".

Na área de Metalurgia, Soldadura e Ensaios não Destrutivos foi dada continuidade às ações de qualificação de soldadores e de formação em ensaios não destrutivos.

Com o apoio técnico e coordenação da Direção de Engenharia da EMEF, foram concluídos com sucesso, no início de 2018, os trabalhos de ensaio de verificação da capacidade estrutural de uma caixa de carruagem fabricada pela Colway em Cartagena e que deverá vir a operar no Egito.

3. Desenvolvimento do Negócio

Merecem especial destaque as seguintes ações no âmbito da contratação:

- Relativamente ao principal cliente e acionista (CP) foram prorrogados os contratos de manutenção global;
- Contratação da EMEF pela subconcessionária para a manutenção do material circulante da Metro do Porto desde abril de 2018 – Via Porto;
- Foi celebrado novo contrato de manutenção de automotoras diesel com a RENFE;
- Participação da EMEF no concurso lançado pela Metro do Porto para a prestação de serviços de revisão dos 960.000 Km de 32 veículos da frota Eurotram (2º lote), no valor de cerca de 8,5M €, e com uma duração de 36 meses, apresentando uma proposta de prestação de serviços que resultou vencedora do concurso.

4. Análise Económica e Financeira

Resultado Operacional

A EMEF em 2018 teve um ligeiro decréscimo do seu Resultado Operacional, com uma variação de -59 milhares de euros relativamente ao ano transato, justificada por um decréscimo dos rendimentos operacionais da empresa, acompanhado pelo decréscimo proporcional dos gastos operacionais.



Resultado Operacional (milhares de euros)

	2018	2017	Δ%
Rendimentos Operacionais	74 513	75 093	-1%
Vendas e Serviços Prestados	69 270	72 071	-4%
Rendimentos Suplementares	1 174	1 153	2%
Variações Invent. Produção	-57	-33	-74%
Restantes Rendimentos	4 126	1 901	117%
Gastos Operacionais	66 120	66 641	-1%
C. Merc.Vend. e Mat.Consumidas	18 853	20 139	-6%
Subcontratos	5 984	5 404	11%
Outros Forn. e Serv. Externos	9 730	9 566	2%
Gastos com Pessoal s/ rescisões	27 647	26 665	4%
Rescisões mútuo acordo	474	389	22%
Gastos/Reversões depr. Amortizações	847	974	-13%
Restantes Gastos	2 583	3 505	-26%
Resultado Operacional	8 393	8 452	-1%

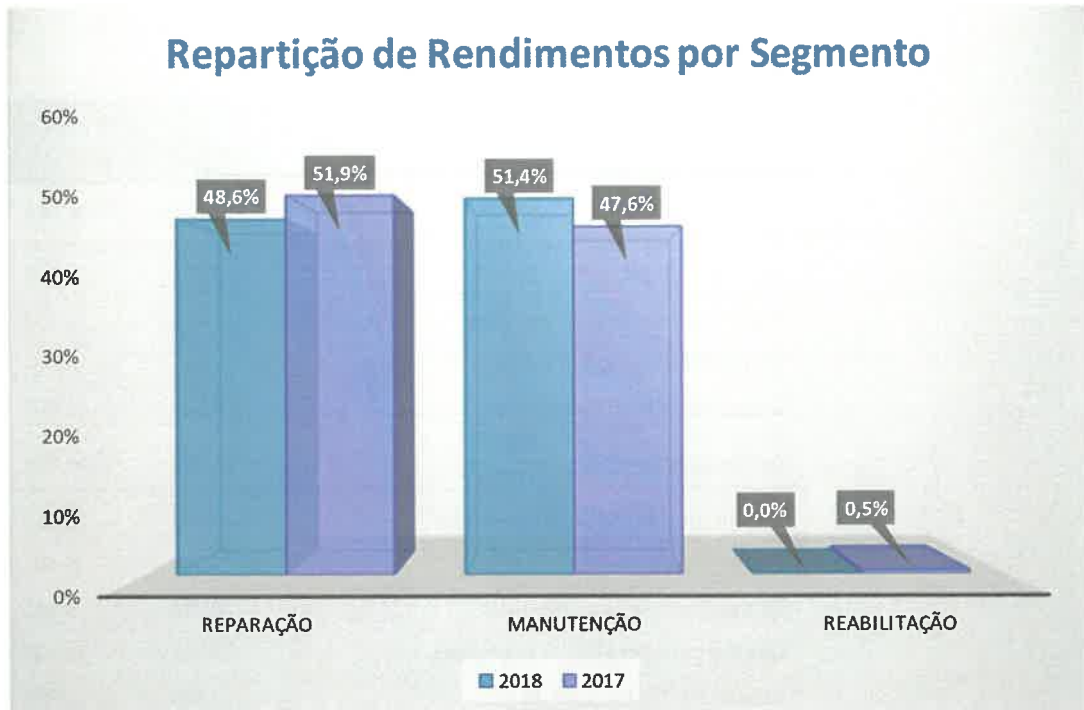
A diminuição dos rendimentos operacionais é justificada principalmente pela quebra no volume de intervenções de reparação.

Rendimentos* por segmento de atividade (milhares de euros)

	2018	2017	Δ%
TOTAL	69 212	72 038	-4%
Reparação	33 634	37 394	-10%
Manutenção	35 578	34 272	4%
Reabilitação	0	372	100%

* Vendas + Serviços Prestados + Variação dos Inventários de Produção

O segmento de manutenção registou em 2018 um valor superior ao de reparação, representando também uma evolução favorável face ao ano anterior.



Analisando a evolução do volume de negócios por cliente, constata-se que a CP, a Medway e a Metro do Porto continuam a ser os clientes mais importantes da empresa, representando no seu conjunto 91% das prestações de serviço da empresa.

Rendimentos* por cliente
(milhares de euros)

	2018	2017	Δ%
Ciente	69 213	72 038	-4%
CP	42 100	44 872	-6%
MEDWAY	8 090	8 684	-7%
PROMETRO/METRO DO PORTO	12 838	12 002	7%
EMEF/SIEMENS ACE	3 214	3 582	-10%
RENFE	1 270	1 288	-1%
IP	784	562	39%
OUTROS	915	1 048	-13%

* Vendas + Serviços Prestados + Variação dos Inventários de Produção

Gastos

Os gastos operacionais da empresa registaram uma redução no valor de 0,5 milhões de euros. As variações mais significativas verificaram-se nas seguintes rubricas:

- Custo das Mercadorias Vendidas e Matérias Consumidas (no valor de -1,3 milhões de euros);
- Gastos com Pessoal sem rescisões (no valor de 1 milhão de euros);
- Imparidades totais (no valor de -1,3 milhões de euros).



Gastos de Financiamento e Resultado Líquido

A decomposição e evolução dos gastos de financiamento é a que se apresenta no quadro seguinte:

Gastos de Financiamento (milhares de euros)

	2018	2017	Δ%
TOTAL	331	432	-23%
Juros Empréstimos Bancários	20	40	-51%
Juros Empréstimos Acionista	294	356	-17%
Juros Descobertos Bancários	0	7	-100%
Outros Gastos Rel. a Fin. Obtidos	17	29	-41%

Importa realçar a diminuição global ocorrida na rubrica de juros e gastos similares suportados com os financiamentos, em resultado da redução do endividamento, em particular no tocante aos empréstimos bancários e do acionista, assim como, da redução das taxas de juro de referência e dos spreads cobrados pelos financiadores.

[Handwritten signature]

Resultado Líquido
(milhares de euros)

	2018	2017	Δ%
Rendimentos Operacionais	74 513	75 093	-1%
Gastos Operacionais	66 120	66 641	-1%
Resultado Operacional	8 393	8 452	-1%
Gastos de Financiamento	331	432	-23%
Imposto sobre o rendimento do exercício	-1 699	-2 099	19%
Resultado Líquido	6 363	5 921	7%

O resultado líquido registou um aumento de 442 milhares de euros relativamente ao ano 2017, essencialmente justificada pela diminuição da estimativa do imposto sobre o rendimento do exercício.

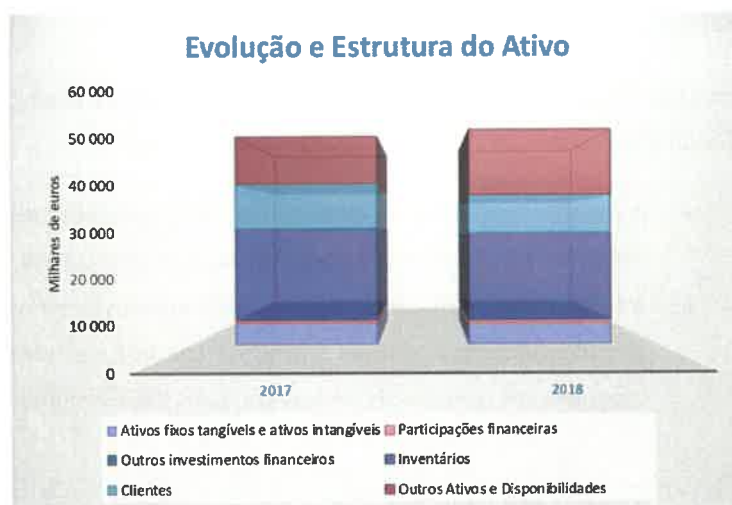
Estrutura Patrimonial
Evolução da estrutura patrimonial
(milhares de euros)

Rubrica do Balanço	2018	2017	Δ €	Δ%
Ativo				
<i>Não corrente</i>	6 534	6 530	4	0%
Ativos fixos tangíveis e ativos intangíveis	5 617	5 729	-112	-2%
Participações financeiras	893	789	104	13%
Outros investimentos financeiros	24	12	11	92%
<i>Corrente</i>	50 396	48 635	1 761	4%
Inventários	23 028	24 301	-1 273	-5%
Clientes	10 005	11 796	-1 791	-15%
Outros Ativos e Disponibilidades	17 363	12 538	4 825	38%
Total do Ativo	56 930	55 165	1 765	3%
Capital Próprio e Passivo				
<i>Capital Próprio</i>	23 664	17 301	6 363	37%
<i>Passivo não corrente</i>	11 073	12 979	-1 907	-15%
Provisões	823	792	31	4%
Financiamentos obtidos	10 250	12 188	-1 938	-16%
<i>Passivo corrente</i>	22 193	24 885	-2 692	-11%
Financiamentos obtidos	1 938	2 125	-187	-9%
Outros passivos	20 256	22 760	-2 504	-11%
Total do Capital próprio e passivo	56 930	55 165	1 765	3%

Ativo

No final de 2018, o Ativo apresentava um acréscimo de 1,8 milhões de euros comparativamente com o ano anterior, essencialmente justificado por:

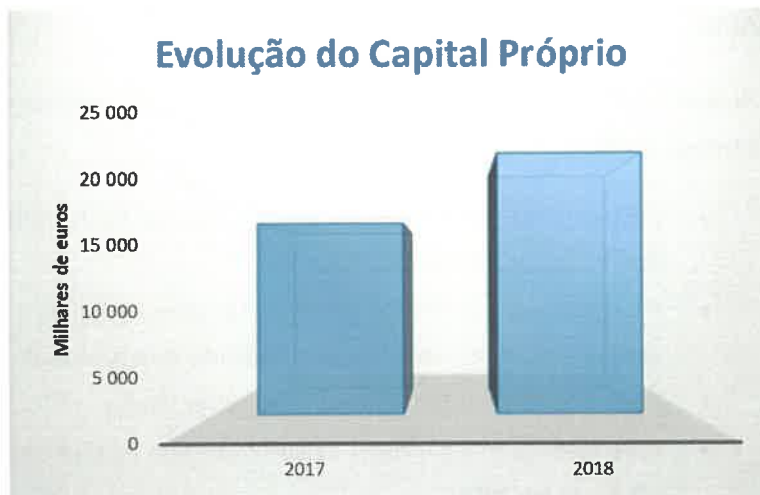
- Um incremento de 2,7 milhões de euros do saldo de depósitos bancários, motivado pelo aumento dos recebimentos operacionais;
- O aumento de 2,1 milhões de euros nos outros créditos a receber resultado do incremento do valor de trabalhos concluídos que ainda não foram faturados;
- A redução de 1,3 milhões de euros nos inventários;
- O decréscimo de 1,8 milhões de euros do saldo de clientes, relacionado com o menor volume de faturação em 2018.



Capital Próprio

No que se refere ao Capital Próprio, verificou-se em 2018 um aumento de 6,4 milhões de euros face a 2017, decorrente do resultado líquido positivo verificado no corrente ano.

Handwritten signature and initials in blue ink.



Passivo

Em 31 de dezembro de 2018, verificou-se uma diminuição do passivo total no valor de 4,6 milhões de euros, devido principalmente:

- À redução dos financiamentos obtidos em 2,1 milhões de euros face ao ano 2017, resultado do cumprimento dos planos de pagamento dos contratos em vigor;
- À redução dos diferimentos em cerca de 2 milhões de euros, para a qual contribuiu a regularização dos adiantamentos relativos à conclusão de três intervenções de meio de vida de CPA4000 e às dezanove intervenções de revisão geral dos 960.000 Km dos veículos Eurotram.



Handwritten signatures and initials in blue ink.

Recursos Financeiros – Evolução da dívida financeira

A redução verificada na dívida financeira total, no valor de 2,1 milhões de euros face ao ano 2017, ficou a dever-se única e exclusivamente ao cumprimento dos planos de amortização da dívida de médio e longo prazo.



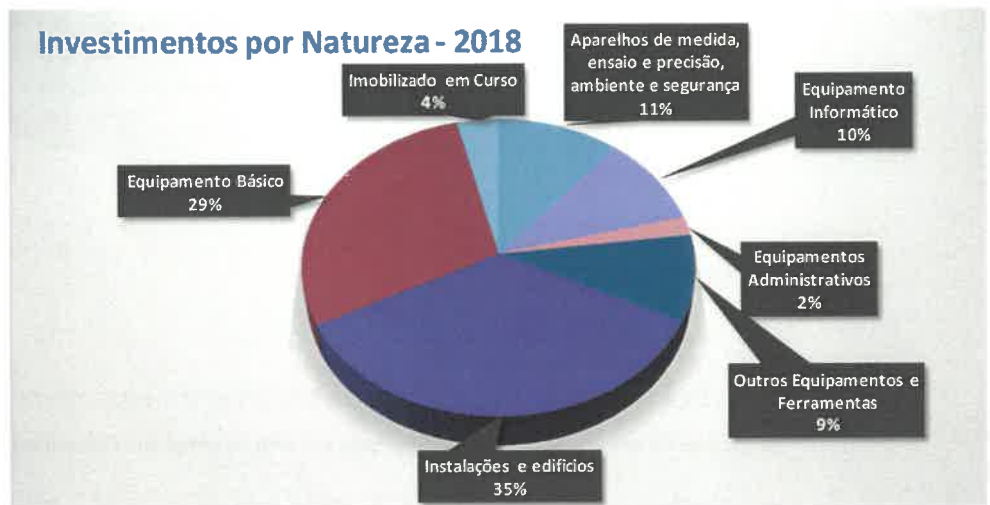
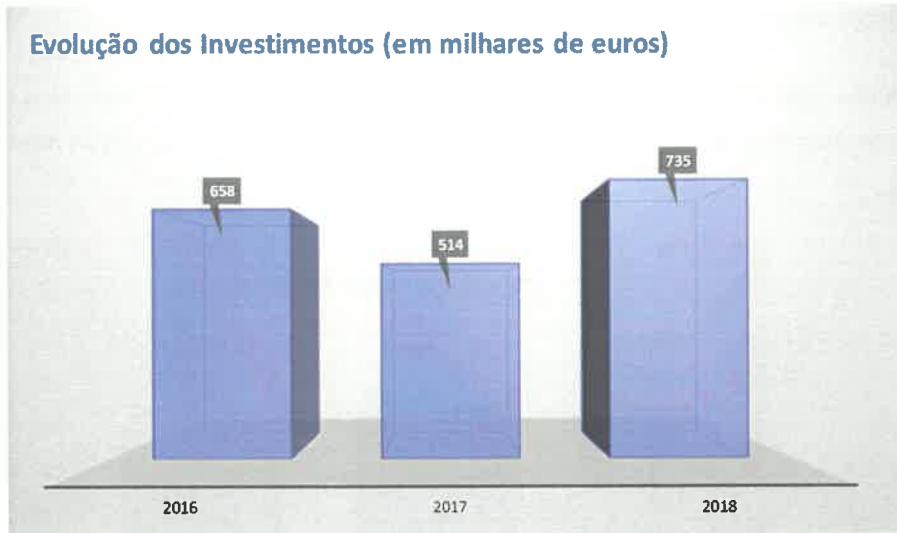
5. Investimentos

Em 2018, os investimentos realizados confinaram-se aos estritamente necessários para a prossecução da atividade da empresa, ascendendo neste período a cerca de 735 mil euros.

Dos investimentos realizados é de salientar os seguintes:

- Construção de um novo armazém em Campolide – 116 mil euros;
- Montagem de plataforma de acesso aos tejadilhos em Santa Apolónia – 47 mil euros;
- Construção de uma zona de lavagem exterior em Santa Apolónia – 26 mil euros;
- Instalação de um sistema de iluminação ambiente em Santa Apolónia – 60 mil euros.

Comparativamente ao ano 2017 o investimento sofreu um aumento na ordem dos 43%. Os gráficos abaixo ilustram a evolução dos investimentos desde o ano 2016 e a repartição do montante investido em 2018 por naturezas de bens do ativo da empresa.



II. Cumprimento das Obrigações Legais

1. Objetivos de Gestão

Objetivos de gestão

Objetivo	Fórmula de cálculo	2018	Meta	Desvio Absoluto	2017
Perspetiva dos Processos Internos					
Assegurar adequados padrões de disponibilidade	Média, ponderada pelos km percorridos, dos dias de cumprimento da disponibilidade contratada em cada mês, dos parques de material objeto de manutenção contratada [%]	65,7%	100%	-34,3%	88,3%
Aumentar a produtividade	Valor Acrescentado Bruto / Efetivo médio de Pessoal [10 ³ €]	35,8	> 32,6	3,2	36,7
Perspetiva Financeira					
Aumentar o EBITDA s/rescisões	Resultados antes de depreciações, gastos de financ ^o e impostos + Provisões + Ajustamentos + Rescisões mútuo acordo [10 ³ €]	9 745	> 2.500	7 245	9 834
Manter a proporção dos gastos operacionais	(CMVMC + FSEs + Gastos com pessoal - Rescisões mútuo acordo) / Volume de Negócios [%]	90%	≤ 93%	3%	86%
Perspetiva dos Clientes					
Aumentar a concretização de propostas comerciais	Valor adjudicações/valor propostas apresentadas (totalidade dos clientes) [%]	87%	>70%	17%	81%
Perspetiva do Conhecimento					
Aumentar a formação dos colaboradores	Trabalhadores com 35 ou mais horas de formação/efetivo médio de trabalhadores [%]	13,8%	>12,6%	1,2%	15,1%

Da análise e monitorização dos indicadores globais especificados no quadro acima, resulta que foram alcançadas as metas estabelecidas para todos os objetivos, à exceção do indicador de disponibilidade do material circulante essencialmente justificado por dificuldades no recrutamento de pessoal por motivos alheios à empresa.

2. Gestão do Risco Financeiro

A atividade financeira da EMEF está essencialmente exposta ao risco de acesso ao crédito e ao risco de taxa de juro.

Os meios líquidos disponíveis durante o período provieram da atividade da empresa.

Gestão do risco financeiro

Anos	2018	2017	2016	2015	2014
Encargos Financeiros (€)	331 022	431 587	476 845	707 923	1 244 552
Taxa média anual de financiamento (%)	2,51%	2,86%	2,88%	3,82%	5,62%

3. Limite do Crescimento do Endividamento

(euros)

Passivo Remunerado (€)	2018	2017	Variação 18/17	
	Valores (€)		Valor	%
Financiamentos Remunerado (corrente e não corrente)*	12 187 500	14 312 500	-2 125 000	-15%
... dos quais concedidos pela DGTF	0	0	0	0%
Aumentos de Capital por dotação	0	0	0	0%
Aumentos de Capital por conversão de créditos	0	0	0	0%
Novos Investimentos**	0	0		

* Inclui Empréstimos acionista

** Consideram-se novos investimentos com expressão material aqueles que não figuram no plano de investimentos do ano anterior e cuja despesa prevista para qualquer ano seja igual ou superior a (euro) 10 000 000 ou a 10% do orçamento anual da empresa

Estrutura da Dívida Bancária e ao Acionista

(milhares de euros)

	2018	2017	2016	2015	2014	Variação 18/17	
						Valor	%
Empréstimos bancários	438	1 313	2 188	3 063	4 141	-875	-67%
Empréstimos acionista	11 750	13 000	13 500	13 500	13 500	-1 250	-10%
Descobertos Bancários	0	0	0	0	1 342	0	0%
Total da Dívida	12 188	14 313	15 688	16 563	18 983	-2 125	-15%

4. Prazo médio de pagamentos e divulgação dos atrasos nos pagamentos

PMP	2018	2017	Var. 2018/2017	
			Valor	%
Prazo (dias)	60	59	1	2%

(euros)

Dívidas Vencidas	0-90 dias	Dívidas vencidas de acordo com o Art. 1º DL 65-A/2011			
		90-120	120-240	240-360	> 360*
Aquisição de Bens e Serviços	207 556	19 998	1 245	203	39 489
Aquisição de Capital	0	0	0	0	0
Total	207 556	19 998	1 245	203	39 489

* Os valores indicados na coluna > 360 dias referem-se essencialmente a saldos bloqueados para pagamento por diversos motivos, nomeadamente: aguarda nota de crédito do fornecedor, aguarda resolução de contencioso, etc.

5. Cumprimento das recomendações do acionista

Não foram efetuadas recomendações pelo acionista.

6. Remunerações

No que respeita à Administração, a mesma não é remunerada pela EMEF, dado que foi eleita ao abrigo do nº 4 do artigo 20º do Decreto-Lei nº 71/2007 de 27 de março, existindo unicamente gastos decorrentes de deslocações em serviço da EMEF.

Mesa da Assembleia Geral

Mandato (Início - Fim)	Cargo	Nome	Valor da Senha Fixado (€)	Valor Bruto Auferido (€)
2017-2019	Presidente	Maria Romana da Cunha Paulino Correia de Vasconcelos	0	0
	Secretário	Maria Filipa Alves Marvão Lucas Martins	0	0

Conselho de Administração

Mandato (Início - Fim)	Cargo	Nome	Designação		OPRILO			Nº de Mandatos
			Forma	Data	Sim/Não	Entidade de Origem	Entidade Pagadora (O/D)	
2018-2019	Presidente	Carlos Gomes Nogueira	Deliberação	20/08/2018	Não			1
	Vogal	Sérgio Abrantes Machado	Unânime		Não			1
	Vogal	Ana Maria dos Santos Malhó			Não			1
2017-2018	Presidente	Sérgio Abrantes Machado	Deliberação	21/07/2017	Não			1
	Vogal	Ana Maria dos Santos Malhó	Unânime		Não			1

Nome	Gastos anuais associados a Deslocações em Serviço(€)					
	Deslocações em Serviço	Custo com Alojamento	Ajudas de Custo	Outras		Gasto total com viagens
				Identificar	Valor(€)	
Sérgio Abrantes Machado	465	208	0	Seguros	31	704

Fiscalização
Conselho Fiscal

Mandato (Início - Fim)	Cargo	Nome	Designação		Estatuto Remuneratório Fixado (mensal)	Nº de Mandatos
			Forma	Data		
2018	Presidente	Elisabete Gonçalves Bettencourt de Freitas Oliveira	AG	12/04/2018	Não remunerado	3 (2 como vogal)
	Vogal	Maria de Fátima Correia Paixão de Matos Alves	AG	12/04/2018	Não remunerado	3
	Vogal	Vitor de Figueiredo Mendes Castanheira*	AG	12/04/2018	Não remunerado	2
	Suplente	José Domingos Figueiredo Afonso Azevedo	AG	12/04/2018	Não remunerado	2

* Renunciou ao cargo em 30/11/2018

Nome	Remuneração Anual (€)		
	Bruto (1)	Reduções Remuneratórias (2)	Valor Final (3) = (1) - (2)
Elisabete Gonçalves Bettencourt de Freitas Oliveira	0	0	0
Maria de Fátima Correia Paixão de Matos Alves	0	0	0
Vitor de Figueiredo Mendes Castanheira*	0	0	0
José Domingos Figueiredo Afonso Azevedo	0	0	0

* Renunciou ao cargo em 30/11/2018

ROC

Mandato (Início - Fim)	Cargo	Identificação SROC/ROC			Designação		Nº de anos de funções exercidas no grupo	Nº de anos de funções exercidas na sociedade
		Nome	Nº de inscrição na OROC	Nº de Registo na CMVM	Forma	Data		
2018	SROC	RCA - Rosa, Correia & Associados, SROC, S.A.	148	20161495	AG	12/04/2018	3	3

Nome ROC/RU	Valor Anual do Contrato de Prestação de Serviços - 2018 (€)			Valor Anual de Serviços Adicionais - 2018 (€)			
	Valor (1)	Reduções (2)	Valor Final (3) = (1) - (2)	Identificação do Serviço	Valor (1)	Reduções (2)	Valor Final (3) = (1) - (2)
RCA - Rosa, Correia & Associados, SROC, S.A.	5 350	0	5 350	N.E.			

Não foram prestados serviços adicionais pela SROC.

Auditor Externo

Identificação do Auditor Externo			Data da Contratação	Duração do Contrato	Nº de anos de funções exercidas no grupo	Nº de anos de funções exercidas na sociedade
Nome Auditor Externo	Nº OROC	Nº CMVM				
Ribeiro, Rigueira, Marques, Roseiro & Associados, SROC, LDA	197	20161495	22/06/2017	2017-2019	4	4

Nome Auditor Externo	Valor Anual do Contrato de Prestação de Serviços - 2018 (€)			Valor Anual de Serviços Adicionais - 2018 (€)			
	Valor (1)	Reduções (2)	Valor Final (3) = (1) - (2)	Identificação do Serviço	Valor (1)	Reduções (2)	Valor Final (3) = (1) - (2)
Ribeiro, Rigueira, Marques, Roseiro & Associados, SROC, LDA	4 400	0	4 400	N.E.			

7. Estatuto do gestor público

A EMEF não disponibiliza cartões de crédito ou outros instrumentos de pagamento aos seus Administradores para realização de despesas ao serviço da empresa. Não foi igualmente efetuado qualquer reembolso aos mesmos de valores que caíam no âmbito do conceito de despesas de representação pessoal.

Não existem na EMEF gastos com comunicações nem gastos associados a viaturas relativamente aos Administradores.

8. Despesas não Documentadas ou Confidenciais

Não existem na empresa quaisquer despesas não documentadas ou confidenciais.

9. Relatório sobre Remunerações Pagas a Homens e Mulheres

Foi elaborado relatório no ano de 2016, o qual pode ser consultado no sítio institucional da empresa no seguinte link: <https://www.emef.pt/wp-content/uploads/2018/03/Igualdade-salarial-entre-homens-e-mulheres-na-EMEF.pdf>.

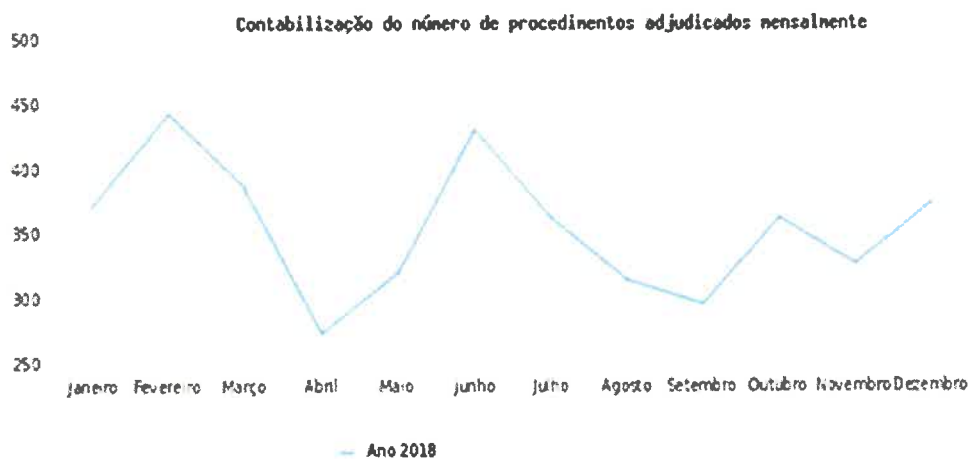
10. Relatório Anual sobre Prevenção da Corrupção

Tendo o respetivo plano sido aprovado em 2010 tem sido dada especial atenção à questão das compras, promovendo a aprovação dos regulamentos que assegurem a gestão dos riscos, nomeadamente de corrupção, associados a esta atividade.

11. Contratação Pública

Não se praticou qualquer ato ou celebrou qualquer contrato de aquisição de bens, aquisição de serviços ou empreitada de construção civil de valor superior a 5 M€.

Em 2018 foram adjudicados na plataforma eletrónica utilizada pela EMEF (ACINGOV) 4245 procedimentos no valor total de 24.749.145€. Foram adjudicados por outros meios e registados na plataforma eletrónica 64 procedimentos no valor de 1.356.342€.



12. Sistema Nacional de Compras Públicas

A EMEF é entidade voluntária aderente do Sistema Nacional de Compras Públicas desde 2009. Tendo em conta os acordos-quadro disponíveis, a empresa analisa caso a caso se a utilização desses acordos lhe é

vantajosa relativamente aos valores contratuais conseguidos diretamente bem como se as características técnicas em causa correspondem às suas necessidades.

13. Medidas de redução de gastos operacionais

No estrito cumprimento das relevantes instruções para fins do Plano de Redução de Custos, continuaram a aplicar-se as medidas previstas para o efeito, mormente as constantes no Orçamento de Estado de 2018, salientando-se as seguintes:

1. No respeitante à aquisição de serviços:

a). Continuaram a ser cumpridas as instruções que impõem a justificação económica e a de ausência de soluções internas para contratos de aquisição de serviços;

b). Foram sempre tidas em conta as normas previstas no Orçamento de Estado e Decreto de Execução Orçamental, com vista ao controlo da despesa com contratos de prestação de serviços, celebrados ou renovados em 2018, com idêntico objeto de outros celebrados nos anos transatos e, bem assim, a contratos com objeto e/ou contraparte diferentes.

2. A estrutura remuneratória dos membros do Conselho de Administração e dos trabalhadores não inclui qualquer parcela respeitante a prémios de gestão ou prémios de desempenho pelo que, naturalmente, a empresa não incorreu em qualquer custo desta natureza.



Plano de Redução de Custos

PRC	2018	2018	2017	2016	Variação 2018/2017	
	Exec.	Org.	Exec.	Exec.	Absoluta	%
(0) EBITDA (m€) *	9 745	5 968	9 445	5 374	300	3%
(1) CMVMC (m€)	18 853	29 271	20 139	17 827	-1 285	-6%
(2) FSE (m€)	15 715	19 485	14 970	15 530	744	5%
(3) Gastos com o pessoal corrigidos dos encargos i), ii) e iii) (m€)	26 223	29 423	26 097	25 158	126	0%
(3.i) Indemnizações pagas por rescisão (m€)	474	680	389	337	86	22%
(3.ii) Valorizações remuneratórias nos termos do LOE2018	331	356	0	0	331	0%
(3.iii) Impacto da aplicação do disposto no artigo 21.º da Lei n.º 42/2016, de 29 de dezembro	1 094	1 098	568	0	526	93%
(4) Gastos Operacionais = (1)+(2)+(3)	60 790	78 179	61 206	58 515	-416	-1%
(5) Volume de Negócios (m€)	69 270	85 600	72 071	63 045	-2 801	-4%
(6) Peso dos Gastos no VN (4)/(5) (%)	88%	91%	85%	93%	0,03	3%
(i) Gastos com Comunicações (FSE) (m€)	80	113	82	90	-2	-3%
(ii) Gastos com Ajudas de custo e Alojamento (G c/ Pessoal) (m€)	59	93	60	71	-1	-1%
(iii) Gastos associados à frota automóvel (m€)	280	338	305	274	-25	-8%
Total = (i) + (ii) + (iii)	419	545	447	435	-28	-6%
(7) Encargos com contratação de estudos, pareceres, projetos e consultoria (m€)	273	350	414	297	-141	-34%
Número Total de RH (OS+CD+Trabalhadores)	1 031	1 113	1 036	1 048	-5	0%
N.º Órgãos Sociais (OS)	0	0	0	0	0	
N.º Cargos de Direção (CD)	130	147	150	150	-20	-13%
N.º Trabalhadores (sem OS e sem CD)	901	966	886	898	15	2%
N.º Trabalhadores/N.º CD	693%	657%	591%	599%	1,02	17%
Número de viaturas	58	58	58	56	0	0%

* Inclui reconciliações por mútuo acordo e perdas por imparidade e exclu. provisões

14. Princípio da Unidade de Tesouraria de Estado

Dando cumprimento ao estabelecido na legislação sobre o princípio da Unidade de Tesouraria do Estado a que as empresas públicas estão sujeitas, a EMEF requereu à DGTF, que lhe fosse aplicado um regime de exceção, dispensando-a do cumprimento do referido princípio.

Tal situação decorre do facto de a EMEF operar em mercado concorrencial, de necessitar de se financiar - maioritariamente a curto-prazo - e, de necessitar de apresentar garantias no âmbito de concursos públicos, produtos não disponibilizados pelo IGCP e, cuja contratação a preços competitivos, está dependente da movimentação de contas junto da Banca Comercial.

Não obstante, durante o exercício de 2018, a EMEF manteve a política de centralização de disponibilidades junto do IGCP, visando o cumprimento do princípio da Unidade de Tesouraria. Concretamente:

- Manteve no IGCP os recebimentos dos seus maiores clientes;
- Centralizou no IGCP os pagamentos aos seus maiores fornecedores;
- Manteve, através do IGCP, relações com entidades públicas, maioritariamente pagamentos;
- Manteve na conta do IGCP, ainda que não aplicados, os valores disponíveis.

Em resposta ao pedido de isenção submetido para 2018 o IGCP, através do seu Ofício n.º SGC-14374, de 10 de setembro de 2018, concedeu à EMEF exceção ao cumprimento do princípio, no que respeita a operações de financiamento, como os empréstimos bancários e a emissão de garantias bancárias que não possam ser substituídas por depósitos caucionados.

As disponibilidades mantidas fora do Tesouro são as que se apresentam no quadro abaixo. No exercício de 2018 não foram realizadas aplicações financeiras pela EMEF, pelo que inexistem rendimentos com elas relacionadas.

Rendimentos das Aplicações Financeiras fora do Tesouro e montantes devidos/entregues ao Estado

(euros)

Banca Comercial*	1º Trim €	2º Trim €	3º Trim €	4º Trim €
Novo Banco, S.A.	53 605	53 572	53 538	53 505
Banco BPI, S.A.	96 431	99 600	96 456	106 294
Banco Santander Totta, S.A.	0	0	0	4 228
Banco Comercial Português, S.A.	22 330	33 742	62 316	32 370
Caixa Geral de Depósitos, S.A.	23 160	23 021	22 759	22 392
Caixa Económica Montepio Geral	19 902	19 902	19 902	0
Banco Popular Portugal, S.A.	12 030	12 030	12 030	0
Total	227 458	241 867	267 001	218 789
Juros Auferidos	0	0	0	0

* Valores constantes dos extratos bancários

15. Auditorias conduzidas pelo Tribunal de Contas

Não existiram quaisquer auditorias à empresa conduzidas pelo Tribunal de Contas.

16. Informação divulgada no site do SEE

O site do SEE não discrimina a EMEF, pese embora sejam elaboradas as informações previstas no Despacho nº 14277/2008 de 14 de maio, e inseridas todas as informações solicitadas pela Direção-Geral do Tesouro e Finanças na aplicação SIRIEF.

No entanto, no próprio sítio da EMEF, é disponibilizada a maioria da informação que está prevista constar no sítio do SEE.

17. Sistematização da informação quanto ao cumprimento das orientações legais

Cumprimento das Orientações legais

	Cumprimento	Quantificação	Justificação
	S/N/A.		
Objetivos de Gestão / Planos de Atividades e Orçamento:			
Disponibilidade	N	-34 p.p. que o previsto	Ver Objetivos de Gestão
Produtividade (10 ³ €)	S	+3,2 milhares de euros que o previsto	
EBITDA s/rescisões (10 ³ €)	S	+7.425 milhares de euros que o previsto	
Proporção dos Gastos Operacionais	S	-3 p.p. que o previsto	
Concretização de propostas comerciais	S	+17 p.p. que o previsto	
Formação dos Colaboradores	S	+1,2 p.p. que o previsto	
Grau de execução do orçamento carregado no SIGO/SOE			
	N.A.		
Gestão do Risco Financeiro			
Límites de Crescimento do Endividamento	S	2,51%	
Evolução do PMP a fornecedores	S	-2.125.000 €/ -15%	
Divulgação dos Atrasos nos Pagamentos ("Arrears")	N	+1 dia face a 2017/+2% 268 491 €	
Recomendações do acionista na última aprovação de contas:			
	N.A.		
Remunerações			
Não atribuição de prémios de gestão	N.A.		
CA - reduções remuneratórias vigentes em 2018	N.A.		
Fiscalização (CF/ROC/FU) - reduções remuneratórias vigentes em 2018	N.A.		
Auditor Externo - redução remuneratória vigentes em 2018	N.A.		
EPG - artigo 32º e 33º do EPG			
Não utilização de cartões de crédito	S		Não são utilizados cartões de crédito Não foram realizadas despesas
Não reembolso de despesas de representação pessoal	S		
Valor máximo das despesas associadas a comunicações	N.A.		
Valor máximo de combustível e portagens afeto mensalmente às viaturas de serviço	N.A.		
Despesas não documentadas ou confidenciais - n.º 2 do artigo 16º do RISPE e artigo 11º do EPG			
Proibição de realização de despesas não documentadas ou confidenciais	S		
Promoção da igualdade salarial entre homens e mulheres - n.º 2 da RCM n.º18/2014			
Elaboração e divulgação do relatório sobre remunerações pagas a mulheres e homens	S	https://www.emef.pt/wp-content/uploads/2018/03/igualdade-salarial-entre-homens-e-mulheres-na-EMEF.pdf	
Elaboração e divulgação de relatório anual sobre prevenção da corrupção			
	N		
Contratação Pública			
Aplicação das Normas de contratação pública pela empresa	N.A.		
Aplicação das Normas de contratação pública pelas participadas	N.A.		
Contratos submetidos a visto prévio do TC	N.A.		
Auditoria do Tribunal de Contas			
	N.A.		
Parque Automóvel			
Nº de Viaturas	S	58 (igual a 2017)	
Gastos Operacionais das Empresas Públicas			
	S	-415 578 €	
Princípio da Unidade de Tesouraria (artigo 28.º do DL 133/2013)			
Disponibilidades e aplicações centralizadas no IGCP	N	97%	
Disponibilidades e aplicações na Banca Comercial	N	218 789 €	
Juros auferidos em incumprimento da UTE e entregues em Receita do Estado	N.A.	0 €	

III. Factos relevantes após o termo do período

- Comunicação da concessão de visto prévio por parte do Tribunal de Contas relativamente ao contrato de prestação de serviços de revisão geral dos 960.000Km dos veículos Eurotram do Metro do Porto
- Mantém-se em dívida o pagamento indevido ao BCP Factoring, no montante de 1.418.121 euros derivado da cedência de créditos da Marginal, entretanto declarada insolvente, a duas entidades distintas: à Caixa de Crédito Agrícola Mútuo e ao Banco Comercial Português. Este montante está provisionado em 50% conforme descrito na Nota 21. Provisões do Anexo. A audiência preliminar deste processo teve lugar em fevereiro de 2018. Em fevereiro de 2019 iniciou-se a Audiência de Discussão e Julgamento, perspetivando-se que a mesma se conclua até julho de 2019.
- Decorrente da necessidade de posicionar o enfoque da sua atividade na manutenção e na reparação do material circulante do seu cliente e acionista, a CP – Comboios de Portugal, E.P.E., indo assim ao encontro das disposições jurídico-legais em matéria da “contratação in house”, está em curso um processo de ajustamento no modelo empresarial da EMEF, que visa o aumento do volume percentual da sua atividade para a CP, recorrendo para o efeito, à criação de uma unidade empresarial autónoma integrada no mesmo Grupo societário, dedicada à manutenção e reparação dos veículos integrantes da frota de material circulante do Metro do Porto.
- Correspondendo a uma decisão da MEDWAY de internalizar a atividade de manutenção e reparação de vagões (sem o ACE), a EMEF assegurará esta transição de forma progressiva e controlada, precavendo a existência de eventuais interrupções ou questões de conflitualidade neste processo.

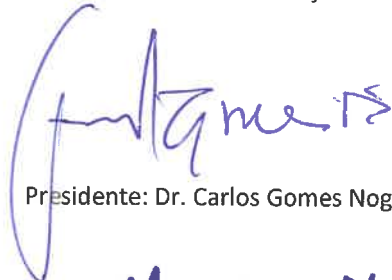


IV. Proposta de aplicação dos resultados

Nos termos da lei e dos estatutos, propõe-se que os resultados líquidos do período de 2018, de 6.363.232,40 (seis milhões, trezentos e sessenta e três mil, duzentos e trinta e dois euros e quarenta cêntimos), sejam transferidos para reservas legais, no montante de 226.743,48 euros e para resultados transitados no montante de 6.136.488,92 euros.

Lisboa, 21 de março de 2019

O Conselho de Administração



Presidente: Dr. Carlos Gomes Nogueira



Vogal: Eng.º Sérgio Abrantes Machado



Vogal: Dra. Ana Maria dos Santos Malhó

Demonstrações Financeiras

Balança

EMEF - Empresa de Manutenção de Equipamento Ferroviário, S.A.
Balança em 31 de dezembro de 2018

	Notas	2018	2017
(euros)			
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	7	5 497 460	5 539 660
Ativos intangíveis	8	119 419	189 105
Participações financeiras - método de equivalência patrimonial	9	893 496	789 258
Outros investimentos financeiros	10	23 852	12 423
Total do ativo não corrente		6 534 227	6 530 446
Ativo corrente			
Inventários	11	23 027 727	24 300 639
Clientes	12	10 004 883	11 796 026
Outros créditos a receber	14	8 409 889	6 359 831
Diferimentos	15	530 483	497 429
Caixa e depósitos bancários	5	8 422 800	5 680 872
Total do ativo corrente		50 395 781	48 634 797
TOTAL DO ATIVO		56 930 009	55 165 243
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
CAPITAL PRÓPRIO			
Capital subscrito	16	8 100 000	8 100 000
Outros instrumentos de capital próprio	17	10 316 222	10 316 222
Reservas legais	18	95 506	95 506
Outras reservas	19	617 458	617 458
Resultados transitados	20	(1 828 363)	(7 749 264)
Resultado líquido		6 363 232	5 920 902
Total do capital próprio		23 664 056	17 300 824
PASSIVO			
Passivo não corrente			
Provisões	21	822 667	791 861
Financiamentos obtidos	22	10 250 000	12 187 500
Total de passivo não corrente		11 072 667	12 979 361
Passivo corrente			
Fornecedores	24	6 354 448	6 979 755
Estado e outros entes públicos	13	4 283 581	4 864 426
Financiamentos obtidos	22	1 937 500	2 125 000
Outras Dívidas a Pagar	23	6 619 229	5 871 982
Diferimentos	15	2 998 527	5 043 895
Total de passivo corrente		22 193 286	24 885 058
Total do PASSIVO		33 265 952	37 864 419
TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO		56 930 009	55 165 243

Handwritten signatures and initials in blue ink.

Diretora Financeira



Dra Sónia Maria Vieira Caneira Cunha Leão

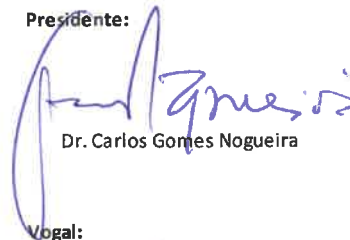
Contabilista Certificado



Dra Paula Cristina Tavares Serra Ribeiro

O Conselho de Administração

Presidente:



Dr. Carlos Gomes Nogueira

Vogal:



Eng.º Sérgio Abrantes Machado

Vogal:



Dra Ana Maria dos Santos Malhó

Demonstração de Resultados

EMEF - Empresa de Manutenção de Equipamento Ferroviário, SA

Demonstração dos Resultados em 31 de dezembro de 2018

(euros)

	Notas	2018	2017
RENDIMENTOS E GASTOS			
Vendas e serviços prestados	25	69 269 590	72 071 002
Subsídios à exploração	26	7 571	2 073
Ganhos/per imputados subs, ass e emprconj.	9 e 27	559 477	627 865
Varição nos inventários da produção	28	(56 931)	(32 745)
Custo mercadorias vendidas e matérias consumid:	29	(18 853 255)	(20 138 665)
Fornecimentos e serviços externos	30	(15 714 518)	(14 970 494)
Gastos com o pessoal	31	(28 121 351)	(27 053 205)
Imparidade de inventários (perdas/reversões)	11	(412 397)	(775 990)
Imparidade de dívidas a rec (perdas/reversões)	12 e 14	(66 769)	(1 019 811)
Provisões (aumentos/reduções)	21	(30 806)	(19 813)
Outros rendimentos	32	4 590 738	2 320 011
Outros gastos	33	(1 931 023)	(1 584 590)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		9 240 326	9 425 637
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	34	(847 480)	(973 800)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		8 392 845	8 451 837
Juros e gastos similares suportados	35	(331 022)	(431 587)
Resultado antes de imposto		8 061 824	8 020 250
Imposto sobre o rendimento do período	36	(1 698 592)	(2 099 349)
Resultado líquido do período		6 363 232	5 920 902

O Conselho de Administração

Diretora Financeira



Dra. Sónia Maria Vieira Caneira Cunha Leão

Contabilista Certificado



Dra. Paula Cristina Tavares Serra Ribeiro

Presidente:



Dr. Carlos Gomes Nogueira

Vogal:



Eng. Sérgio Abrantes Machado

Vogal:



Dra. Ana Maria dos Santos Malhó

Demonstrações das Alterações do Capital Próprio

EMEF - Empresa de Manutenção de Equipamento Ferroviário, S.A.
 Demonstrações das Alterações no Capital Próprio no período 2018

DESCRIÇÃO	Notas	Capital próprio atribuído aos detentores do capital da empresa-mãe										Interesse que não controlam	Total do Capital Próprio	
		Capital subscrito	Ações (quotas próprias)	Outros instrumentos de capital próprio	Prêmios de emissão	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transitados	Excedentes de reavaliação	Ajustamentos / outras variações no capital próprio	Resultado líquido do período			Total
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2018	1	8.100.000	-	10.316.222	-	95.506	617.458	(7.749.264)	-	-	5.920.902	17.300.824	-	17.300.824
ALTERAÇÕES NO PERÍODO														
Primeira adoção de novo referencial contábil/síntico														
Alterações de políticas contábeis														
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras														
Realização do excedente de reavaliação														
Excedentes de reavaliação														
Ajustamentos por impostos diferidos														
Outras alterações reconhecidas no capital próprio	20													
Total das alterações no período	2							5.920.902						
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	3													
RESULTADO INTEGRAL	4-2-3													
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO														
Subscrição de capital														
Subscrição de prêmios de emissão														
Distribuições														
Entradas para cobertura de perdas														
Outras operações														
Total das operações com detentores de capital no período	5													
Posição no final do período 2018	6-1-2-3-4-5	8.100.000	-	10.316.222	-	95.506	617.458	(1.828.363)	-	-	6.963.232	23.664.056	-	23.664.056

EIMEF - Empresa de Manutenção de Equipamento Ferroviário, S.A.
 Demonstrações das Alterações no Capital Próprio no período 2017

DESCRIÇÃO	Notas	Capital próprio atribuído aos detentores do capital da empresa-mãe										Interesse que não controlam	Total do Capital Próprio	
		Capital subscrito	Ações (quotas próprias)	Outros instrumentos do capital próprio	Prêmios de emissão	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transitados	Excedentes de revalorização	Ajustamentos/outras variações no capital próprio	Resultado líquido do período			Total
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2017	1	8.100.000	-	10.316.222	-	95.506	617.458	(11.249.191)	-	-	3.499.927	-	11.379.923	11.379.923
ALTERAÇÕES NO PERÍODO														
Primeira adição de novo referencial contábilístico														
Alterações de políticas contábilísticas														
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras														
Realização do excedente de revalorização														
Excedentes de revalorização														
Ajustamentos por impostos diferidos	20							3.499.927						
Outras alterações reconhecidas no capital próprio														
Total das alterações no período	2							3.499.927						
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	3													
RESULTADO INTEGRAL	4=2+3													
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO														
Subscrição de capital														
Subscrição de prêmios de emissão														
Distribuições														
Entradas para cobertura de perdas														
Outras operações														
Total das operações com detentores de capital no período	5													
Posição no final do período 2017	6=4+2+5	8.100.000	-	10.316.222	-	95.506	617.458	(7.749.264)	-	-	5.920.902	-	17.300.824	17.300.824

(Handwritten signatures and initials)

Xsenna

Demonstração de Fluxos de Caixa

	(euros)	
	31-12-2018	31-12-2017
ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Recebimentos de clientes	84 638 477	83 463 508
Pagamentos a fornecedores	(42 244 960)	(45 066 262)
Pagamentos ao pessoal	(27 008 165)	(25 531 201)
Caixa gerada pelas operações	15 385 353	12 866 045
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento	(307 046)	(147 695)
Outros recebimentos/pagamentos	(9 477 247)	(9 840 932)
	(9 784 293)	(9 988 626)
Fluxos das atividades operacionais [1]	5 601 059	2 877 419
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO:		
Recebimentos provenientes de:		
Dividendos	454 342	434 953
	454 342	434 953
Pagamentos respeitantes a:		
Ativos fixos tangíveis	(800 877)	(451 360)
Ativos intangíveis	(47 150)	(295 004)
	(848 028)	(746 364)
Fluxos das atividades de investimento [2]	(393 686)	(311 412)
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO:		
Recebimentos provenientes de:		
Financiamentos obtidos		994 740
		994 740
Pagamentos respeitantes a:		
Financiamentos obtidos	(2 125 000)	(2 369 740)
Juros e gastos similares	(340 661)	(430 852)
	(2 465 661)	(2 800 591)
Fluxos das atividades de financiamento [3]	(2 465 661)	(1 805 852)
Varição de caixa e seus equivalentes [4]=[1]+[2]+[3]	2 741 713	760 156
Efeitos das diferenças de câmbio	215	139
Caixa e seus equivalentes no início do período	5 680 872	4 920 577
Caixa e seus equivalentes no fim do período	8 422 800	5 680 872

Anexo

1. Identificação da entidade

A EMEF – Empresa de Manutenção de Equipamento Ferroviário S.A., adiante designada por EMEF, é uma sociedade anónima com sede social na Rua D. Afonso Henriques, 2330-519 Entroncamento, constituída em dezembro de 1992, tendo iniciado a sua atividade em 30 de janeiro de 1993.

A EMEF possui vários estabelecimentos de produção dispersos pelas zonas norte, centro e sul do território nacional, e tem como atividade principal o fabrico, reabilitação, grande reparação e manutenção de equipamentos e veículos ferroviários.

Em 31 de dezembro de 2018 a EMEF possui as seguintes participações financeiras:

- a) EMEF/Siemens ACE – Serviços Integrados de Manutenção e Engenharia Ferroviária, ACE, tendo como objeto social a sinergia e otimização das entidades agrupadas no que respeita à manutenção de locomotivas elétricas “LE 5600” e “LE 4700” ao abrigo do contrato entre o Agrupamento e a CP – Comboios de Portugal E.P.E. A EMEF tem uma participação no Agrupamento de 51%;
- b) Nomad Tech Lda, na qual detém uma participação de 35% e cujo objeto social é a prestação de serviços de engenharia, inovação e tecnologia aplicada ao setor dos transportes, fabrico, reparação e manutenção de componentes e desenvolvimento de soluções informáticas, tendo iniciado a sua atividade em 11 de novembro de 2013.

A EMEF é detida pela CP – Comboios de Portugal, E.P.E., com sede social na Calçada do Duque, n.º 20, 1249-109 Lisboa. A EMEF integra o Grupo CP. A CP apresenta as suas Demonstrações Financeiras consolidadas, que expressam a posição financeira e os resultados das operações do Grupo. As Demonstrações Financeiras consolidadas poderão ser consultadas nas instalações da empresa mãe e no seu site institucional.

2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

2.1. Referencial contabilístico

As demonstrações financeiras da EMEF foram preparadas de acordo com o preconizado no Sistema de Normalização Contabilística (SNC), adotado pela primeira vez na Empresa em 2010, e regulado pelos seguintes diplomas legais:

- Decreto-Lei n.º 158/2009, de 14 de julho;

- Decreto-Lei n.º 98/2015, de 02 de junho;
- Portaria n.º 220/2015, de 24 de julho (Modelos de Demonstrações Financeiras);
- Aviso n.º 8254/2015, de 16 de julho (Estrutura Conceptual);
- Aviso n.º 8256/2015, de 16 de julho (Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro - NCRF);
- Portaria n.º 218/2015, de 23 de julho (Código de Contas).

As demonstrações financeiras agora apresentadas refletem os resultados das operações da Empresa e a sua posição financeira, para os períodos findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017. Todos os valores estão expressos em euros (€).

As referidas demonstrações foram elaboradas no pressuposto da continuidade de operações da EMEF e do regime do acréscimo, e em conformidade com as características qualitativas da compreensibilidade, relevância, materialidade, fiabilidade, representação fidedigna, substância sobre a forma, neutralidade, prudência, plenitude e comparabilidade.

A Empresa não apresenta demonstrações financeiras consolidadas, ao abrigo da alínea a) do número 4 do artigo 7.º do Decreto-Lei 158/2009, de 14 de julho.

2.2. Derrogações das disposições do SNC

Não foram feitas derrogações às disposições do SNC que tenham produzido efeitos materialmente relevantes e que possam pôr em causa a imagem verdadeira e apropriada que deva ser transmitida aos interessados pelas informações disponibilizadas.

2.3. Conteúdos das demonstrações financeiras não comparáveis com o período anterior

Não foram efetuadas alterações de políticas contabilísticas ou detetados erros que afetem de forma material a comparação de valores entre os exercícios.

3. Adoção pela primeira vez das Normas Contabilísticas de Relato Financeiro (NCRF) - Divulgação Transitória

A empresa efetuou a transição para as NCRF em 1 de janeiro de 2009, e essas demonstrações financeiras foram divulgadas pela primeira vez no Relatório e Contas de 2010, com os valores comparativos já convertidos para NCRF.

4. Principais políticas contabilísticas

4.1. Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com o princípio do custo histórico e com as NCRF. Tal situação requer que o Órgão de Gestão da EMEF formule julgamentos, estimativas e pressupostos que afetam a aplicação das políticas contabilísticas e o valor dos ativos, dos passivos, dos rendimentos e dos gastos. As estimativas e pressupostos associados são baseados na experiência histórica e noutros fatores considerados relevantes de acordo com cada circunstância particular constituindo a base para os julgamentos sobre os valores dos ativos e passivos cuja valorização não seria possível de obter através de outras fontes. Os resultados reais podem diferir das estimativas.

As questões que requerem um maior grau de julgamento ou complexidade, ou para as quais os pressupostos e estimativas são considerados significativos, são apresentados na Nota 4.5 - Principais fontes de incerteza das estimativas.

4.2. Outras políticas contabilísticas relevantes

As principais políticas contabilísticas aplicadas na preparação das demonstrações financeiras encontram-se descritas nos pontos que se seguem e foram aplicadas de forma consistente para os períodos apresentados.

a. Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, que compreende o seu preço de compra, os direitos de importação, os impostos de compra não reembolsáveis e são deduzidos dos descontos e abatimentos.

Incluem ainda gastos diretamente atribuíveis ao ativo para o colocar na localização pretendida e em condições de desempenhar as funções para as quais foi adquirido ou produzido, deduzido das respetivas depreciações acumuladas e perdas por imparidade.

Os gastos com a manutenção e a reparação, que não aumentem a vida útil destes ativos, são registados como gastos do período em que ocorrem.

Os gastos subsequentes são incluídos na quantia escriturada do ativo sempre que se perspetive que originem benefícios económicos futuros para a EMEF.

Os ganhos ou perdas provenientes do abate ou alienação são determinados pela diferença entre o valor de realização e o valor contabilístico do ativo, sendo reconhecidos como rendimentos ou gastos no período.

No caso de alienação de bens revalorizados, o montante incluído em excedentes de revalorização é transferido para resultados transitados.

Depreciações

As depreciações são calculadas sobre os valores de aquisição, segundo o método das quotas constantes por duodécimos com base em taxas que correspondem à vida útil esperada para cada tipo de bem. Os períodos de vida útil esperada para cada classe do ativo situam-se nos intervalos abaixo indicados:

Designação	Número de anos
Edifícios e outras construções	2 a 20
Equipamento básico	1 a 16
Equipamento de transporte	1 a 11
Equipamento administrativo	1 a 12
Outros ativos fixos tangíveis	1 a 14

Os terrenos não são objeto de depreciação.

b. Ativos intangíveis

A EMEF reconhece um ativo intangível sempre que exerça controlo sobre o mesmo, o bem seja identificável, seja provável que fluam benefícios económicos futuros para a Empresa e o seu custo possa ser mensurado com fiabilidade.

Ativos intangíveis com vida útil finita

Os ativos intangíveis com vida útil finita encontram-se registados ao custo de aquisição deduzido das respetivas amortizações acumuladas e das perdas por imparidade.

Aquisição e desenvolvimento de Software

Os gastos incorridos com a aquisição de software são capitalizados, assim como as despesas adicionais necessárias à sua implementação. Estes gastos são amortizados pelo método das quotas constantes por duodécimos ao longo da sua vida útil esperada.

Os gastos com a manutenção de programas informáticos são reconhecidos como gastos do período em que ocorrem.

As vidas úteis esperadas dos ativos intangíveis são as seguintes:

Designação	Número de anos
Programas de computador	1 a 3

c. Locações

A EMEF classifica as operações de locação como locações financeiras ou locações operacionais em função da substância da transação e não da forma do contrato.

Classificam-se como operações de locação financeira as operações em que a locadora transfere para o locatário todos os riscos e benefícios inerentes à posse do ativo locado. Todas as restantes operações de locação são classificadas como locações operacionais.

Os pagamentos efetuados pela EMEF à luz dos contratos de locação operacional são registados como gasto do período a que dizem respeito.

d. Participações financeiras

Os investimentos financeiros em subsidiárias e associadas são registados pelo método da equivalência patrimonial, sendo as participações inicialmente contabilizadas pelo custo de aquisição, o qual foi acrescido ou reduzido proporcionalmente à participação nos capitais próprios dessas empresas, reportado à data de aquisição ou da primeira aplicação do método da equivalência patrimonial.

Com a aplicação deste método, as demonstrações financeiras incluem o interesse da Empresa no total de ganhos e perdas reconhecidos das subsidiárias, das associadas e das entidades conjuntamente controladas, desde a data em que a influência significativa começa, até à data em que efetivamente termina.

As perdas apenas são reconhecidas até ao limite do interesse devido em subsidiárias, associadas ou empreendimentos conjuntos, conforme aplicável. As perdas adicionais deverão ser tidas em conta, mediante reconhecimento de um passivo, somente na medida em que o investidor tenha incorrido em obrigações legais ou construtivas ou feito pagamentos a favor da investida.

Investimentos em associadas

As participações financeiras em associadas presumem a existência de influência significativa, isto é, o poder de exercer mais de 20% dos direitos de voto da associada, mas não exercer controlo sobre as suas políticas financeiras e operacionais.

Entidades conjuntamente controladas

As entidades conjuntamente controladas são entidades em que a Empresa tem controlo conjunto definido por acordo contratual.

Imparidade

A Empresa avalia, à data de balanço, se há algum indício de que um ativo possa estar em imparidade. Sempre que a quantia escriturada pela qual o ativo se encontra registado é superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade, registada como um gasto na rubrica "Imparidade de investimentos depreciáveis/amortizáveis" ou "Imparidade de investimentos não depreciáveis/amortizáveis". A quantia recuperável é a mais alta do preço de venda líquido e do valor de uso. O preço de venda líquido é o montante que se obteria com a alienação do ativo numa transação entre entidades independentes e conhecedoras, deduzido dos custos diretamente atribuíveis à alienação. O valor de uso é o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados que se espera que surjam do uso continuado do ativo e da sua alienação no final da vida útil. A quantia recuperável é estimada para cada ativo, individualmente ou, no caso de não ser possível, para a unidade geradora de fluxos de caixa à qual o ativo pertence.

Após o reconhecimento de uma perda por imparidade, o gasto com a amortização/depreciação do ativo é ajustado nos períodos futuros para imputar a quantia escriturada revista do ativo, menos o seu valor residual (se o houver) numa base sistemática, durante a vida útil remanescente.

Sempre que seja identificado um evento ou alteração nas circunstâncias que indiquem que o montante pelo qual o ativo se encontra registado não possa ser recuperado, é efetuada uma nova avaliação da imparidade.

A reversão de perdas por imparidade reconhecidas em períodos anteriores é registada quando se conclui que as perdas por imparidade reconhecidas já não existem ou diminuíram. Esta análise é efetuada sempre que existam indícios que a perda de imparidade anteriormente reconhecida tenha revertido. A reversão das perdas por imparidade é reconhecida como um rendimento na demonstração dos resultados. Contudo,

a reversão da perda por imparidade é efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (líquida de amortização ou depreciação), caso a perda por imparidade não se tivesse registado em períodos anteriores.

e. Inventários

Os critérios de reconhecimento e mensuração de inventários (matérias-primas e subsidiárias, produtos acabados e intermédios e produtos e trabalhos em curso) são os abaixo descritos:

Reconhecimento e mensuração

As **matérias-primas, subsidiárias e de consumo** encontram-se mensuradas ao menor valor entre o custo de aquisição e o valor realizável líquido. O valor realizável líquido corresponde ao preço de venda estimado no decurso normal da atividade, deduzido dos respetivos custos de venda. São considerados como custo os valores inerentes à compra, conversão e outros incorridos para colocar os inventários no seu local e na sua condição de utilização ou venda.

Os **produtos e trabalhos em curso** encontram-se valorizados ao mais baixo de entre o custo de produção (que inclui o custo das matérias incorporadas e da subcontratação de serviços, mão-de-obra direta e gastos gerais de fabrico) e o valor realizável líquido.

Os **produtos acabados** transferidos de produtos e trabalhos em curso, após a sua conclusão, encontram-se valorizados aos custos de produção ou ao valor realizável líquido, caso este seja mais baixo.

O método adotado para o custeio das saídas é o custo médio ponderado.

Perdas por imparidade de inventários

A Empresa reduz o custo dos inventários (write down) para o seu valor realizável líquido, sempre que esses ativos estão escriturados por quantias superiores àquelas que previsivelmente resultariam da sua venda ou uso.

A quantia de qualquer ajustamento dos inventários para o valor realizável líquido é reconhecida como gasto do período em que a perda ocorra. Os critérios adotados na determinação das perdas por imparidade têm por base a duração de cada contrato específico de prestação de serviços e as perspetivas de consumo/rotação dos mesmos. Tais critérios encontram-se sistematizados na Nota 11.

Quando as circunstâncias que motivaram o ajustamento ao valor dos inventários deixarem de existir, ou quando houver uma alteração no valor realizável líquido devido à alteração nas circunstâncias económicas, a quantia dos ajustamentos é revertida/reforçada.

f. Clientes e Contas a receber

As contas a receber encontram-se registadas pelo seu valor nominal, sendo apresentadas em balanço deduzidas das perdas por imparidade que lhe estejam associadas.

As perdas por imparidade são registadas, por contrapartida de gastos, com base na avaliação regular da existência de evidência objetiva de imparidade associada aos valores a receber de terceiros na data do balanço. A imparidade registada é revertida por contrapartida de rendimentos do período, caso se verifique uma redução da perda estimada. Para o seu cálculo é utilizado o critério fiscal da mora.

Usualmente, as dívidas de terceiros decorrentes da atividade operacional não vencem juros.

g. Caixa e equivalentes de caixa

A caixa e seus equivalentes englobam o dinheiro em caixa e em depósitos à ordem e os investimentos financeiros de curto prazo, de liquidez elevada, que sejam prontamente convertíveis para quantias conhecidas de dinheiro e que estejam sujeitos a um risco residual de alterações de valor.

h. Transações em moeda estrangeira

As transações em moeda estrangeira são convertidas para euros à taxa de câmbio em vigor na data da transação.

Os ativos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira são convertidos para euros à taxa de câmbio em vigor na data das demonstrações financeiras. As diferenças cambiais resultantes desta conversão são reconhecidas nos resultados do período.

As diferenças de câmbio resultantes da liquidação e relato de itens monetários a taxas diferentes das que foram inicialmente registadas durante o período, ou relatadas em demonstrações financeiras anteriores são reconhecidas nos resultados do período em que ocorrem.

i. Capitalização de gastos com financiamentos obtidos

Os gastos com financiamentos obtidos são reconhecidos como um gasto do período em que ocorrem, não sendo capitalizados, mesmo que diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo que se qualifica.

j. Provisões

São reconhecidas provisões quando:

- A EMEF tem uma obrigação presente, legal ou construtiva resultante de um acontecimento passado;
- Seja provável que, para a resolução dessa obrigação ocorra uma saída de recursos;
- O montante da obrigação possa ser fiavelmente estimado;

As provisões são revistas na data de cada balanço e são ajustadas de modo a refletir a melhor estimativa a essa data.

k. Ativos e passivos contingentes

Os ativos contingentes surgem normalmente de eventos não planeados ou outros esperados que darão origem à possibilidade de um influxo de benefícios económicos. A Empresa não reconhece ativos contingentes no balanço, procedendo apenas à sua divulgação no anexo se considerar que os benefícios económicos que daí poderão resultar forem prováveis. Quando a sua realização for virtualmente certa, então o ativo não é contingente e o reconhecimento é apropriado.

Os passivos contingentes são definidos pela Empresa como: (i) obrigações possíveis que surjam de acontecimentos passados e cuja existência somente será confirmada pela ocorrência, ou não, de um ou mais acontecimentos futuros, incertos e não totalmente sob o seu controlo; ou (ii) obrigações presentes que surjam de acontecimentos passados mas que não são reconhecidas porque não é provável que um exfluxo de recursos que incorpore benefícios económicos seja necessário para liquidar a obrigação, ou a quantia da obrigação não pode ser mensurada com suficiente fiabilidade. Os passivos contingentes são divulgados, a menos que seja remota a possibilidade de um exfluxo de recursos.

I. Regime de Acréscimo

Os gastos e rendimentos são registados no período a que se referem independentemente do momento do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o regime de acréscimo. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos, e os correspondentes rendimentos e gastos, são registados nas rubricas de diferimentos ativos ou passivos, consoante sejam valores a receber ou a pagar.

No final do ano são efetuadas estimativas para os montantes não reconhecidos, que repõem na demonstração de resultados os valores respeitantes aos gastos e rendimentos cujo valor real não seja conhecido e respeitem ao período em causa.

Contratos de Construção

O rédito dos contratos cujo desfecho possa ser fiavelmente estimado é reconhecido de acordo com o método da percentagem de acabamento, segundo o qual o rédito é balanceado com os gastos contratuais incorridos ao atingir a fase de acabamento, o que se traduz no reconhecimento de rendimentos e gastos, atribuíveis na medida do trabalho concluído.

Nos casos em que o desfecho não possa ser estimado com fiabilidade, o rédito é reconhecido até ao ponto em que seja provável que os custos dos contratos incorridos sejam recuperáveis.

m. Reconhecimento do Rédito

Os réditos são registados no período a que se referem, independentemente da data do seu recebimento, de acordo com o regime do acréscimo.

As vendas e prestações de serviços são reconhecidas líquidas de impostos, abatimentos ou descontos e outros gastos inerentes à sua concretização, pelo justo valor do montante recebido ou a receber.

Venda de bens

O rédito proveniente da venda de bens só é reconhecido quando tiverem sido satisfeitas todas as seguintes condições:

- A EMEF tenha transferido para o comprador os riscos e vantagens significativos da propriedade dos bens;

- A EMEF não mantenha envolvimento continuado de gestão com grau geralmente associado com a posse, nem o controlo efetivo dos bens vendidos;
- A quantia do rédito ser fiavelmente mensurada;
- Seja provável que os benefícios económicos associados com a transação fluam para a Empresa;
- Os gastos incorridos ou a incorrer referentes à transação sejam fiavelmente mensurados.

Prestação de serviços

O rédito associado a uma prestação de serviços é reconhecido com base na fase de acabamento da transação à data do balanço, quando o desfecho da transação possa ser fiavelmente estimado. O desfecho de uma transação pode ser fiavelmente estimado, quando todas as condições seguintes forem satisfeitas:

- A quantia de rédito seja fiavelmente mensurada;
- Seja provável que os benefícios económicos associados à transação fluam para a Empresa;
- A fase de acabamento da transação à data do balanço seja fiavelmente mensurada;
- Os gastos incorridos com a transação ou a incorrer para a conclusão do mesmo sejam fiavelmente mensurados.

Quando o desfecho de uma transação não possa ser fiavelmente estimado e não seja provável que os gastos incorridos sejam recuperados, o rédito não é reconhecido.

Para o reconhecimento e mensuração do rédito das prestações de serviços de manutenção e reparação, é adotado o método da percentagem de acabamento nas situações em que o desfecho da transação seja fiavelmente estimado, em conformidade com as condições acima referidas. Nas situações em que as condições para considerar o desfecho da transação como fiavelmente estimado não são cumulativamente satisfeitas, a Empresa procede apenas ao reconhecimento dos gastos incorridos, não reconhecendo qualquer rédito, por não ser provável que aqueles gastos sejam recuperados, em conformidade com o preconizado na NCRF 20 – Rédito.

Para determinação da fase de acabamento dos contratos à data do balanço, importa aferir o trabalho executado utilizando o método mais adequado à natureza dos contratos, designadamente:

- Proporção dos custos incorridos relativamente aos custos estimados totais;
- Levantamento do trabalho executado;
- Conclusão de uma proporção física do trabalho executado.

Sempre que, face aos custos incorridos e a incorrer no âmbito dos contratos, seja previsível que o somatório destes exceda o total dos réditos reconhecidos e a reconhecer, é reconhecida uma perda nos resultados do período em que ela seja constatada, a título de provisão.

n. Gastos/Rendimentos de financiamentos

Os gastos/rendimentos de financiamentos incluem os juros pagos pelos financiamentos obtidos, os juros recebidos de aplicações efetuadas e rendimentos e gastos similares obtidos e suportados.

Os juros são reconhecidos de acordo com o regime de acréscimo.

o. Instrumentos financeiros

A Empresa reconhece um ativo financeiro, um passivo financeiro ou um instrumento de capital próprio apenas quando se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento, nos termos da NCRF 27 – Instrumentos Financeiros.

Os gastos iniciais não incluem os gastos de transação dos ativos ou passivos financeiros mensurados ao justo valor com contrapartida em resultados.

Imparidade

A cada data de balanço é efetuada uma avaliação da existência de evidência objetiva de imparidade, nomeadamente da qual resulte um impacto adverso nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros e sempre que possa ser medido de forma fiável.

Para os ativos financeiros que apresentam indicadores de imparidade, é determinado o respetivo valor recuperável, sendo as perdas por imparidade registadas por contrapartida de resultados.

p. Impostos sobre o rendimento do período

O imposto sobre o rendimento reconhecidos como gastos dos períodos abrangidos pelas presentes demonstrações financeiras, encontram-se corrigidos pelo efeito da contabilização dos impostos diferidos, caso existam diferenças temporárias tributáveis e/ou dedutíveis.

Os ativos por impostos diferidos são registados unicamente quando existem expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para os utilizar.

Os passivos por impostos diferidos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias tributáveis (com exceção do goodwill não dedutível para efeitos fiscais), das diferenças resultantes do reconhecimento inicial de ativos e passivos que não afetem quer o lucro contabilístico quer o fiscal e das diferenças relacionadas com investimentos em subsidiárias, na medida em que não seja provável que se revertam no futuro.

A este propósito, as principais estimativas utilizadas nas demonstrações financeiras estão descritas na Nota 4.5 - Principais fontes de incerteza das estimativas.

q. Subsídios à exploração

Os subsídios do Estado são reconhecidos de acordo com o justo valor quando existe uma garantia razoável de que irão ser recebidos e de que a Empresa cumprirá as condições exigidas para a sua concessão.

r. Benefícios dos empregados

Os benefícios de curto prazo dos empregados incluem salários, ordenados, complementos de trabalho noturno, retribuições eventuais por trabalho extraordinário, prémios de produtividade e assiduidade, subsídio de alimentação, subsídio de férias e de Natal, abonos para falhas e quaisquer outras retribuições adicionais decididas pontualmente pelo órgão de gestão. Para além disso, são ainda incluídas as contribuições para a Segurança Social de acordo com a incidência contributiva decorrente da legislação aplicável, as faltas autorizadas e remuneradas, desde que o seu pagamento venha a decorrer dentro dos 12 meses subsequentes ao encerramento do período.

As obrigações decorrentes dos benefícios de curto prazo são reconhecidas como gastos no período em que os serviços são prestados, numa base não descontada, por contrapartida do reconhecimento de um passivo que se extingue com o pagamento respetivo.

De acordo com a legislação laboral aplicável, o direito a férias e subsídio de férias relativo ao período, por este coincidir com o ano civil, vence-se em 31 de Dezembro de cada ano, sendo somente pago durante o período seguinte, pelo que os gastos correspondentes encontram-se reconhecidos como benefícios de curto prazo e tratados de acordo com o anteriormente referido.

Os benefícios decorrentes da cessação do emprego, quer por decisão unilateral da Empresa quer por mútuo acordo, são reconhecidos como gastos no período em que ocorrerem.



s. Acontecimentos após a data de balanço

Os acontecimentos materiais após a data do balanço que não dão lugar a ajustamentos são divulgados na Nota 42.

Os eventos ocorridos após a data do balanço sobre condições que existiam à data do fecho são considerados na preparação das demonstrações financeiras.

4.3. Juízos de Valor

A preparação das demonstrações financeiras em conformidade com as NCRF requer que os gestores exerçam o seu julgamento no processo de aplicação das políticas contabilísticas da empresa.

4.4. Principais pressupostos relativos ao futuro

Continua a decorrer a investigação da Comissão Europeia ao Estado Português por alegados auxílios de Estado à EMEF, desencadeada no seguimento de uma queixa apresentada por um terceiro. O processo de investigação aprofundada iniciou-se formalmente no dia 2 de junho de 2016. Até ao momento, a Comissão não adotou qualquer decisão final, continuando a EMEF a colaborar com o Estado Português na demonstração da inexistência de auxílios de Estado que, sustentadamente, considera não ter recebido.

Decorrente da necessidade de posicionar o enfoque da sua atividade na manutenção e na reparação do material circulante do seu cliente e acionista, a CP – Comboios de Portugal, E.P.E., indo assim ao encontro das disposições jurídico-legais em matéria da “contratação in house”, está em curso um processo de ajustamento no modelo empresarial da EMEF, com a imprescindível redução do âmbito da sua atividade, recorrendo para o efeito, à criação de uma unidade empresarial autónoma integrada no mesmo Grupo societário, dedicada à manutenção e reparação dos veículos integrantes da frota de material circulante do Metro do Porto.

Por outro lado, correspondendo a uma decisão da MEDWAY de internalizar a atividade de manutenção e reparação de vagões (sem o ACE), a EMEF assegurará esta transição de forma progressiva e controlada, precavendo a existência de eventuais disrupções ou questões de conflitualidade neste processo.

Importa referir que este ajustamento do modelo empresarial tem subjacente a imprescindível salvaguarda da sustentabilidade económica e financeira da EMEF e da nova entidade empresarial.

4.5. Principais fontes de incerteza das estimativas

A preparação das demonstrações financeiras em conformidade com as NCRF requer o uso de algumas estimativas contabilísticas importantes. As principais estimativas contabilísticas e julgamentos utilizados na aplicação dos princípios contabilísticos são expostos nesta Nota, com o objetivo de melhorar o entendimento de como a sua aplicação afeta os resultados reportados pela Empresa e a sua divulgação.

As estimativas e julgamentos com impacto nas demonstrações financeiras da EMEF são continuamente avaliadas, representando a cada data de relato a melhor estimativa, tendo em conta o desempenho histórico, a experiência acumulada e as expectativas sobre eventos futuros que, nas circunstâncias atuais, acreditamos serem razoáveis. A natureza intrínseca das estimativas e julgamentos pode levar a que o reflexo real das situações que haviam sido alvo de estimativa possam, para efeitos de relato financeiro, diferir dos montantes estimados.

Em muitas situações existem alternativas ao tratamento contabilístico adotado pela Empresa, pelo que os resultados poderiam ser diferentes, caso um outro tratamento tivesse sido escolhido.

Considera-se que as escolhas efetuadas são apropriadas e que as demonstrações financeiras apresentam de forma adequada a posição financeira da Empresa e o resultado das suas operações em todos os aspetos materialmente relevantes.

As estimativas de valores futuros que se justificaram reconhecer nas demonstrações financeiras refletem a evolução previsível da Empresa no quadro do seu plano estratégico e as informações disponíveis face a acontecimentos passados e a situações equivalentes de outras empresas do sector, não sendo previsível qualquer alteração significativa deste enquadramento a curto prazo que possa pôr em causa a validade dessas estimativas ou implicar um risco significativo de ajustamentos materialmente relevantes nas quantias escrituradas dos ativos e passivos no próximo período.

Provisões

As provisões constituídas são registadas pela melhor estimativa do dispêndio exigido para liquidar a obrigação presente à data do balanço.

Recuperabilidade de saldos de clientes e outros devedores

As perdas por imparidade relativas a saldos de clientes e outros devedores são determinadas com base na avaliação regular da existência de evidência objetiva de que os ativos se encontram em imparidade, como sejam indícios de que o devedor irá entrar em incumprimento e outros fatores considerados relevantes.

São também consideradas outras circunstâncias e factos que possam alterar a probabilidade de recebimento dos saldos das contas a receber tais como, a conjuntura económica. Este processo de avaliação pode conduzir a alterações no montante estimado para perdas de imparidade suficientes para mitigar o risco de incumprimento de clientes e outros devedores. Tais alterações são refletidas nos resultados do período. Para o cálculo é utilizado o critério fiscal da mora.

Reconhecimento do rédito

No reconhecimento do rédito a EMEF afere se se encontram satisfeitas as condições que lhe permitam aplicar o método de percentagem de acabamento. Este método aplicado à prestação de serviços tem em consideração os gastos totais estimados, para cada obra/serviço (montante que é apurado pela área operacional, tendo em consideração o trabalho a desenvolver e a experiência passada da Empresa em trabalhos similares), bem como o preço de venda do serviço acordado com o cliente.

Caso existam indicadores que evidenciem a probabilidade de os gastos incorridos não virem a ser recuperados, o rédito não é reconhecido.

Perdas por imparidade - inventários

Os pressupostos/critérios assumidos nesta matéria, encontram-se apresentados na Nota 11- Inventários.

5. Fluxos de caixa

A Demonstração dos Fluxos de Caixa é preparada segundo o método direto, através do qual são divulgados os recebimentos e pagamentos em atividades operacionais, de investimento e de financiamento.

A EMEF classifica os juros pagos como atividades de financiamento, os dividendos recebidos como atividades de investimento e os juros recebidos como atividade operacional.

A 31 de dezembro de 2018, todos os saldos de caixa e seus equivalentes encontram-se disponíveis para uso. A rubrica de caixa e depósitos bancários é constituída pelos seguintes saldos:

	(euros)	
	31-12-2018	31-12-2017
Caixa		
Serviços Centrais	500	500
Parq. Ofici. Norte	500	500
Parq. Ofici. Entroncamento	500	500
Parq. Ofici. Sul	500	500
	2 000	2 000
Depósitos à Ordem		
Novo Banco, SA	53 505	53 749
Banco BPI, SA	106 294	73 328
Banco Santander Totta, SA	4 228	-
Banco Comercial Português, SA	30 112	21 297
BCP - Parq. Ofici. Entroncamento	-	355
Caixa Geral de Depósitos, SA	22 392	26 838
Caixa Económica Montepio Geral	-	20 000
Banco Popular Portugal, SA	-	12 200
IGCP - Agência de Gestão da Tesouraria e da Dívida Pública	8 204 268	5 471 107
	8 420 800	5 678 872
Caixa e seus equivalentes	8 422 800	5 680 872

6. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas, erros e reexpressões efetuadas

Durante o período em análise a EMEF não efetuou qualquer alteração nas políticas e estimativas contabilísticas nem fez a reexpressão retrospectiva de qualquer valor nas suas demonstrações financeiras.

7. Ativos fixos tangíveis

	(euros)	
	31-12-2018	31-12-2017
Valor Bruto:		
Terrenos e recursos naturais	1 592 530	1 592 530
Edifícios e outras construções	6 914 472	6 656 545
Equipamento básico	15 228 957	15 108 351
Equipamento de transporte	1 628 209	1 627 156
Equipamento administrativo	2 355 093	2 288 643
Outros ativos fixos tangíveis	3 038 179	2 797 376
	30 757 441	30 070 602
Depreciação acumulada e imparidade		
Depreciação do período	751 730	882 830
Anulações do Período	-	(79 619)
Depreciação acumulada de períodos anteriores	24 558 832	23 755 621
	25 310 562	24 558 832
Investimentos em Curso		
Ativo Fixo Tangível em Curso	27 395	5 032
Adiantamento por Conta Ativo Fixo Tangível	23 187	22 859
	50 582	27 891
Valor líquido contabilístico	5 497 460	5 539 660

Os movimentos na rubrica de ativos fixos tangíveis durante o ano 2018, são detalhados no quadro seguinte:

	Saldo inicial	Adições	Revalorizações /Imparidades	Alienações	Ativos classificados como detidos para venda	Abates	Transferências	Outras alterações	Saldo final
Valor bruto:									
Terrenos e recursos naturais	1 592 530	-	-	-	-	-	-	-	1 592 530
Edifícios e outras construções	6 656 545	9 225	-	-	-	-	248 703	-	6 914 472
Equipamento básico	15 108 351	120 606	-	-	-	-	-	-	15 228 957
Equipamento de transporte	1 627 156	1 052	-	-	-	-	-	-	1 628 209
Equipamento administrativo	2 288 643	61 418	-	-	-	-	5 032	-	2 355 093
Outros ativos fixos tangíveis	2 797 376	240 803	-	-	-	-	-	-	3 038 179
Outros AFT - Ferramentas e Utensílios	2 009 535	182 847	-	-	-	-	-	-	2 192 382
Outros AFT - Taras e Vasilhame	24 844	-	-	-	-	-	-	-	24 844
Outros AFT - Outros Ativos Fixos Tangíveis	762 997	57 956	-	-	-	-	-	-	820 953
Investimentos em Curso - Ativo Fixo em curso	5 032	276 098	-	-	-	-	(253 735)	-	27 395
Adiantamentos por conta de investimentos	22 859	44 443	-	-	-	-	-	(44 115)	23 187
	30 098 492	753 646	-	-	-	-	-	(44 115)	30 808 023
Depreciação acumulada e imparidade									
Edifícios e outras construções	3 939 235	329 690	-	-	-	-	-	-	4 268 925
Equipamento básico	14 132 374	257 128	-	-	-	-	-	-	14 389 502
Equipamento de transporte	1 595 305	14 360	-	-	-	-	-	-	1 609 666
Equipamento administrativo	2 251 686	42 031	-	-	-	-	-	-	2 293 716
Outros ativos fixos tangíveis	2 640 232	108 522	-	-	-	-	-	-	2 748 754
Outros AFT - Ferramentas e Utensílios	1 906 131	86 082	-	-	-	-	-	-	1 992 213
Outros AFT - Taras e Vasilhame	19 664	852	-	-	-	-	-	-	20 515
Outros AFT - Outros Ativos Fixos Tangíveis	714 437	21 588	-	-	-	-	-	-	736 025
	24 558 832	751 730	-	-	-	-	-	-	25 310 562
Total	5 539 660								5 497 460

No período em análise prosseguiu-se há semelhança de anos anteriores, com a política de contenção na aquisição de ativos fixos tangíveis, cifrando-se esta no montante de 753.646 euros.

O valor mais significativo verificou-se na rubrica de Ferramentas e Utensílios, nomeadamente com a aquisição de quatro equipamentos para ozonização, dois para a Oficina de Campolide e outros dois para a Oficina de Oeiras.

8. Ativos intangíveis

	(euros)	
	31-12-2018	31-12-2017
Valor Bruto:		
Programas de Computador	1 464 911	1 426 577
Investimentos em Curso	-	12 270
	1 464 911	1 438 847
Amortização acumulada e imparidade:		
Amortização do período	95 750	90 969
Amortização acumulada de períodos anteriores	1 249 742	1 158 773
	1 345 492	1 249 742
Valor líquido contabilístico	119 419	189 105

O valor bruto desta rubrica sofreu um ligeiro aumento face ao período homólogo resultante da aquisição de um software de desenvolvimento de aplicações móveis em SAP.

	(euros)								
	Saldo inicial	Adições	Revalorizações /Imparidades	Alienações	Ativos classificados como detidos para venda	Abates	Transferências	Outras alterações	Saldo final
Valor bruto:									
Programas de Computador	1 426 577	10 000	-	-	-	-	28 334	-	- 1 464 911
Investimentos em Curso	12 270	16 064	-	-	-	-	(28 334)	-	-
	1 438 847	26 064	-	-	-	-	-	-	- 1 464 911
Depreciação acumulada e imparidade									
Programas de Computador	1 249 742	95 750	-	-	-	-	-	-	- 1 345 492
	1 249 742	95 750	-	-	-	-	-	-	- 1 345 492
Total	189 105								119 419

9. Participações financeiras – método da equivalência patrimonial

	(euros)					
	31-12-2018			31-12-2017		
	Valor Bruto	Imparidade	Valor Líquido	Valor Bruto	Imparidade	Valor Líquido
EMEF/Siemens Ace	400 326	-	400 326	455 239	-	455 239
Nomad Tech Lda	493 169	-	493 169	334 019	-	334 019
	893 496	-	893 496	789 258	-	789 258

O movimento das participações financeiras reconhecidas pela aplicação do método equivalência patrimonial, é evidenciado como se segue:

	(euros)					
	Saldo Inicial	Adições	Alienações	MEP	Outras alterações	Final
Valor bruto						
EMEF/Siemens Ace	455 239	-	-	400 326	(455 239)	400 326
Nomad Tech Lda	334 019	-	-	159 150	-	493 169
	789 258	-	-	559 477	(455 239)	893 496

No agrupamento complementar de empresas EMEF/SIEMENS ACE – Serviços Integrados de Manutenção e Engenharia Ferroviária, participam a EMEF, SA e a SIEMENS, com 51% e 49% respetivamente. No período de 2018, o ACE obteve o resultado líquido de 784.954 euros, tendo a EMEF registado nas suas contas pelo método de equivalência patrimonial o montante de 400.326 euros referentes à sua participação. Os 455.240,24 euros contabilizados no período anterior foram pagos na íntegra à EMEF no decurso do ano 2018, tendo ocorrido uma pequena diferença no resultado final apurado pelo ACE que resultou numa correção de 1,74 euros.

A EMEF detém ainda uma quota de 35% na sociedade Nomad Tech Lda, com o valor nominal de 56.000 euros. Os restantes 65% são detidos pelos seguintes titulares: Nomad Holding Limited (51%), Augusto António Moreira da Costa Franco (7%) e Nuno Pinho da Cruz Leite de Freitas (7%).

A Nomad Tech encerra o seu exercício a 30 de junho de cada ano. À data de encerramento de contas, que ocorreu em 30 de junho de 2018, a sociedade obteve um resultado líquido de 682.015 euros dos quais a EMEF reconheceu nas suas contas 238.705 euros, correspondentes aos 35% de participação. Daquele montante, em 2017 a EMEF reconheceu 7.766 euros e em 2018 registou 230.939 euros.

No período compreendido entre julho e dezembro de 2018 aquela sociedade obteve um resultado líquido negativo de 205.111 euros, o que gerou o reconhecimento de um gasto no montante de 71.789 euros na demonstração dos resultados por naturezas da EMEF no período de 2018.

A informação financeira referente às empresas associadas apresenta-se como se segue:

	(euros)					
	% de Participação	Data de referência	Ativos	Passivos	Capital Próprio	Resultado Líquido
Valor bruto						
EMEF/Siemens Ace	51	31.12.2018	7 447 087	6 662 133	784 954	784 954
Nomad Tech Lda	35	31.12.2018	3 508 511	2 099 456	1 409 056	(205 111)*

* Este montante refere-se ao Resultado Líquido do período compreendido entre 01/07/2018 e 31/12/2018. Conforme já referido anteriormente, a Nomad Tech encerra o seu exercício a 30 de junho de cada ano.

10. Participações financeiras – outros métodos

	31-12-2018			31-12-2017		
	Valor Bruto	Imparidade	Valor Líquido	Valor Bruto	Imparidade	Valor Líquido
Fundação Museu Nacional Ferroviário	31 944	31 944	-	31 944	31 944	-
INEGI - Instituto de Engenharia Mecânica e Gestão Industrial	2 500	2 500	-	2 500	2 500	-
Fundo Comp. Trabalho	23 852	-	23 852	12 423	-	12 423
	58 296	34 444	23 852	46 867	34 444	12 423

A EMEF detém pequenas participações na Fundação Museu Nacional Ferroviário Armando Ginestal Machado e no Instituto de Engenharia Mecânica e Gestão Industrial – INEGI que se encontram reconhecidas ao custo deduzido das perdas por imparidade reconhecidas a 100%, dado não ser expectável recuperar o valor dessas participações.

O Fundo de Compensação do Trabalho (FCT) está definido na Portaria n.º 294-A/2013 de 30 de setembro, sendo um mecanismo que visa garantir ao trabalhador o pagamento de uma parte das compensações (até 50%) a que este tem direito em caso de cessação do contrato de trabalho. Para tal, contribui-se mensalmente para o fundo num valor correspondente a 0,925% da retribuição base e diuturnidades devidas a cada trabalhador abrangido. O montante tem vindo a ser reforçado desde 01 de outubro de 2013 com as admissões efetuadas.

11. Inventários

	(euros)	
	31-12-2018	31-12-2017
Valor Bruto:		
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	32 020 315	32 650 750
Produtos acabados e intermédios	851 778	908 708
Adiantamentos por conta de compras	57 497	230 647
	32 929 590	33 790 106
Imparidades acumuladas		
Imparidades do período	412 397	775 990,43
Imparidades de períodos anteriores	9 489 466	8 713 475,72
	9 901 863	9 489 466
Valor líquido contabilístico		
	23 027 727	24 300 639

Matérias-primas, subsidiárias e de consumo:

A rubrica de matérias-primas, subsidiárias e de consumo sofreu um decréscimo de 2% face ao ano anterior, no montante de 630.435 euros. Esta diminuição está diretamente relacionada com um maior consumo face às aquisições efetuadas. Por outro lado, também os adiantamentos por conta de compras tiveram uma redução face ao período homólogo na ordem dos 75%, que se traduz no montante de 173.150 euros, por respeitarem a projetos em curso que, entretanto, terminaram ou se aproximaram do fim, com a regularização dos respetivos adiantamentos.

Conforme referido em anos anteriores, realça-se o facto de no âmbito do contrato de manutenção dos veículos da frota da Metro do Porto, esta empresa ter colocado à disposição da EMEF/PROMETRO/Via Porto, peças de reserva de sua propriedade, de forma a permitir a prestação de serviços sem quebra de qualidade e continuidade, peças estas, que no final do contrato serão integralmente entregues ao cliente.

Sucede, porém, que não sendo as referidas peças inventário da EMEF, sempre que se recorre a este lote não é registado o valor do consumo (gasto), ocorrendo esse registo no momento da respetiva reposição.

	(euros)				
	Saldo inicial	Compras	Consumos	Regularizações	Saldo final
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	32 650 750	18 370 782	(18 853 255)	(147 963)	32 020 315
	32 650 750	18 370 782	(18 853 255)	(147 963)	32 020 315

No período de 2018, em resultado da reposição do stock consumido em anos anteriores, reverteu-se a especialização criada no montante de 305.315 euros. Simultaneamente, reforçou-se a especialização no montante de 80.344 euros em resultado do consumo de peças em 2018, mas cuja compra ainda não ocorreu.

No cômputo do ano ocorreu uma reversão da especialização no montante de 224.970 euros (sinal negativo). Este valor juntamente com os 77.007 euros (sinal positivo) das regularizações efetuadas em resultado das contagens de inventário perfazem os 147.963 euros registados na rubrica Regularizações do quadro acima.

Produtos acabados e intermédios:

A rubrica produtos acabados e intermédios sofreu um decréscimo no montante de 56.931 euros devido às saídas para a produção superarem os fabricos no mesmo montante.

	(euros)				
	Saldo inicial	Produção	Saídas	Regularizações	Saldo final
Produtos acabados e intermédios	908 708	69 673	(126 604)	-	851 778
	908 708	69 673	(126 604)	-	851 778

Perdas por imparidade:

A atualização das perdas por imparidades de inventários está indexada à duração dos contratos de prestação de serviços celebrados com cada cliente, sendo calculadas em função no número de anos até ao término dos contratos e nas perspetivas de consumo/rotação dos materiais nesse horizonte. Excluem-se do apuramento da imparidade os materiais com aquisições recentes, ou seja, materiais cuja data de aquisição tenha ocorrido nos últimos dois anos.

Os critérios utilizados são os seguintes:

1. Inventários pertencentes a séries ou equipamentos ativos com consumo nos últimos 9 anos

Considera-se como corrente, e, portanto, não sujeito a qualquer imparidade, todo material que esteja afeto a séries de material circulante ou equipamentos ativos e também com classificação de estratégicos, com exceção do excedente apurado tendo por base o consumo médio esperado até o término do contrato respetivo. Sobre este excedente é considerada uma imparidade de 75%.

2. Inventários pertencentes a séries ou equipamentos ativos sem consumo registado nos últimos 9 anos

Os materiais que, embora pertencendo a séries ativas, tenham sido adquiridos há mais de 2 anos e não tenham registado consumo nos últimos 9 anos serão sujeitos a uma imparidade de 80% sobre o seu valor.

3. Inventários pertencentes a séries ou equipamentos inativos com e sem consumo nos últimos 9 anos

Os materiais classificados como pertencendo a séries de material e equipamentos inativos são sujeitos a uma imparidade de 95% sobre o seu valor.

4. Inventários classificados como Monos e Cativos sem consumo nos últimos 9 anos

Os inventários classificados como Monos ou Cativos pela Direção de Logística, que não registaram consumo nos últimos 9 anos serão sujeitos a uma perda por imparidade de 95% sobre o seu valor.

5. Inventários classificados como Monos e Cativos com consumo nos últimos 9 anos

Os inventários classificados como Monos ou Cativos pela Direção de Logística, que tenham sido adquiridos há mais de 2 anos e tenham registado consumo nos últimos 9 anos, mas cujas perspectivas de consumo, face à informação disponível, são residuais serão sujeitos a uma perda por imparidade de 80% sobre o seu valor.

6. Inventários classificados como Obsoletos

Os inventários classificados como Obsoletos pela Direção de Logística, serão sujeitos a uma perda por imparidade de 95% sobre o seu valor.

7. Inventários classificados como Estratégicos e sem consumo nos últimos 9 anos

Os inventários classificados como Estratégicos pela Direção de Logística e que não tenham consumo registado nos últimos 9 anos, serão sujeitos à constituição de uma perda por imparidade a uma taxa constante, calculada sobre 75% do seu valor em função do número de anos que decorre até ao término do contrato. No último ano os bens terão um valor realizável líquido de 25%.

8. Inventários sem identificação

Os inventários que na sua maioria são materiais destinados a conservação (produtos de pintura, limpeza industrial, materiais elétricos e eletrónicos, rolamentos, elementos de fixação/união ...), alguns deles com possível aplicação em equipamentos de outros clientes, por não estarem relacionados com nenhum contrato específico e atendendo à sua natureza, serão reconhecidas perdas por imparidade tendo por base o consumo médio e a estimativa de necessidades para um horizonte de 3 anos. A manter-se o consumo médio, caso o inventário não se esgote em 3 anos, aplica-se uma imparidade de 95% ao excedente.

Caso tenha sido adquirido há mais de 2 anos e não tenha registo de consumo aplica-se uma imparidade de 95%.

Durante o período de 2018, o movimento ocorrido nas perdas por imparidade de inventários foi o seguinte:

	(euros)				
	Saldo Inicial	Aumentos	Reversões	Utilizações	Fínal
Imparidade - Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	(9 002 160)	(396 135)	-	-	(9 398 295)
Imparidade - Produtos acabados e intermédios	(487 306)	(16 786)	524	-	(503 568)
	(9 489 466)	(412 921)	524	-	(9 901 863)

As imparidades acumuladas sofreram um acréscimo no montante de 412.397 euros em relação ao ano transato, justificado exclusivamente pela aplicação dos critérios de cálculo de imparidades atrás mencionados.

12. Clientes

A rubrica clientes, nos períodos findos em 31 de dezembro de 2018 e em 31 de dezembro de 2017 apresentava o seguinte detalhe:

	(euros)	
	31-12-2018	31-12-2017
Clientes c/c		
Gerais	7 799 761	6 970 422
Empresa-mãe	1 761 346	4 576 026
Empreendimentos conjuntos	253 053	199 923
Clientes Cobrança duvidosa	426 421	174 958
Clientes Cauções	4 825	48 450
	10 245 406	11 969 780
Imparidades acumuladas		
Perdas / Utilizações / Reversões por imparidade no período	(66 769)	5 189
Perdas / utilizações / Reversões por imparidade de períodos a	(173 754)	(178 943)
	(240 524)	(173 754)
Total	10 004 883	11 796 026

No global, verificou-se uma redução do saldo de clientes motivado essencialmente pelo saldo da rubrica clientes empresa-mãe. Esta redução decorre do efeito conjugado de uma redução da faturação para a empresa mãe no último trimestre do ano 2018 comparativamente ao último trimestre de 2017, e do facto de no ano de 2018, o prazo médio de recebimento ter manifestado uma tendência de redução, com especial incidência no mês de dezembro em resultado do recebimento de um número considerável de documentos não vencidos.

O quadro seguinte evidencia os movimentos das perdas por imparidade no ano de 2018:

	(euros)				
	Saldo Inicial	Aumentos	Reversões	Utilizações	Saldo Final
Clientes c/c					
Gerais	(173 754)	(66 950)	180	-	(240 524)
Total	(173 754)	(66 950)	180	-	(240 524)

A rubrica perdas por imparidade acumuladas de clientes apresentou um aumento de 66.769 euros, 92% dos quais são justificados por perdas atribuídas a dois clientes.

Um desses clientes mantém um diferendo com a EMEF, SA quanto à forma de cálculo do desconto contratual previsto, estando em curso processo negocial com vista à ultrapassagem do referido diferendo.

O quadro seguinte apresenta a antiguidade de saldos de clientes da EMEF, SA em 31 de dezembro de 2018 e no período homólogo.

						(euros)
	Não vencidos	Mora até 90 dias	Mora 90 a 180 dias	Mora 180 a 360 dias	Mora mais de 360 dias	Total
31-12-2018						
Cientes c/c						
Gerais	4 732 608	2 191 155	748 117	17 340	110 541	7 799 761
Empresa-mãe	1 125 870	463 180	3 439	151 851	17 006	1 761 346
Empreendimentos conjuntos	244 863	8 191	-	-	-	253 053
Cientes cobrança duvidosa	-	-	-	237 453	188 968	426 421
Cientes Cauções	-	-	4 825	-	-	4 825
Imparidades						
Gerais	-	-	-	(59 363)	(181 161)	(240 524)
Total	6 103 341	2 662 526	756 381	347 280	135 355	10 004 883
31-12-2017						
Cientes c/c						
Gerais	4 401 747	2 498 367	52 965	-	17 343	6 970 422
Empresa-mãe	4 306 059	209 699	-	43 262	17 006	4 576 026
Empreendimentos conjuntos	196 999	2 925	-	-	-	199 923
Cientes cobrança duvidosa	-	-	-	1 605	173 353	174 958
Cientes Cauções	-	-	-	-	48 450	48 450
Imparidades						
Gerais	-	-	-	(401)	(173 353)	(173 754)
Total	8 904 805	2 710 991	52 965	44 466	82 799	11 796 026

Em termos globais, não se evidenciam alterações significativas ao nível dos diferentes períodos de mora, sendo de ressaltar somente um ligeiro aumento acima dos 90 dias no que respeita essencialmente aos clientes gerais. Contudo, este aumento não se afigura preocupante, na medida em que, como já foi referido anteriormente, se verificou uma diminuição global dos prazos médios de recebimento em 2018 face a 2017.

Em conformidade com o procedimento adotado em anos anteriores, utilizou-se o critério fiscal para o cálculo das imparidades relativas aos saldos de clientes em mora (igual ou superior a 180 dias).

Foram constituídas imparidades somente para a rubrica clientes gerais tendo sido considerados montantes não vencidos os saldos de clientes que não se encontravam em mora.

13. Estado e outros entes públicos

	(euros)	
	31-12-2018	31-12-2017
Passivo		
Imposto sobre o rendimento	1 660 596	1 960 754
Retenções de imposto sobre o rendimento	276 426	279 383
IVA a pagar	1 824 080	2 094 450
Contribuições para a Segurança Social	522 480	529 839
	4 283 581	4 864 426

Ativo – Imposto sobre o rendimento

A EMEF está abrangida pelo Regime Especial de Tributação dos Grupos de Sociedades (RETGS), previsto no Artigo 69º do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas.

Sendo a CP – Comboios de Portugal, EPE a sociedade dominante compete-lhe proceder à liquidação do Pagamento Especial por Conta (PEC).

Em virtude do lucro fiscal apresentado pela EMEF, o grupo teve a possibilidade de fazer a dedução do montante pago na derrama estadual apurada pela EMEF. Neste sentido, não foi necessário o pedido de reembolso do PEC.

O reconhecimento dos valores do PEC como gasto nas demonstrações das Empresas do grupo ocorre quando a empresa dominante efetua a cobrança à EMEF, por não o ter conseguido recuperar.

Passivo - impostos

Comparativamente ao ano anterior, a rubrica Estado e Outros Entes Públicos registou uma redução de cerca de 12%, motivado essencialmente pelos seguintes fatores:

- Diminuição da rubrica imposto sobre rendimento em cerca de 15%, resultante da diminuição da estimativa do imposto corrente do período. Contudo, é de salientar que, apesar de a EMEF ter de reconhecer nas suas contas individuais este montante de estimativa de imposto, como a sociedade dominante do grupo apresenta prejuízos, aquando do pagamento do imposto a ocorrer no mês de maio de 2019, a EMEF pagará apenas a Tributação Autónoma e as Derramas Municipal e Estadual, sendo o restante imposto absorvido pelo prejuízo do Grupo.

- Diminuição do imposto sobre valor acrescentado em cerca de 13% face ao ano transato. O valor do imposto a favor do estado acompanhou a diminuição do imposto a favor da empresa.

14. Outros créditos a receber

	(euros)	
	31-12-2018	31-12-2017
Adiantamentos a fornecedores	105 834	182 070
Pessoal	48 634	58 255
Acréscimos de rendimentos	5 828 401	3 787 091
Devedores diversos	3 157 235	3 134 667
Reembolso de despesas	294 786	222 748
	9 434 889	7 384 831
Imparidade acumulada		
Imparidade do período	-	(1 025 000)
Imparidade de períodos anteriores	(1 025 000)	-
	(1 025 000)	(1 025 000)
Total	8 409 889	6 359 831

Esta rubrica registou um aumento de 2.050.058 euros o que equivale a 32% face ao período homólogo.

As variações mais significativas verificaram-se nas seguintes componentes:

Adiantamentos a fornecedores

A rubrica adiantamentos a fornecedores registou no final de dezembro de 2018 uma diminuição de 76.236 euros face ao período homólogo anterior, justificado essencialmente pela regularização dos adiantamentos aos prestadores de serviços para o contrato de intervenção de meio de vida (R1) dos CPA 4000.

No final de 2018 o saldo desta conta era decomposto pelos seguintes adiantamentos:

- Remanescente dos 10% do valor global do contrato de instalação de sistema de iluminação LED para os CPA 4000;
- Remanescente dos 10% do valor global do contrato dos serviços de remodelação de interiores dos CPA 4000;
- 40% do valor global do aditamento ao contrato de desenvolvimento e fornecimento de sistema de recolha e monitorização remota de dados para LE5600;
- 50% do valor global da aquisição de uma viatura destinada ao serviço de emergência.

Acréscimos de Rendimentos

O acréscimo de 2.041.309 euros no período de 2018, que se traduz num aumento de cerca de 54% em comparação com o período homólogo, é essencialmente justificado por dois fatores:

- por um lado, incremento de 197% relativamente a trabalhos concluídos e não faturados, correspondendo a um incremento no montante de 1.299.519 euros face a 2017;
- por outro, um aumento de 44% nos valores especializados referentes a bonificações registadas referentes ao cliente CP, passando de 1.284.027 euros para 1.860.095.

Devedores Diversos

- Mantém-se em dívida o pagamento indevido ao BCP Factoring, no montante de 1.418.121 euros derivado da cedência de créditos da Marginal, entretanto declarada insolvente, a duas entidades distintas: à Caixa de Crédito Agrícola Mútuo e ao Banco Comercial Português. Este montante está provisionado em 50% conforme descrito no Nota 21. Provisões. A audiência preliminar deste processo teve lugar em fevereiro de 2018. Em fevereiro de 2019 iniciou-se a Audiência de Discussão e Julgamento, perspetivando-se a sua conclusão até julho de 2019.
- O Metropolitano de Lisboa, E.P.E. (ML) e a EMEF acordaram em protocolo celebrado em 14 de maio de 2009, que o ML demoliria dois edifícios propriedade da EMEF para instalar o estaleiro de apoio às obras de construção da estação intermodal da Reboleira e reconstruiria, no prazo máximo de 6 meses após a conclusão da estação, um edifício equivalente, assumindo todos os gastos de reconstrução até ao montante de 2.250.000 euros. Estimava-se que a obra estivesse concluída em 30 de maio de 2012, mas, no entanto, face ao tempo decorrido, a EMEF perdeu o interesse na construção do referido edifício, o que originou a assinatura de uma adenda ao protocolo em 17 de abril de 2015. Neste último documento, foi acordado pelas partes que o ML pagaria à EMEF uma indemnização no montante de 2.000.000 euros, de acordo com um plano de pagamento previamente acordado. Nessa data, recebeu-se apenas a primeira tranche, no montante de 600.000 euros devida com a assinatura da Adenda. O remanescente deveria já ter sido pago de acordo com os prazos estabelecidos na adenda e que a seguir se indicam:
 - 400.000 Euros em dezembro de 2015
 - 500.000 Euros em março de 2016
 - 500.000 Euros em dezembro de 2016

Porém, aquando da circularização efetuada em 2017 para confirmação de saldos pelo Revisor Oficial de Contas da EMEF, o ML não reconheceu a dívida para com a EMEF. Em 2018 o ML absteve-se de responder ao pedido de circularização de saldos. Assim, embora a Administração do

ML tenha assinado o Contrato e posterior Adenda, e tenha pago a primeira tranche, face à resposta recebida o resto da dívida não consta das suas demonstrações financeiras.

A EMEF está uma vez mais a fazer diligências para receber o montante em dívida. Atendendo ao tempo decorrido desde o vencimento da dívida e ao seu não reconhecimento pela ML, decidiu constituir-se em 2017 uma imparidade no valor de 1.025.000 euros para fazer face ao risco inerente a esta situação. Em 2018, tendo a ML manifestado disponibilidade para encontrar uma solução para o diferendo, a EMEF decidiu manter o valor da provisão, por considerá-lo economicamente ajustado.

15. Diferimentos

	(euros)	
	31-12-2018	31-12-2017
Ativo		
Gastos a reconhecer		
Seguros	479 848	425 551
Diversos	50 636	71 878
	530 483	497 429
Passivo		
Rendimentos a reconhecer		
Fact.p/Conta-Trab.a Real.	2 973 309	5 011 283
Outros Rec.c/rend.Dif	25 218	32 612
	2 998 527	5 043 895

Gastos a reconhecer – Seguros

Para a variação de cerca de 13% face ao ano anterior, concorrem basicamente duas situações:

- um acréscimo do seguro de acidentes de trabalho, em consequência do incremento da massa salarial e da sinistralidade ocorrida;
- e um incremento do prémio do seguro de saúde.

Gastos a reconhecer – Diversos

O decréscimo de cerca de 30% que se verifica nesta componente face ao período homólogo de 2017, prende-se com a diminuição de faturas registadas referentes a períodos futuros.

Rendimentos a reconhecer - Faturação por conta de trabalhos a realizar

A faturação por conta de trabalhos a realizar engloba os movimentos referentes a faturas parciais antecipadas, emitidas para clientes, de acordo com as condições contratuais estabelecidas, bem como, as correspondentes deduções relativas ao rédito considerado para as obras em curso no final do ano.

Esta rubrica apresenta no final de 2018 uma redução de 2.037.974 euros face ao ano anterior, motivada essencialmente pela regularização dos adiantamentos relativos à conclusão de três intervenções de meio de vida de CPA4000, dezanove intervenções de revisão geral dos 960.000 Km dos veículos Eurotram e à conclusão dos trabalhos relativos ao sistema de monitorização remota de dados das LE5600.

A faturação total relativa ao contrato para a intervenção de meio de vida (R1) dos CPA 4000, continua a ter um peso significativo nesta rubrica, justificando no final de 2018 cerca de 47% do valor global da faturação por conta de trabalhos a realizar.

Rendimentos a reconhecer - Outros rendimentos diferidos

O decréscimo nesta rubrica de cerca de 23% e que se traduz no montante de 7.394 euros deve-se essencialmente à diminuição dos valores faturados antecipadamente.

16. Capital subscrito

O capital social de 8.100.000 euros, representado por 8.100.000 ações ordinárias de valor nominal de 1 euro cada, encontra-se integralmente realizado a 31 de dezembro de 2018 sendo totalmente detido pela CP, EPE.

17. Outros instrumentos de capital próprio

Esta rubrica respeita a prestações suplementares e acessórias concedidas pela CP, no montante total de 10.316.222 euros.

18. Reservas legais

Estipulam o art.º 295 do Código das Sociedades Comerciais e os estatutos da EMEF que a reserva legal seja obrigatoriamente dotada com um mínimo de 5% dos resultados anuais até que atinja o valor equivalente a

20% do capital social da Empresa. Esta reserva só pode ser utilizada na cobertura de prejuízos ou no aumento do capital social.

Os resultados anuais da EMEF tem sido canalizados para a cobertura prejuízos transitados de períodos anteriores.

19. Outras reservas

	(euros)	
	31-12-2018	31-12-2017
Posição no início do período	617 458	617 458
	617 458	617 458

As reservas livres constantes nesta rubrica, resultaram da decisão de aplicação dos resultados positivos obtidos no período de 1995 a 1998.

20. Resultados transitados

A variação dos resultados transitados justifica-se pela incorporação do resultado líquido positivo do período de 2017, no montante de 5.920.902 euros conforme decisão da Assembleia Geral do dia 12 de abril de 2018.

	(euros)		
	Saldo inicial	Outras transferências	Saldo final
Resultados Transitados	(7 280 896)	5 920 902	(1 359 994)
Resultados Transitados Regularização de Excedentes	1 232 763	802	1 233 565
Resultados Transitados Ajustamentos de Conversão	(1 703 423)	-	(1 703 423)
Resultados Transitados Realização Reserva Reavaliação - 2002	2 292	(802)	1 490
	(7 749 264)	(5 920 902)	(1 828 363)

Dentro da rubrica de resultados transitados, encontram-se registados os excedentes de reavaliação, resultantes da reavaliação livre do ativo fixo tangível efetuada em 2002 para todos os bens com valor de aquisição superior a 200 euros, ao abrigo da Diretriz Contabilística n.º 16. No período de 2018 foi realizada parte desta reserva, no montante de 802 euros. No entanto, esta realização não tem qualquer impacto no total da rubrica Resultado Transitados, uma vez que se trata apenas de uma reclassificação entre sub rubricas da mesma. A 31 de dezembro de 2018, o montante da reavaliação por realizar ascende a 1.490

euros. De notar que os excedentes de reavaliação, apesar de constarem na rubrica de Resultados Transitados, só ficarão disponíveis após a sua realização.

21. Provisões

O movimento na rubrica de provisões para o período de 2018, consta do quadro seguinte:

	(euros)			
	Saldo inicial	Aumentos	Reversões	Saldo final
Processos judiciais em curso	82 800	100 408	(69 602)	113 606
Outras provisões	709 060	-	-	709 060
	791 861	100 408	(69 602)	822 667

Processos judiciais

O saldo desta componente a 31 de dezembro de 2018 no montante de 113.606 euros, corresponde ao valor presente estimado das responsabilidades futuras. O saldo apresentado resulta de processos instaurados por diversas entidades, nomeadamente pela Direção Geral de Energia e Geologia (DGEG), pela Inspeção-Geral da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território (IGAMAOT), por fornecedores e por trabalhadores.

Outras Provisões

Processo instaurado contra o Millennium BCP e Outros relativamente à cedência de créditos futuros a duas entidades distintas conforme referido no Nota 14. Outros créditos a receber.

22. Financiamentos obtidos

	(euros)	
	31-12-2018	31-12-2017
Não corrente		
Instituições de crédito e sociedades financeiras		
Financiamentos bancários	-	437 500
Participantes de capital		
Empresa-mãe - Financiamentos	10 250 000	11 750 000
	10 250 000	12 187 500
Corrente		
Instituições de crédito e sociedades financeiras		
Financiamentos bancários	437 500	875 000
Participantes de capital		
Empresa-mãe - Financiamentos	1 500 000	1 250 000
	1 937 500	2 125 000
Total	12 187 500	14 312 500

Relativamente aos empréstimos concedidos pela Empresa-mãe, no montante de 13.500.000 euros, foi celebrado um acordo de pagamento em 2016, ao abrigo do qual o valor em dívida será reembolsado num prazo de 9 anos.

A redução verificada no total da rubrica, face ao ano transato, ficou a dever-se única e exclusivamente ao cumprimento dos planos de pagamento dos contratos em vigor.

A decomposição por maturidade é a seguinte:

	(euros)	
	31-12-2018	31-12-2017
Instituições de crédito e sociedades financeiras		
Financiamentos bancários		
Até 1 ano	437 500	875 000
De 1 a 5 anos	-	437 500
Participantes de capital		
Empresa-mãe - Financiamentos		
Até 1 ano	1 500 000	1 250 000
De 1 a 5 anos	9 300 000	8 900 000
A mais de 5 anos	950 000	2 850 000
	12 187 500	14 312 500

O quadro seguinte evidencia, à data de 31 de dezembro de 2018, os pagamentos futuros do capital em dívida e juros estimados dos financiamentos obtidos não correntes.

Isena

	(euros)						
	2020	2021	2022	2023	2024	2025	TOTAL
Participantes de capital							
Empresa-mãe - Financiamentos							
Amortizações	1 700 000	1 900 000	1 900 000	1 900 000	1 900 000	950 000	10 250 000
Juros vincendos estimados	203 255	162 482	121 411	80 341	39 420	4 229	611 138
	1 903 255	2 062 482	2 021 411	1 980 341	1 939 420	954 229	10 861 138

A CP é fiadora da EMEF junto dos bancos BPI e Novo Banco, para o financiamento de 7.000.000 euros, contraído para financiar a aquisição do prédio urbano, sito na Amadora. Em caso de incumprimento, a CP assegurará o pagamento do referido financiamento. À data de 31 de dezembro de 2018, o montante em dívida ascende a 437.500 euros.

23. Outras dívidas a pagar

	(euros)	
	31-12-2018	31-12-2017
Corrente		
Fornecedores de investimentos	122 044	189 118
Credores por acréscimos	6 455 710	5 639 982
Outros credores	11 121	14 811
Pessoal	30 354	28 072
	6 619 229	5 871 982

Fornecedores de investimentos

Esta rubrica teve um decréscimo de cerca de 35% face ao período homólogo o que representa uma diminuição de 67.074 euros.

Credores por acréscimos

Quando comparado com os valores registados em 2017, esta rubrica sofreu um aumento de 14% que se traduziu no montante de 815.728 euros. Para esta situação, concorrem essencialmente dois fatores de efeito contrário:

- Incremento de 80%, o que equivale a 1.172.098 euros no valor reconhecido em outros acréscimos de gastos relativos a penalidades contratuais, há semelhança dos bónus contratuais referidos na

Isena

Nota 14 – Outros Créditos a Receber. Para aquele incremento contribuem não só as especializações efetuadas em 2018, mas também valores especializados em 2016 e em 2017 ainda não regularizados a esta data.

- Diminuição do valor especializado referente à estimativa de reposição ou reparação externa de peças de reserva consumidas ou utilizadas no âmbito do contrato de prestação de serviços de manutenção dos veículos da frota da Metro do Porto, SA. Em 31 de dezembro de 2018, este montante ascendia a 273.546 euros, ao invés dos 553.587 euros no final de 2017. Esta situação está detalhadamente explicada no Nota 11 – Inventários, no que aos materiais se refere. O valor remanescente refere-se a subcontratos necessários à reparação de peças de reserva.

24. Fornecedores

	(euros)	
	31-12-2018	31-12-2017
Fornecedores c/c		
Gerais	5 890 436	6 029 299
Empresa-mãe	17 365	38 690
Fornecedor - Retenção de garantia	96 504	95 598
Fornecedores - Cauções	21 569	44 084
Faturas em receção e conferência	328 574	772 083
	6 354 448	6 979 755

Em 31 de dezembro de 2018 e comparativamente ao período homólogo do ano anterior constata-se, uma ligeira diminuição do saldo global da rubrica de fornecedores, destacando-se a diminuição do saldo das faturas em receção e conferência.

Ao nível dos prazos médios de pagamento não houve alterações significativas e o volume de aquisições esteve no final de 2018 em linha com as aquisições efetuadas em idêntico período do ano anterior.

25. Vendas e serviços prestados

	(euros)	
	31-12-2018	31-12-2017
Serviços Prestados		
Manutenção	35 594 259	34 261 741
Reparação	33 675 331	37 437 317
Reabilitação	-	371 944
	69 269 590	72 071 002
Total	69 269 590	72 071 002

Os serviços prestados em 2018 registaram um decréscimo de 2.801.412 euros, face ao período homólogo do ano anterior, maioritariamente justificado pela diminuição de cerca de 10% da atividade desenvolvida no segmento de negócio de reparação de material circulante.

Registaram-se desvios significativos nas intervenções sistemáticas de reparação face ao planeado, decorrentes da falta de capacidade de mão-de-obra.

As intervenções de Meio de Vida - R1 - dos Alfa Pendular (CPA 4000) e as de Revisão Geral dos 960.000 KM dos Veículos da Frota EuroTram da Metro do Porto, realizadas para os clientes CP e Metro do Porto, continuaram a decorrer, concluindo-se esta última no final do ano.

Em 2018 não se registaram intervenções enquadráveis no segmento de Reabilitação.

26. Subsídios à exploração

Durante o período de 2018 foram reconhecidos em rendimentos os seguintes subsídios à exploração:

	(euros)	
	31-12-2018	31-12-2017
Estado e Outras Entidades Públicas		
Subsídios Shift2Rail – IMPACT2	7 571	2 073
	7 571	2 073

Os subsídios à exploração registados no período de 2018 decorrem do reconhecimento de subsídios europeus recebidos no âmbito do Projeto IMPACT-2, para apoio à investigação e inovação, o qual teve início em 2017. Este projeto insere-se no âmbito das iniciativas Shift2Rail (S2R), participando a EMEF como Linked Third Partie da CP, no consórcio coordenado pela Trafikverket.

O Shift2Rail visa contribuir, através de projetos de investigação e desenvolvimento, para um crescimento sustentável e inteligente do sector ferroviário europeu. Tem como principais objetivos criar um espaço ferroviário único (Single European Railway Area), aumentar a atratividade, competitividade,

sustentabilidade e duplicar a capacidade do sistema ferroviário europeu, manter a liderança da indústria ferroviária europeia no mercado Global e reduzir os life-cycle costs, aumentando a interoperabilidade e simplificando os processos de negócio. Este projeto insere-se no âmbito do Programa 'Horizonte 2020'.

O financiamento máximo das despesas elegíveis é de 44,44%. O subsídio máximo previsto para a EMEF é de 23.047 euros. Até ao momento recebemos a título de adiantamento o correspondente a 40% do subsídio máximo, uma vez que ao adiantamento de 45% é deduzido 5% do valor, que fica retido para o fundo de garantia do projeto.

O projeto tem uma duração de 60 meses e teve início a 01 de setembro de 2017. A EMEF participa no Working Package 6, cuja duração prevista é de 28 meses, a contar do início do projeto.

27. Ganhos/perdas imputadas de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos

Os ganhos/perdas imputadas de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos analisam-se da seguinte forma:

	(euros)	
	31-12-2018	31-12-2017
Perdas		
Aplicação do método da equivalência patrimonial		
Nomad Tech	71 789	-
	71 789	-
Ganhos		
Aplicação do método da equivalência patrimonial		
Emef/Siemens Ace	400 326	455 239
Nomad Tech	230 939	172 627
	631 265	627 865
Total	559 477	627 865

As variações corridas nesta rubrica estão explicadas na Nota 9 – Participações Financeiras – Método da Equivalência Patrimonial.

28. Variação nos Inventários da Produção

	(euros)	
	31-12-2018	31-12-2017
Inventários finais		
Produtos acabados e intermédios	851 778	908 708
	851 778	908 708
Reclassificação e regularização de inventários		
Produtos acabados e intermédios	-	-
	-	-
Inventários iniciais		
Produtos acabados e intermédios	908 708	941 453
	(56 931)	(32 745)

As principais variações ocorridas nos inventários da produção estão explicadas na Nota 11 - Inventários.

29. Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas

	(euros)	
	31-12-2018	31-12-2017
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	18 853 255	20 138 665
	18 853 255	20 138 665

O decréscimo de 1.285.411 euros verificado no custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas, está diretamente relacionado com o abrandamento da atividade de reparação de material circulante, quer ao nível da reparação de rotáveis, quer das reparações planeadas.

30. Fornecimentos e serviços externos

	(euros)	
	31-12-2018	31-12-2017
Subcontratos	5 984 498	5 404 143
Serviços especializados:		
Trabalhos especializados	883 812	1 041 674
Publicidade e propaganda	718	804
Vigilância e segurança	690 544	637 616
Honorários	39 932	31 087
Conservação e reparação	975 273	864 857
Materiais:		
Ferramentas e utensílios de desgaste rápido	329 064	388 992
Livros e documentação técnica	10 725	9 041
Material de escritório	46 996	52 566
Artigos para oferta	-	2 670
Energia e fluidos:		
Eletricidade	733 800	700 106
Combustíveis	255 852	241 041
Água	97 151	100 850
Deslocações, estadas e transportes:		
Deslocações e estadas	23 597	23 458
Transportes de pessoal	3 319	3 595
Transportes de mercadorias	151 816	158 927
Outros	34 653	36 297
Serviços diversos:		
Rendas e alugueres	4 158 695	4 105 334
Comunicação	79 529	81 610
Seguros	487 514	489 060
Contencioso e notariado	2 463	2 048
Despesas de representação	1 261	3 804
Limpeza, higiene e conforto	535 640	468 168
Outros serviços	187 665	122 749
	15 714 518	14 970 494

Em 2018, os FSE registaram um aumento de 5% face aos valores registados no período homólogo do ano anterior.

Este aumento, no valor de 744.025 euros resultam de uma variação generalizada da maioria das rúbricas que constituem os Fornecimentos e Serviços Externos, com principal expressão nos seguintes acontecimentos:

- O acréscimo da subcontratação de serviços em 580.354 euros, resultante da necessidade de suprir necessidades específicas em várias áreas impossível de concretizar com os recursos internos disponíveis, como sejam, serviços acessórios à manutenção de bogies, motores diesel e AVAC, serviços de manutenção de vagões e de assistência técnica a material de via.

- A redução de cerca de 157.000 euros em trabalhos especializados, maioritariamente atribuível à renegociação dos contratos de licenciamento SAP e Microsoft e ao término de um contrato de assessoria de comunicação e marketing.
- A redução de cerca de 110.000 euros em gastos com conservação e reparação em resultado de em 2017 terem realizado intervenções de valor significativo e que não se repetiram em 2018, nomeadamente, a execução de obra de substituição de cobertura e pavimento de um armazém no Entroncamento, que ascendeu a cerca de 70.000 euros e uma empreitada de substituição de bombagem da rede de esgotos no valor de cerca de 80.000 euros.

As variações registadas nas restantes rubricas não são relevantes.

31. Gastos com o Pessoal

	(euros)	
	31-12-2018	31-12-2017
Remunerações dos órgãos sociais	5 350	5 350
Remunerações do pessoal	21 600 728	20 831 023
Indemnizações	493 348	394 157
Encargos sobre remunerações	4 878 423	4 692 751
Seguros de acidentes no trabalho e doenças profissionais	708 126	681 145
Gastos de ação social	146 933	128 782
Outros gastos com o pessoal	288 442	319 998
	28 121 351	27 053 205

No período em análise verificou-se um acréscimo da rubrica de gastos com o pessoal no montante de 1.068.146 euros, que se traduziu num aumento percentual de cerca de 4%.

Apesar de ter ocorrido uma ligeira diminuição no número de trabalhadores, comparativamente com o ano transato, passando de 1036 para 1031, o maior incremento verificou-se nas remunerações do pessoal e respetivos encargos sobre remunerações. Estas rubricas tiveram um incremento de cerca de 4%, correspondendo ao montante de 769.706 e 185.672, respetivamente. Esta situação está diretamente relacionada com a publicação do Decreto-Lei de Execução do Orçamento de Estado para 2017 – DL nº 25/2017 – segundo o qual foi permitido o aumento da massa salarial decorrente do descongelamento das diuturnidades e progressão nas carreiras, incluindo a contagem do tempo entre 31 de dezembro de 2010 e 31 de dezembro de 2016. Os direitos adquiridos foram repostos em 50% em julho de 2017 sendo os restantes 50% repostos a 1 de janeiro de 2018, sem efeitos retroativos, conforme definido no Artigo 21.º da Lei n.º 42/2016, de 28 de dezembro.

Relativamente às Indemnizações por mútuo acordo houve um aumento de 25% resultante de mais 3 saídas face ao ano anterior. Em 2018 totalizaram-se 16 saídas com indemnização.

A rubrica de Outros Gastos com Pessoal compreende fundamentalmente os gastos referentes a concessões de transportes, seguros de acidentes pessoais, seguros de saúde, formação, medicina do trabalho e complementos de subsídio de doença. Comparativamente a 2017, esta rubrica sofreu um decréscimo de 10% devido essencialmente à diminuição dos gastos com formação compensada em parte com um incremento dos gastos com os complementos de subsídio de doença.

32. Outros rendimentos

	(euros)	
	31-12-2018	31-12-2017
Rendimentos suplementares	1 173 635	1 153 029
Descontos de pronto pagamento obtidos	1 963	1 647
Ganhos em inventários	96 511	62 231
Correções relativas a períodos anteriores	1 400 018	581 517
Excesso de estimativa para imposto	1 652 809	233 206
Diferenças de câmbio favoráveis	215	235
Investimentos não financeiros - Sinistros	-	321
Investimentos não financeiros - Alienações AFT	1	-
Outros	265 586	287 826
	4 590 738	2 320 011

Os Outros Rendimentos registaram um crescimento de 98%, i.e, 2.270.727 euros, comparativamente aos valores registados no período homólogo do ano anterior. Este aumento é essencialmente atribuível aos seguintes factos:

- Aumento de cerca de 1.420.000 euros na rubrica 'Excesso de estimativa de imposto', cujo montante registado se refere a IRC não liquidado, em virtude de a EMEF estar enquadrada no Regime Especial de Tributação de Grupos e Sociedades (RETGS) do Grupo CP, e o grupo ter apresentado prejuízos fiscais no exercício de 2017, conforme referido na Nota 36. O diferencial entre o valor contabilizado na Rubrica de Imposto sobre o Rendimento do Período em 2017 e o valor efetivamente pago a título de tributação autónoma e derramas é o que consta na tabela acima, em cada um dos períodos.
- Aumento de cerca de 819.000 euros em "Correções relativas a períodos anteriores" devido a trabalhos realizados em 2017, que só em 2018 reuniram as condições para serem faturados.

33. Outros gastos

	(euros)	
	31-12-2018	31-12-2017
Impostos	54 643	14 711
Perdas em inventários	19 504	21 119
Correcções relativas a períodos anteriores	426 640	924 741
Serviços bancários	40 317	11 775
Diferenças de câmbio desfavoráveis	-	147
Gastos Financeiros - Juros Suportados	2	154
Outros	1 389 918	611 943
	1 931 023	1 584 590

Relativamente aos "Outros Gastos", constatamos um aumento de cerca de 346.000 euros, face ao ano transato.

- Este crescimento é atribuível à rubrica "Outros", onde se registam as penalidades contratuais imputáveis ao exercício, decorrentes dos contratos celebrados com os vários clientes. Em 2018, as penalidades ascenderam a 1.389.918 euros, registando um acréscimo de cerca de 778.000 euros face ao registado no ano anterior.
- As correcções relativas a períodos anteriores decresceram cerca de 498.000 euros, uma vez que o facto superveniente ocorrido em 2017, de renegociação contratual com o cliente "Medway" sobre o número de unidades a incluir no valor mensal do Forfait, originando a correção de valores relativos a anos anteriores. Os valores registados em 2018 respeitam essencialmente a regularizações de especialização de bonificações e penalidades contratuais com o Cliente CP, registadas em 2017, atribuíveis a cumprimentos de índices de disponibilidade e fiabilidade em várias séries de material circulante.

34. Gastos/reversões de depreciação e de amortização

	(euros)	
	31-12-2018	31-12-2017
Gastos		
Ativos fixos tangíveis	(751 730)	(882 830)
Ativos intangíveis	(95 750)	(90 969)
	(847 480)	(973 800)

Os gastos registados nesta rubrica resultam das depreciações e das amortizações dos bens de acordo com as vidas úteis definidas no ponto 4.2. - Outras políticas contabilísticas relevantes.

Ismael

A diminuição das depreciações de ativos fixos tangíveis no período de 2018 está em linha com o crescimento moderado das aquisições, conciliado com o facto de alguns bens terem terminado a sua vida útil no final de 2017 ou durante o período de 2018. O aumento das amortizações de ativos intangíveis no período de 2018 está diretamente relacionado com as aquisições efetuadas.

35. Juros e gastos similares suportados

	(euros)	
	31-12-2018	31-12-2017
Juros de Financiamentos Bancários	19 609	40 095
Juros de Financiamentos Acionista	294 437	355 854
Outros Juros	2	7 044
Outros Gastos Relativos Financiamentos Obtidos	16 973	28 594
	331 022	431 587

A diminuição global ocorrida na rubrica de juros e gastos similares suportados com os financiamentos deve-se essencialmente à redução das taxas de juro de referência e dos spreads cobrados pelos financiadores, bem como a uma redução do endividamento.

36. Imposto sobre o rendimento do período

O imposto sobre o rendimento do período reconhecido na demonstração de resultados compreende não só a tributação autónoma apurada de acordo com as regras fiscais em vigor, mas também a estimativa do imposto sobre o lucro tributável.

	(euros)	
	31-12-2018	31-12-2017
Imposto Sobre o Rendimento do Período	(1 698 592)	(2 099 349)
	(1 698 592)	(2 099 349)

Salienta-se, contudo, que, sendo a EMEF tributada de acordo com o Regime Especial de Tributação dos Grupos de Sociedades (RETGS) e o grupo apresentar prejuízos fiscais, aquando do pagamento do imposto em 2019 só virá a desembolsar o valor líquido correspondente ao somatório da tributação autónoma, das derramas estadual e municipal deduzido do valor correspondente às retenções na fonte. O diferencial entre o valor contabilizado na rubrica de Imposto sobre o Rendimento do Período e o valor efetivamente pago

Ismael

pela entrega da declaração de rendimentos do grupo será regularizado na conta 7882 – Excesso da Estimativa para Impostos.

A EMEF a 31 de dezembro de 2018 não tem prejuízos fiscais para reporte.

37. Partes relacionadas

À data de 31 de dezembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017, os saldos entre partes relacionadas com referência à estrutura acionista da CP, EPE são os seguintes:

(euros)										
2018										
Ativos					Passivos					
Descrição	Clientes	Outras Contas a Receber	Adiantamentos a Fornecedores e por conta de compras	Adiantamento de Clientes	Fornecedores	Outras Contas a Pagar	Accionistas /Sócios	Diferimentos		
CP	1 761 346	3 776 521	b)	-	-	17 365	1 965 210	11 750 000	3 360 396	a)
Ecosaúde	-	-	-	-	-	38 439	-	-	-	-
Saros	-	-	-	-	-	-	392	-	-	-
EMEF/Siemens - ACE	245 697	-	-	-	-	-	-	-	338 957	-
Nomad Tech	7 356	277 460	-	17 318	-	201 999	-	-	5 134	-

a) O montante refere-se totalmente à rubrica de diferimentos

b) O montante refere-se totalmente à rubrica de devedores e credores por acréscimos

(euros)										
2017										
Ativos					Passivos					
Descrição	Clientes	Outras Contas a Receber	Adiantamentos a Fornecedores e por conta de compras	Adiantamento de Clientes	Fornecedores	Outras Contas a Pagar	Accionistas /Sócios	Diferimentos		
CP	4 576 026	1 635 254	b)	-	-	38 690	1 004 430	13 000 000	4 753 837	a)
Ecosaúde	-	-	-	-	-	32 774	-	-	-	-
Fernave	-	-	-	-	-	2 764	-	-	-	-
Saros	-	-	-	-	-	-	376	-	-	-

a) O montante refere-se totalmente à rubrica de diferimentos

b) O montante refere-se totalmente à rubrica de devedores e credores por acréscimos

As transações entre partes relacionadas apresentam-se como se segue:

Descrição	2018 (euros)							
	Inventários		Investimentos	Gastos			Rendimentos	
	Matérias Primas	Ativos Fixos Tangíveis e Ativos Intangíveis	Fornecimentos e Serviços externos	Gastos com o Pessoal	Outros Gastos	Gastos e Perdas de Financiamento	Vendas e Prestações de Serviços	Outros Rendimentos
CP	3 607	-	4 219 962 a)	20 800	1 204 324 b)	294 437 c)	41 611 761 d)	3 218 503 e)
Ecosauúde	-	-	104 652	68 750	-	-	-	-
Fernave	-	-	-	3 238	-	-	-	-
Seros	-	-	-	-	-	-	-	6
EMEF/Siemens - ACE	-	-	-	-	-	-	3 048 138	672 585 f)
Nomad Tech	16 992	-	753 775	-	71 789	-	-	287 040 g)

- a) Inclui o montante de 65.925 euros referentes à especialização de gastos
- b) Inclui o montante de 1.159.312,93 euros referentes à especialização de gastos
- c) Inclui o montante de 20.875,38 euros referentes à especialização de gastos
- d) Inclui o montante de 2.109.310,67 euros referentes à especialização de rendimentos
- e) Inclui o montante de 333.125,45 euros referentes à especialização de rendimentos
- f) Inclui o montante de 2.274,99 euros referentes a diferimento de rendimentos
- g) Inclui o montante de 5.134,02 euros referentes a diferimento de rendimentos

Descrição	2017 (euros)							
	Inventários		Investimentos	Gastos			Rendimentos	
	Matérias Primas	Ativos Fixos Tangíveis	Fornecimentos e Serviços externos	Gastos com o Pessoal	Outros Gastos e Perdas	Gastos e Perdas de Financiamento	Vendas e Prestações de Serviços	Outros Rendimentos e Ganhos
CP	6 408	-	4 279 719 a)	-	821 321 b)	355 854 c)	45 471 549 d)	854 960 e)
Ecosauúde	-	-	61 152	69 347	-	-	-	-
Fernave	-	-	-	3 017	-	-	-	-
EMEF/Siemens - ACE	-	-	-	-	2 848	-	3 493 566	517 762 f)
Nomad Tech	496 694	-	672 414	-	-	-	13 192	231 952 g)

- a) Inclui o montante de 79.946 euros referentes à especialização de gastos
- b) Inclui o montante de 763.671 euros referentes à especialização de gastos
- c) Inclui o montante de 28.502 euros referentes à especialização de gastos
- d) Inclui o montante de 904.093,59 euros referentes à especialização de rendimentos
- e) Inclui o montante de 344.167 euros referentes à especialização de rendimentos
- f) Inclui o montante de 1.508 euros referentes a diferimento de rendimentos
- g) Inclui o montante de 5.019 euros referentes a diferimento de rendimentos

Foram suportados os seguintes gastos com trabalhos especializados no período corrente:

(euros)	
Auditoria e consultoria Fiscal	
Auditoria Externa	4 400
Consultoria Fiscal	7 080
Revisor Oficial de Contas	5 350

38. Garantias e Avals

	(euros)	
	31-12-2018	31-12-2017
Garantias Bancárias		
Garantias bancárias recebidas	1 340 168	1 329 464
Garantias bancárias prestadas	4 001 632	1 256 568
	5 341 801	2 586 032

	Valor Total
Garantias do Acionista	
Cartas Conforto (Garantias bancárias)	729 196
Fianças (Financiamentos mlp)	1 312 500
	2 041 696

Os compromissos acima identificados não constam das demonstrações financeiras apresentadas.

39. Locações operacionais

O total dos futuros pagamentos para as locações operacionais existentes à data de 31 de dezembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017 são os que a seguir se apresentam:

	(euros)	
	31-12-2018	31-12-2017
Menos de um ano	47 937	58 799
Entre um e cinco anos	51 257	99 194
	99 194	157 993

40. Matérias ambientais

Durante o ano de 2018 foram desenvolvidas diversas ações, salientando-se:

- Operacionalização de planos de monitorização e comunicação de dados às Entidades Oficiais, nomeadamente Planos de Gestão de Solventes, Registo Anual de Resíduos no portal SILiAmb (Sistema Integrado de Licenciamento do Ambiente) e envio de informação para a APA (Agência Portuguesa do Ambiente), relativa à quantidade recuperada no manuseamento de gases de efeito de estufa em equipamentos fixos;

- Realização da monitorização das fontes fixas de emissão gasosa, existentes nas Oficinas do PON-Contumil, UMAV, POS-Barreiro e Complexo Industrial do Entroncamento, conforme previsto na legislação anterior face à tipologia de fonte (ciclo de 3 anos);
- Monitorização de efluentes líquidos nos diversos Órgãos oficiais, de acordo com o plano previsto para a manutenção e renovação das licenças de descarga;
- Gestão e monitorização do contrato global de gestão de resíduos, (celebrado a 1 de junho de 2018, abrangendo todos os Órgãos oficiais da EMEF, tendo-se mantido o mesmo fornecedor (Empresa Renascimento - Operador licenciado). A avaliação deste contrato, bem como do anterior nos primeiros 5 meses do ano, continuou a revelar um desempenho positivo no resultado, assim como no serviço;
- Reedição do Procedimento de ambiente (PFA) sobre gestão de resíduos, de forma a incluir as novas metodologias de registo usando guias eletrónicas de acompanhamento de resíduos (e-gars);
- Atualização de novos protocolos com a SOGILUB, para a recolha a custo zero de óleos usados, cobrindo todas as Oficinas onde a EMEF labora;
- Consolidação e integração de informação e resposta ao inquérito anual do INE – “Gestão e Proteção do Ambiente”;
- Recolha, consolidação e organização de dados para o Relatório de Sustentabilidade do Cliente CP, EPE;
- Consolidação e comunicação de dados de questões ambientais, destinados à demonstração não financeira (DL 89/2017);
- Realização de auditorias internas programadas, considerando também, além de requisitos ligados às normas ISO 9001, NP 4427, Reg. UE445/2011 e HST, a avaliação de requisitos de ambiente;
- No domínio da racionalização de energia, realizou-se acompanhamento das ações no âmbito do Sistema de Gestão de Consumidores Intensivos de Energia-SGCIE (DL 71/2008), que visa os Estabelecimentos do Entroncamento e Guifões, tendo o primeiro ciclo de 8 anos finalizado em 2018 (relatório final em curso).

Gastos Ambientais

Em monitorização no domínio de ambiente e gestão de resíduos, durante o ano de 2018 registou-se um gasto aproximado de 179.500 euros, distribuído da seguinte forma:





A “gestão de resíduos” está associada ao encaminhamento de resíduos para destino licenciado para o efeito, e dos 93% de gastos registados em gestão de resíduos: cerca de 33% são relativos a resíduos encaminhados pela Safetykleen referentes a líquidos de lavagem de base solvente e aquosa; 55% dizem respeito ao contrato de gestão de resíduos industriais, onde se incluíram as limpezas de ETAR e separadores de hidrocarbonetos; 5% corresponde ao tratamento do lixo (resíduos equiparados a urbanos) produzido anualmente nos complexos do Entroncamento e POS.

O item “águas residuais” engloba a realização de análises a efluentes líquidos das várias Oficinas.

A monitorização de “emissões gasosas” corresponde aos gastos com a caracterização legalmente requerida dos efluentes gasosos das fontes fixas (“chaminés”) dos estabelecimentos onde a EMEF labora.

Globalmente, face a 2017, existiu um aumento cerca de 35% nos gastos ambientais, associado à limpeza realizada na ETAR do Entroncamento como também, mas em muito menor grau, à alteração pontual de preços no novo contrato de gestão de resíduos. Acresce ainda o aumento ligeiro nos gastos de caracterização dos efluentes gasosos em 2018.

41. Outras Informações

Proposta de aplicação de Resultados:

Nos termos da lei e dos estatutos, os resultados líquidos do período devem ser canalizados para a cobertura dos prejuízos. O remanescente, após reforço da reserva legal obrigatória conforme referido na Nota 18, será transferido para resultados transitados.

Assim, o conselho de administração propõe que os resultados líquidos do período de 2018, de 6.363.232,40 (seis milhões, trezentos e sessenta e três mil, duzentos e trinta e dois euros e quarenta cêntimos), sejam

transferidos para reservas legais, no montante de 226.743,48 euros e para resultados transitados no montante de 6.136.488,92 euros, conforme quadro abaixo.

	(euros)	
	31-12-2018	31-12-2017
Resultado Líquido do Exercício	6 363 232,40	5 920 901,56
Resultados Transitados para cobertura de prejuízos	1 828 362,82	5 920 901,56
Reserva Legal (5%)	226 743,48	-
Resultados Transitados	4 308 126,10	5 920 901,56
Transferência para Resultados Transitados	6 136 488,92	5 920 901,56
Transferência para Reservas Legais	226 743,48	-

42. Acontecimentos após a data de balanço

Decorrente da necessidade de posicionar o enfoque da sua atividade na manutenção e na reparação do material circulante do seu cliente e acionista, a CP – Comboios de Portugal, E.P.E., indo assim ao encontro das disposições jurídico-legais em matéria da “contratação in house”, está em curso um processo de ajustamento no modelo empresarial da EMEF, que visa o aumento do volume percentual da sua atividade para a CP, recorrendo para o efeito, à criação de uma unidade empresarial autónoma integrada no mesmo Grupo societário, dedicada à manutenção e reparação dos veículos integrantes da frota de material circulante do Metro do Porto.

Por outro lado, correspondendo a uma decisão da MEDWAY de internalizar a atividade de manutenção e reparação de vagões (sem o ACE), a EMEF assegurará esta transição de forma progressiva e controlada, precavendo a existência de eventuais interrupções ou questões de conflitualidade neste processo.

Importa referir que este ajustamento do modelo empresarial tem subjacente a imprescindível salvaguarda da sustentabilidade económica e financeira da EMEF e da nova entidade empresarial.

Lisboa, 21 de março de 2019

Diretora Financeira

Dra Sónia Maria Vieira Caneira Cunha Leão

Contabilista Certificado

Dra Paula Cristina Tavares Serra Ribeiro

O Conselho de Administração

Presidente:

Dr. Carlos Gomes Nogueira

Vogal:

Eng.º Sérgio Abrantes Machado

Vogal:

Dra Ana Maria dos Santos Malhó



Conhecimento no lugar certo
Knowledge in the right place
emef.pt

Handwritten signature and the letter 'A'.

RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL 2018

Introdução

1. Em cumprimento do disposto na alínea a), do ponto 1, do artigo 22.º dos Estatutos da EMEF- Empresa de Manutenção de Equipamento Ferroviário, S.A. e da alínea g) do número 1 do artigo 420.º do Código das Sociedade Comerciais, examinámos o Relatório e Contas de 2018 da Empresa, compreendendo as demonstrações financeiras e anexo, as quais incluem o balanço a 31 de dezembro de 2018 que evidencia um total de 56.930.009 euros (cinquenta e seis milhões, novecentos e trinta mil e nove euros) e um capital próprio de 23.664.056 euros (vinte e três milhões, seiscentos e sessenta e quatro mil e cinquenta e seis euros), incluindo um resultado líquido positivo do período de 6.363.232 euros (seis milhões, trezentos e sessenta e três mil e duzentos e trinta e dois euros), a demonstração dos resultados por natureza, a demonstração das alterações no capital próprio, a demonstração dos fluxos de caixa, e o correspondente anexo.

Responsabilidades

2. Nos termos da alínea e) do art.º 19º dos Estatutos da Empresa é da competência do Conselho de Administração a elaboração das contas anuais e propor a afetação dos resultados. Compete, pois, ao Conselho de Administração elaborar o relatório e contas anuais e respetivas demonstrações financeiras que espelhem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Empresa, o resultado das suas operações, bem como a adoção de políticas contabilísticas adequadas e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.
3. Estando a Empresa sujeita, de acordo com a legislação societária em vigor, à certificação legal das contas, foi nomeada para o ano de 2018, a sociedade de revisores oficiais de contas RCA- Rosa, Correia & Associados, SROC, S.A., com sede em Lisboa e inscrita na OROC sob o número 143 e registado na CMVM com o n.º 20161455, para emissão da certificação legal das contas de acordo com o disposto no decreto-lei n.º 140/2015, de 7 de setembro. Sendo a Empresa uma entidade de interesse público, foi ainda emitido pela sociedade de revisores de contas um relatório nos termos do art.º 24º da Lei nº 148/2015, de 9 de setembro, com o conteúdo estabelecido no nº 2 a 4 do art.º 11º do regulamento (EU) nº 537/2014, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de abril.





Conhecimento no lugar certo
Knowledge in the right place
emef.pt

Handwritten signature and initials

4. A referida certificação legal das contas para o período findo em 31 de dezembro de 2018, foi emitida em 9 de abril de 2019, na modalidade, sem reservas. Sem afetar essa opinião, foi referida a investigação que continua a decorrer (desde Junho 2016) por parte da Comissão Europeia ao Estado Português por alegados auxílios à EMEF ainda sem qualquer decisão nesta matéria, o processo de ajustamento empresarial em curso com vista ao cumprimento das disposições jurídico-legais em matéria de “contratação in house” a que a Empresa está sujeita, e o facto dos vistos prévios emitidos pelo Tribunal de Contas relativos à prorrogação dos contratos de manutenção de algumas séries de material circulante da CP-Comboios de Portugal abrangerem o período até 31 de março de 2019.
5. A nossa responsabilidade está definida nos Estatutos da Empresa (art.º 22º.) e consiste na emissão de parecer sobre as contas anuais, e de um modo geral, de acordo com o art.º 420 do Código das Sociedades Comerciais, na fiscalização da administração da Sociedade e observância da lei e do contrato de Sociedade.
6. A nossa responsabilidade inclui também a aferição do cumprimento das orientações legais vigentes para o Sector Empresarial do Estado, nomeadamente, o cumprimento das reduções remuneratórias temporárias e as condições da sua reversão previstas na Lei n.º 75-A/2014, de 30 de setembro, bem como a aferição do cumprimento da exigência constante nos n.ºs 1 e 2 do artigo 54.º do Regime Jurídico do Setor Público Empresarial, que estabelece que as empresas públicas devem apresentar anualmente relatórios de boas práticas de governo societário.

Âmbito

7. O âmbito da nossa ação fiscalizadora foi realizado, pois, com base nos Estatutos da Empresa e na legislação societária em vigor, nomeadamente o artigo 420.º do Código das Sociedades Comerciais.
8. Para tanto a nossa atividade consistiu nomeadamente em:
 - a) Vigiar pela observância da lei e do contrato de sociedade;
 - b) Acompanhar a atividade da Empresa através da informação financeira, da consulta das atas/deliberações, e dos esclarecimentos prestados pelos responsáveis da Empresa e respetivos serviços e revisor oficial de contas;





Conhecimento no lugar certo
Knowledge in the right place
emef.pt

Handwritten signature and initials

- c) Verificar a exatidão dos documentos de prestação de contas;
- d) Verificar a adequação das políticas contabilísticas e dos critérios de mensuração adotados;
- e) Fiscalizar a eficácia do sistema de controlo interno e do sistema de auditoria interna;
- f) Cumprir as demais atribuições constantes da lei ou dos Estatutos da Empresa, designadamente dar parecer ao Plano de Atividades e Orçamento da Empresa.

Verificação prevista nas instruções legais sobre o processo de prestação de contas.

- 9. Confirmamos que a Empresa cumpriu com as obrigações legais vigentes para o Sector Empresarial do Estado, nomeadamente, o cumprimento do disposto na Lei n.º 75/2014, de 12 de setembro.
- 10. Confirmamos que o Relatório e Contas 2018, e o Relatório de Governo Societário 2018, do qual constitui anexo autónomo a demonstração não financeira, estão de acordo com a legislação vigente.
- 11. Analisámos a Certificação Legal das Contas e o Relatório Adicional ao Órgão de Fiscalização, ambos emitidos em 9 de abril de 2019 pela RCA - Rosa, Correia & Associados, SROC, S.A.

Parecer

- 12. Relevamos a melhoria significativa de desempenho conseguida no exercício de 2018, com um resultado líquido positivo de 6.363.232 euros (seis milhões, trezentos e sessenta e três mil e duzentos e trinta e dois euros), e inerente melhoria dos restantes indicadores de desempenho.
- 13. Com base no trabalho efetuado, somos de parecer que o Relatório e Contas 2018 da EMEF- Empresa de Manutenção de Equipamento Ferroviário, S.A., e o seu Relatório de Governo Societário 2018, representam de forma verdadeira e apropriada a situação da Empresa e a sua atividade.





Conhecimento no lugar certo
Knowledge in the right place
emef.pt

14. Assim, somos de parecer que a Assembleia-geral da EMEF - Empresa de Manutenção de Equipamento Ferroviário, S.A., aprove:


- a) O relatório de gestão e as contas do exercício findo em 31 de dezembro de 2018;
- b) A proposta de aplicação de resultados constante do relatório de gestão.

Lisboa, 16 de abril de 2019.

O CONSELHO FISCAL


Elisabete Gonçalves Bettencourt de Freitas Oliveira

Presidente


Maria de Fátima Correia Paixão de Matos Alves

Vogal


José Domingos Figueiredo Afonso Azevedo

Vogal (suplente)



EMEF – Empresa de Manutenção de Equipamento Ferroviário, S.A.
CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS
EXERCÍCIO DE 2018

LISBOA

AV.ª DUQUE D'ÁVILA, 185, 5.ª
1050-082 LISBOA
PORTUGAL

PORTO

AV.ª DA BOAVISTA, 1167, 5.ª SALA 5.3
4100-130 PORTO
PORTUGAL

T. (+351) 217 520 250

F. (+351) 217 520 259

E. RCA.GERAL@RCA.AC

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

Relato sobre a auditoria das demonstrações financeiras

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da EMEF – Empresa de Manutenção de Equipamento Ferroviário, S.A. (Entidade), que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2018 (que evidencia um total de 56.930.009 EUR e um total de capital próprio de 23.664.056 EUR, incluindo um resultado líquido de 6.363.232 EUR), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira da EMEF – Empresa de Manutenção de Equipamento Ferroviário, S.A. em 31 de dezembro de 2018 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”, abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Ênfases

Conforme mencionado na nota 4.4. anexa às demonstrações financeiras (Principais pressupostos relativos ao futuro) continua a decorrer (desde junho de 2016) uma investigação da Comissão Europeia ao Estado Português por alegados auxílios à Entidade, sem que até ao momento tenha sido adotada qualquer decisão. Na opinião dos advogados da Entidade, caso a Comissão adote uma decisão final desfavorável ao Estado Português, a recuperação de tais auxílios será um procedimento moroso, para além de ser possível a interposição de recurso da decisão.

A mesma nota anexa refere que se encontra em curso um processo de ajustamento empresarial da EMEF decorrente da necessidade de concentrar a sua atividade na manutenção e reparação do material circulante do seu cliente e acionista único, a CP – Comboios de Portugal, E.P.E. (CP), com vista ao cumprimento das disposições jurídico-legais em matéria da “contratação in house” a que a esta entidade está obrigada. Este objetivo determina a reestruturação da atividade da EMEF, designadamente no que se refere à separação das unidades de negócio dedicadas à prestação de serviços aos clientes Medway, S.A. e Metro do Porto, S.A.. Acresce que nesta data os vistos prévios emitidos pelo Tribunal de Contas relativos à prorrogação de contratos de manutenção de algumas séries de material circulante da CP abrangem apenas o período até 31 de março de 2019.

A nossa opinião não é modificada em relação a estas matérias.



Matérias relevantes de auditoria

As matérias relevantes de auditoria são as que, no nosso julgamento profissional, tiveram maior importância na auditoria das demonstrações financeiras do ano corrente. Essas matérias foram consideradas no contexto da auditoria das demonstrações financeiras como um todo, e na formação da opinião, e não emitimos uma opinião separada sobre essas matérias.

Considerando o enquadramento definido elegemos os seguintes riscos de distorção material:

Reconhecimento do rédito

Risco de distorção material

Conforme divulgado nas notas 4.2.m) e 25 anexas às demonstrações financeiras, o rédito decorrente de serviços prestados, que em 2018 ascendeu a 69.269.590 EUR (93% dos rendimentos operacionais), é mensurado em função do grau de acabamento dos serviços em curso à data de balanço.

Pela materialidade e pelo nível de julgamento requerido para determinação desse grau de acabamento à data do balanço, considerámos a possibilidade de um eventual risco de distorção material.

Resposta ao risco

Os procedimentos desenvolvidos para fazer face ao referido risco foram os seguintes:

- Obtenção de conhecimento do ambiente de controlo existente na Entidade relativamente ao reconhecimento do rédito;
- Análise das estimativas inerentes ao reconhecimento do rédito do período e recálculo do grau de acabamento;
- Análise das principais variações na rubrica de Vendas e serviços prestados;
- Execução de procedimentos de confirmação externa dos saldos das entidades com créditos mais significativos na data de balanço.

Imparidade de inventários

Risco de distorção material

Conforme divulgado nas notas 4.2.e) e 11 anexas às demonstrações financeiras, o valor de inventários constitui a principal rubrica do balanço da Entidade representando 40% do seu total, sendo mensurados pelo menor valor do seu custo ou do seu valor realizável líquido.

No âmbito da atividade desenvolvida, a Entidade está obrigada a deter inventários por longos períodos com o propósito de suprir necessidades emergentes das responsabilidades assumidas para com os seus clientes.

As perdas por imparidade de inventários estão indexadas à duração de cada contrato de prestação de serviços celebrado.

A relevância da área identificada advém, para além dos montantes em causa, da complexidade e do nível de julgamento exigidos na determinação de eventuais perdas por imparidade.

Resposta ao risco

Os procedimentos de auditoria adotados com vista a validar as estimativas utilizadas na avaliação da imparidade de inventários foram, entre outros, os seguintes:

- Assistência às contagens físicas de inventários efetuadas pela Entidade;
- Análise dos pressupostos inerentes ao cálculo da estimativa de perdas por imparidade de inventários;
- Verificação dos pressupostos subjacentes com equipas técnicas da Entidade;
- Análise dos principais movimentos da imparidade ocorridos no exercício;
- Verificação da consistência dos critérios utilizados com os do ano anterior;
- Verificação da adequação das divulgações apresentadas nas demonstrações financeiras.



Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- elaboração do relatório de gestão, incluindo o relatório de governo societário, nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira da Entidade.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;

- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- comunicamos com os encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria;
- das matérias que comunicamos aos encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, determinamos as que foram as mais importantes na auditoria das demonstrações financeiras do ano corrente e que são as matérias relevantes de auditoria. Descrevemos essas matérias no nosso relatório, exceto quando a lei ou regulamento proibir a sua divulgação pública;
- declaramos ao órgão de fiscalização que cumprimos os requisitos éticos relevantes relativos à independência e comunicamos todos os relacionamentos e outras matérias que possam ser percebidas como ameaças à nossa independência e, quando aplicável, as respetivas salvaguardas.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras, bem como a verificação de que a demonstração não financeira foi apresentada.

Relato sobre outros requisitos legais e regulamentares

Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento ao artigo 451º, n.º 3, al. e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorreções materiais

Sobre a demonstração não financeira prevista no artigo 66º-B do Código das Sociedades Comerciais

Dando cumprimento ao artigo 451º, n.º 6, do Código das Sociedades Comerciais, informamos que a Entidade elaborou "demonstração não financeira" prevista no artigo 66º-B do Código das Sociedades Comerciais, a qual constitui anexo autónomo do seu relatório de governo societário.


Sobre os elementos adicionais previstos no artigo 10º do regulamento (EU) nº 537/2014

Dando cumprimento ao artigo 10º do Regulamento (EU) nº 537/2014 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de abril de 2014, e para além das matérias relevantes de auditoria acima indicadas, relatamos ainda o seguinte:

- Fomos nomeados revisores oficiais de contas da Entidade pela primeira vez através de Deliberação Unânime por Escrito de 18 de dezembro de 2017 para o exercício de 2017, tendo sido eleitos para o exercício das mesmas funções no exercício de 2018 através da ata n.º 56 da Assembleia Geral de 12 de abril de 2018;
- O órgão de gestão confirmou-nos que não tem conhecimento da ocorrência de qualquer fraude ou suspeita de fraude com efeito material nas demonstrações financeiras. No planeamento e execução da nossa auditoria de acordo com as ISA mantivemos o ceticismo profissional e concebemos procedimentos de auditoria para responder à possibilidade de distorção material das demonstrações financeiras devido a fraude. Em resultado do nosso trabalho não identificámos qualquer distorção material nas demonstrações financeiras devido a fraude;
- Confirmamos que a opinião de auditoria que emitimos é consistente com o relatório adicional que preparámos e entregámos ao órgão de fiscalização da Entidade nesta mesma data;

- Declaramos que não prestámos quaisquer serviços proibidos nos termos do artigo 77º, número 8, do Estatuto da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas e que mantivemos a nossa independência face à Entidade durante a realização da auditoria;
- Informamos que, para além da auditoria, não prestámos à Entidade quaisquer outros serviços.

Lisboa, 15 de abril de 2019



RCA – Rosa, Correia & Associados, SROC, S.A.
representada por Luís F. Pereira Rosa, ROC

Relatório de Governo

Societário

2018



EMEF – Empresa de Manutenção de Material Ferroviário, S.A.

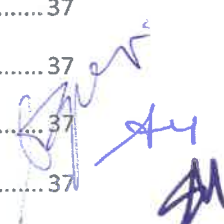
N.º de tel. 211 027 700
Fax 213 578 875

Rua das Indústrias, 21
2700-460 Amadora

www.emef.pt
geral@emef.pt

Índice

I.	Síntese (Sumário Executivo)	3
II.	Missão, Objetivos e Políticas	4
III.	Estrutura de Capital.....	4
IV.	Participações Sociais e Obrigações Detidas.....	4
V.	Órgãos Sociais e Comissões	6
A.	Modelo de Governo	6
B.	Assembleia Geral	6
C.	Administração e Supervisão	6
D.	Fiscalização	12
E.	Revisor Oficial de Contas (ROC)	15
F.	Auditor Externo	16
VI.	Organização Interna	17
A.	Estatutos e Comunicações	17
B.	Controlo Interno e Gestão de Riscos	17
C.	Regulamentos e Códigos	18
D.	Deveres Especiais de Informação	20
E.	Sítio da Internet	20
VII.	Remunerações.....	20
A.	Competências para a Determinação	20
B.	Comissão de Fixação de Remunerações	21
C.	Estrutura das Remunerações	21
D.	Divulgação das Remunerações	21
VIII.	Transações com partes relacionadas e outras	21
IX.	Análise de sustentabilidade da empresa nos domínios económicos, social e ambiental ...	22
X.	Avaliação do Governo societário.....	35
	ANEXOS	36
	Demonstração não Financeira	37
A.	ENQUADRAMENTO	37
B.	INDICADORES-CHAVE DE DESEMPENHO	37
I.	AMBIENTE	37



•	RESÍDUOS – PREVENÇÃO DE IMPACTES	37
•	ÁGUA	38
•	ENERGIA.....	39
II.	RECURSOS HUMANOS.....	41
•	EMPREGABILIDADE	41
•	BENEFÍCIOS DOS COLABORADORES.....	43
•	SALÁRIO MÉDIO	43
•	DADOS DO EFETIVO.....	44
•	FORMAÇÃO.....	45

Handwritten signature and initials in blue ink.

I. Síntese (Sumário Executivo)

De acordo com a aplicação dos princípios de bom governo e no âmbito da aplicação do decreto-lei n.º 133/2013, em vigor desde dezembro de 2013, as empresas públicas estão obrigadas a apresentar, anualmente, um relatório autónomo de boas práticas de governo societário, do qual consta informação atual e completa de todas as matérias reguladas pelo Capítulo II do referido decreto-lei, sob epígrafe “Princípios de Governo Societário”.

Em cumprimento do disposto no artigo 54.º do referido diploma, a EMEF, elaborou o presente relatório relativo ao ano de 2018.

A EMEF elaborou em 2018 os documentos de prestação de contas relativos ao exercício de 2017, o plano de atividades e orçamentos para o triénio 2019-2021, bem como os relatórios mensais e trimestrais de execução orçamental.

Em 2018 (agosto) registou-se uma alteração à composição do Conselho de Administração, conforme descrito no capítulo V.C. do relatório. Os atuais membros acumulam as funções de administradores da acionista única CP, E.P.E (CP), não sendo, remunerados pela EMEF.

No que respeita ao Conselho Fiscal, ocorreu uma renúncia (novembro) de um vogal, conforme descrito no capítulo V.D. do presente relatório. Os cargos de Presidente e Vogais Efetivos continuam a ser não remunerados e pertencem ao quadro de pessoal da CP.

Neste relatório são declaradas as remunerações do Revisor Oficial de Contas e Auditor Externo. É ainda descrita a ação no domínio da sustentabilidade económica, social e ambiental, assim como as transações com partes relacionadas e outras.

Anualmente, a EMEF informa o seu acionista e o público em geral do modo como prosseguiu a sua missão, do grau de cumprimento dos seus objetivos, da forma como cumpriu a política de responsabilidade social, de desenvolvimento sustentável e em que medida foi salvaguardada a sua competitividade designadamente pela via da investigação, do desenvolvimento, da inovação e da integração de novas tecnologias no processo produtivo, através da publicação de um relatório de boas práticas do governo societário.



II. Missão, Objetivos e Políticas

A EMEF tem como visão ser a referência nacional em material circulante ferroviário.

Tradicionalmente ligada ao setor dos transportes ferroviários, a EMEF assume a missão de criar valor para os clientes, colaboradores e acionista. É o reconhecimento da missão da empresa que a faz mover, que lhe confere sentido e que funciona como elemento agregador do esforço que cada um despende no seu dia-a-dia de trabalho.

A concretização daqueles objetivos latos, são vertidos em políticas enformadas por um conjunto de princípios traduzidos por:

- Desenvolvimento da atividade voltada para os clientes;
- Criação de condições de segurança para os trabalhadores e para o material circulante ferroviário;
- Proteção do ambiente;
- Gestão da atividade com alcance na sustentabilidade económico-financeira e continuidade das operações de modo independente.

III. Estrutura de Capital

O capital social é de 8.100.000 euros, dividido e representado por 8.100.000 ações no valor nominal de um euro cada uma. O mesmo encontra-se integralmente realizado, em dinheiro e outros valores constantes da escrituração social. As ações podem ser escriturais ou representadas por títulos de 1, 5, 10, 50, 100, 500, 1.000 e 5.000 ações. As ações serão reciprocamente convertíveis, a pedido e por conta dos acionistas.

O titular das ações é a CP – Comboios de Portugal, EPE, inexistindo limitações à titularidade e/ou transmissibilidade das mesmas.

Não existem acordos parassociais que restrinjam a sociedade.

IV. Participações Sociais e Obrigações Detidas

No final de 2018, a EMEF tinha participação financeira nas seguintes entidades empresariais:



Participações Financeiras

Designação	EMEF
EMEF/SIEMENS ACE	51% do resultado líquido
NOMAD TECH, Lda	35% das quotas

O EMEF/SIEMENS ACE é um agrupamento complementar de empresas que foi constituído em 2009 pela EMEF e pela SIEMENS e tem por objeto a sinergia e otimização das atividades das entidades agrupadas no que respeita à manutenção das Locomotivas Elétricas LE5600 e LE4700, ao abrigo do Contrato entre o ACE e a CP – Comboios de Portugal, E.P.E.

A NOMAD TECH é uma sociedade por quotas constituída em novembro de 2013 entre a EMEF e a NOMAD Digital com o objetivo de fornecer soluções de Telegestão Ferroviária – como a Manutenção Baseada na Condição (MBC) e Eficiência Energética – para o mercado ferroviário a nível mundial.

Paralelamente a EMEF possui as seguintes participações de natureza associativa ou fundacional:

Entidades em que a EMEF é sócio efetivo ou fundador

Entidade	Ano adesão	Valor da participação	Observações
INEGI - Instituto de Engenharia Mecânica e Gestão Industrial	2006	2 500	A EMEF é sócio efetivo do Instituto com a subscrição no montante de 2.500€, a que correspondem 500 unidades de participação.
FMNF - Fundação Museu Nacional Ferroviário	2007	31 944	A EMEF é entidade equiparada a fundador. A contribuição da EMEF foi em espécie, sob a forma da prestação do serviço de recuperação de placa giratória da rotunda de locomotivas.

Entidades em que a EMEF é associada

Entidade	Ano adesão	Fundamentação
NERSANT - Associação Empresarial da Região de Santarém	1996	Em 4-Out-1996 a CE da EMEF deliberou autorizar a inscrição da EMEF nesta associação, pelo facto de a sede social da empresa se situar no Entroncamento e pelo facto de, com esta adesão a empresa ter acesso às vantagens de adesão automática à AIP, facilidade de acesso a fundos estruturais instituídos no QCA e empréstimos a juros bonificados através de protocolo celebrado com o BES
IPQ - Instituto Portugues para a qualidade	1995	A EMEF está inscrita atualmente como correspondente da Classe B. As vantagens são as seguintes: receção de normas gratuitas (portuguesas, europeias e ISO) que sejam emitidas em cada ano e descontos na aquisição de normas em geral; necessário para o Sistema de Gestão da Qualidade e Certificação do mesmo.
ANEME - Associação Nacional das Empresas Metalúrgicas e Eletromecânicas	2007	Em 1-Fev-2007 a CE da EMEF deliberou a reinscrição nesta Associação pelo facto de possibilitar o usufruto de vantagens na internacionalização, quer para a Argentina, quer para Moçambique.
APNCF - Associação Portuguesa para a Normalização e Certificação Ferroviária	1996	A EMEF é entidade equiparada a associado fundador.
Plataforma Ferroviária Portuguesa	2016	A 16-Mar-2016 o CA da EMEF deliberou a inscrição da EMEF nesta plataforma. O seu objetivo é proporcionar aos seus associados competitividade no quadro da economia nacional, promovendo iniciativas, projetos de investigação, desenvolvimento e inovação, reunindo e promovendo a cooperação entre empresas, entidades do Sistema Científico e Tecnológico Nacional, entidades públicas e privadas, associações, federações, confederações e outras, do setor ferroviário ou a ele ligadas.
Grupo de Utilizadores SAP em Portugal	2006	A inscrição nesta associação teve por objectivo a partilha de ideias e soluções, bem como o intercâmbio de informação e conhecimento entre os diversos membros e, também, com a SAP.

Não foram prestadas a outras entidades quaisquer garantias financeiras nem foram assumidas dívidas ou passivos de outras entidades.

As relações significativas de natureza comercial existentes entre a EMEF e o acionista único (CP, EPE) são divulgadas no capítulo VIII (transações com partes relacionadas e outras) deste relatório.

No que respeita aos mecanismos adotados para prevenir a existência de conflitos de interesses e no estrito cumprimento dos princípios de bom governo das empresas públicas, previstos no DL 133/2013, mormente no seu artigo 51º, os Administradores da EMEF abstêm-se de intervir em decisões que envolvam os seus próprios interesses, designadamente, as despesas por si realizadas que são aprovadas por outro Administrador. Ainda, os Administradores da empresa não detêm quaisquer participações patrimoniais na mesma nem relações com fornecedores, clientes, instituições financeiras ou outros parceiros de negócio, suscetíveis de gerar conflitos de interesses.

V. Órgãos Sociais e Comissões

A. Modelo de Governo

De acordo com os seus Estatutos, a EMEF tem uma Assembleia Geral, um Conselho de Administração e um Conselho Fiscal, sendo ainda auditada por um Auditor Externo.

B. Assembleia Geral

Mesa da Assembleia Geral

Mandato (Início - Fim)	Cargo	Nome	Designação Legal da atual Nomeação	
			Forma	Data
2017-2019	Presidente Secretário	Maria Romana da Cunha Paulino Correia de Vasconcelos Maria Filipa Alves Marvão Lucas Martins	Deliberação Unânime	21/07/2017

Não existem deliberações acionistas que, por imposição estatutária, só podem ser tomadas com maioria qualificada.

C. Administração e Supervisão

A estrutura da administração e fiscalização da sociedade é composta por Conselho de Administração, Conselho Fiscal e Revisor Oficial de Contas.

Os órgãos sociais são eleitos pela Assembleia Geral sem prejuízo de eventuais decisões da acionista única.

Conselho de Administração

Mandato (Início - Fim)	Cargo	Nome	Designação Legal da atual Nomeação		Remuneração	
			Forma	Data	Entidade Pagadora	(O/D)
2018-2019	Presidente	Carlos Gomes Nogueira	Deliberação Unánime	20/08/2018	CP	
	Vogal	Sérgio Abrantes Machado			CP	
	Vogal	Ana Maria dos Santos Malhó			CP	
2017-2018	Presidente	Sérgio Abrantes Machado	Deliberação Unánime	21/07/2017	CP	
	Vogal	Ana Maria dos Santos Malhó			CP	

Na falta ou impedimento definitivos de qualquer administrador procede-se à cooptação de um substituto, a ratificar na seguinte Assembleia Geral. O mandato do novo administrador terminará no fim do período para o qual o administrador substituído tinha sido eleito.

Curricula do CA

Presidente do Conselho de Administração (de 20 agosto a 31 de dezembro de 2018)**Dr. Carlos Gomes Nogueira**

Licenciatura em Organização e Gestão de Empresas, pelo ISCTE-IUL.

Advanced Management Program, pela Harvard Business School.

Presidente do Conselho de Administração da EMEF-Empresa de Manutenção de Equipamento Ferroviário, S.A., desde 20 de agosto de 2018.

Presidente do Conselho de Administração da CP – Comboios de Portugal E.P.E., desde 30 de junho de 2017.

Presidente Interino do C.A. da Fundação do Museu Nacional Ferroviário Armando Ginestal Machado, desde 28 de fevereiro de 2018.

Presidente da Europartners - Gestão e Soluções Empresariais, Lda, entre 2008 e 2017.

Membro do Conselho Fiscal Lusíadas SGPS, S. A, entre 2014 e 2017.

Mandatário de gestão Autoridade da Concorrência da Groundforce (SPdH - Sociedade Portuguesa de Handling, S. A.), entre 2009 e 2014.

Administrador MRG - Engenharia e Construção S. A, entre 2010 e 2012.

Administrador Grupo BANIF - Banca e Seguros, entre 2000 e 2008.

Administrador Grupo FIPAR - Tecnologias de Informação e Produção de Software, entre 1996 e 1999.

Administrador Grupo COFIPSA, entre 1989 e 1996.

Diretor Direção de Estudos Económicos no Banco Pinto & Sotto Maior, entre 1987 e 1989.

Diretor-Geral Grupo RESOPAL, entre 1982 e 1987.

Técnico, Técnico Coordenador e Diretor de Departamento na SERGA/BDO - Empresa de Auditoria, Organização Administrativa e Estudos Económico-Financeiros, S. A., entre 1979 e 1982.

Assistente do ISCTE-IUL Disciplinas de Análise Financeira e Gestão Financeira, entre 1979 e 1989.

Professor Auxiliar Convidado do ISCTE-IUL, da disciplina de Projeto Empresarial Aplicado (Business Plan), desde o ano letivo de 2010/2011 até ao ano letivo de 2016/2017.

Vogal (de 20 agosto a 31 de dezembro de 2018)

Presidente do Conselho de Administração (1 de janeiro a 19 de agosto de 2018)



Eng.º SÉRGIO ABRANTES MACHADO

Licenciatura em Engenharia Eletrotécnica (Energia) pelo Instituto Superior Técnico.

Mestrado em Ciências da Eletricidade (Máquinas Elétricas e Eletrónica de Potência) pela Universidade Católica de Lovaina

Master in Business Administration (Finanças) pela Universidade Católica Portuguesa

Pós-Graduação em Gestão de Energias Renováveis pela Universidade Católica Portuguesa.

Vogal do Conselho de Administração da EMEF-Empresa de Manutenção de Equipamento Ferroviário, S.A., desde 20 de agosto de 2018.

Vogal do Conselho de Administração da CP – Comboios de Portugal E.P.E., desde 30 de junho de 2017.

Presidente do Conselho de Administração da EMEF-Empresa de Manutenção de Equipamento Ferroviário, S.A., entre 2017 e 2018.

Gerente da Nomad Tech, Lda., desde 1 de agosto de 2017.

Diretor-Geral da EMEF-Empresa de Manutenção de Equipamento Ferroviário, S.A., em 2017.

Gestor Local de Energia e Carbono da CP, entre 2014 e 2017.

A handwritten signature in blue ink, located in the bottom right corner of the page. The signature is stylized and appears to be the name of the person whose portrait is shown above.

Assessor do Conselho de Administração da CP, entre 2012 e 2014.

Diretor Coordenador da CP-Frota/Diretor da Direção de Engenharia, entre 2009 e 2012.

Assessor do Conselho de Administração da CP, entre 2008 e 2009.

Vogal da Administração da EMEF-Empresa de Manutenção de Equipamento Ferroviário, S.A, entre 2005 e 2008.

Assessor do Conselho de Gerência da CP, entre 2004 e 2005.

Vogal da Administração da EMEF-Empresa de Manutenção de Equipamento Ferroviário, S.A, entre 1998 e 2004.

Exerceu funções na Área da Manutenção, na TAP Air Portugal, dos quais cerca de sete anos em funções de Direção de Produção, dois anos na Área de Manutenção e cerca de três como Diretor de Compras e Gestão de Contratos da Siemens-Manindustria, para a TAP Air Portugal, entre 1984 e 1998.

Docente do ensino superior público, na área de Energia-Máquinas Elétricas, como Professor Convidado a tempo parcial no ISEL

Especialista em Manutenção Industrial pela Ordem dos Engenheiros, e pelo Ensino Superior Politécnico, após provas públicas.



Vogal

Dr.ª. ANA MARIA DOS SANTOS MALHÓ

Licenciatura em Administração e Gestão de Empresas pela Faculdade de Ciências Económicas e Empresariais da Universidade Católica Portuguesa

Pós-Graduação em Corporate Finance pelo INDEG-ISCTE Executive Education.

Vogal do Conselho de Administração da EMEF-Empresa de Manutenção de Equipamento Ferroviário, S.A., desde 20 de julho de 2017.

Vogal do Conselho de Administração da CP – Comboios de Portugal E.P.E., desde 30 de junho de 2017.

Presidente do Conselho de Administração do SIMEF – Agrupamento Complementar de Empresas EMEF/Siemens, A.C.E. – Serviços Integrados de Manutenção e Engenharia Ferroviária, A.C.E., desde 1 de agosto de 2017.

Responsável do Departamento Financeiro, integrado na Direção Financeira da CP, com a responsabilidade das áreas de gestão financeira e tesouraria, entre 2013 e 2017.

Membro do Conselho Fiscal da EMEF-Empresa de Manutenção de Equipamento Ferroviário, S.A., entre 2013 e 2017.

Membro do Board of Directors da Eurofima - European Company for the Financing of Railroad Rolling Stock, desde 2013.

Vogal do Conselho Fiscal da CP Carga - Logística e Transportes Ferroviários de Mercadorias, S.A, entre 2013 e 2015.

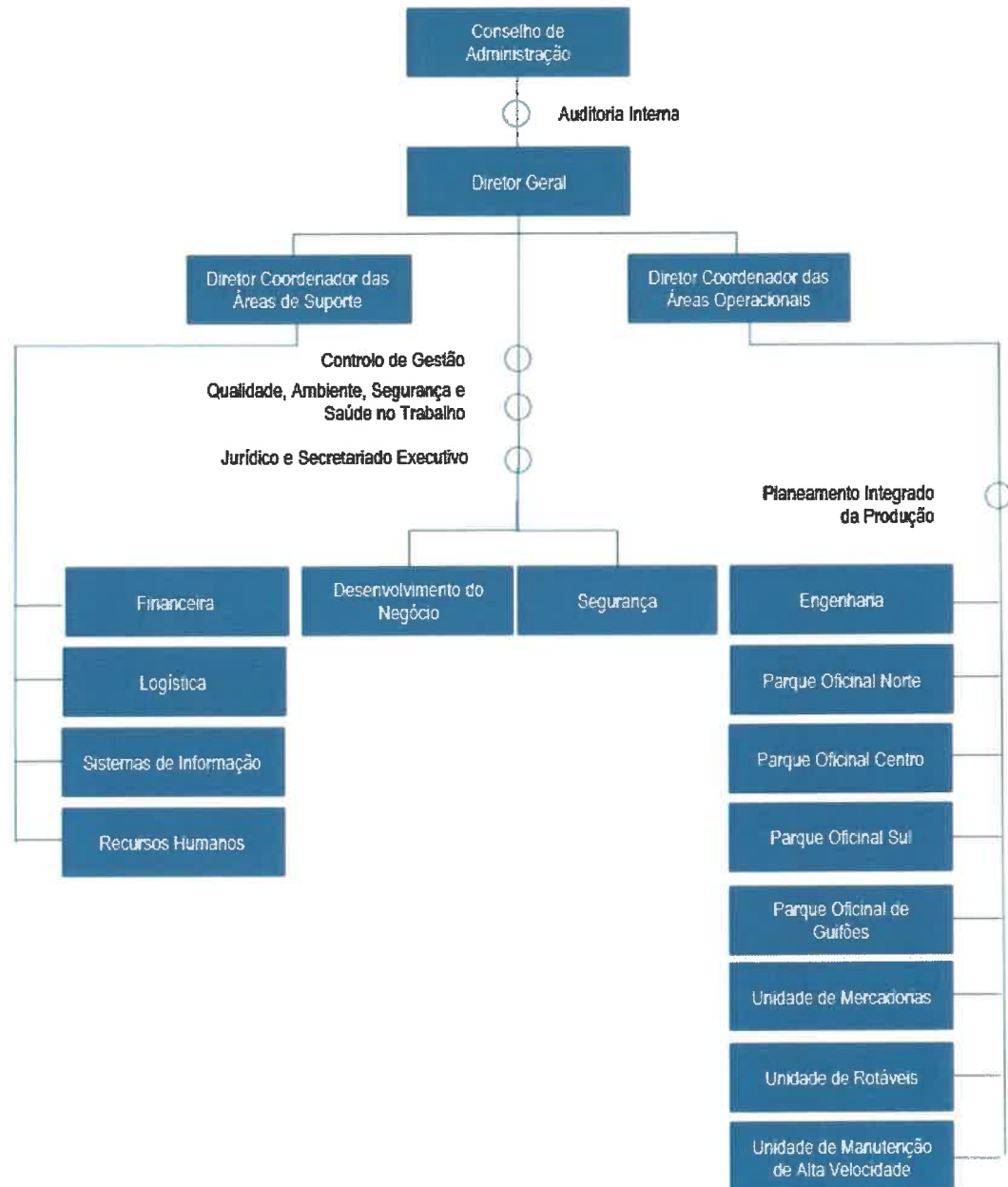
Diretora Financeira da CP, incorporando as áreas de gestão financeira e tesouraria, entre 2011 e 2013.

Ingressou nos quadros da CP-Comboios de Portugal, integrando o Gabinete de Gestão Financeira, em dezembro de 1998.

Desempenhou funções de análise e avaliação de crédito na CETELEM - Sociedade Financeira de Aquisição a Crédito, entre 1996 e 1998.



Organograma da empresa



Assinatura

O número de reuniões que ocorreram durante o ano de 2018 e a respetiva assiduidade foram os seguintes:

Número de reuniões

Membro do CA (de 1 de janeiro a 19 de agosto de 2018)

Nº de reuniões durante o mandato em 2018	Cargo	Nome	Assiduidade (%) 2018
26	Presidente	Sérgio Abrantes Machado	100
	Vogal	Ana Maria dos Santos Malhó	100

Membro do CA (de 20 de agosto a 31 de dezembro 2018)

Nº de reuniões durante o mandato em 2018	Cargo	Nome	Assiduidade (%) 2018
15	Presidente	Carlos Gomes Nogueira	100
	Vogal	Sérgio Abrantes Machado	100
	Vogal	Ana Maria dos Santos Malhó	87

Os atuais membros do Conselho de Administração da EMEF acumulam as funções de administradores da acionista, não sendo remunerados pela primeira.

O órgão da sociedade competente para realizar a avaliação de desempenho dos administradores executivos é a Assembleia Geral e não existem critérios pré-determinados para a mesma avaliação.

Não existem comissões no seio do órgão de administração ou supervisão e administradores delegados.

D. Fiscalização

A fiscalização da sociedade compete a um Conselho Fiscal composto por um presidente, dois vogais efetivos e um suplente e a um Revisor Oficial de Contas ou a uma Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, todos eleitos, em Assembleia Geral, pelo período de um ano.

Conselho Fiscal

Mandato (Início - Fim)	Cargo	Nome	Designação	
			Forma	Data
2018	Presidente	Elisabete Gonçalves Bettencourt de Freitas Oliveira	AG	12/04/2018
	Vogal	Maria de Fátima Correia Paixão de Matos Alves	AG	12/04/2018
	Vogal	Vitor de Figueiredo Mendes Castanheira*	AG	12/04/2018
	Suplente	José Domingos Figueiredo Afonso Azevedo	AG	12/04/2018

* Renunciou ao cargo em 30/11/2018

Os cargos de Presidente e Vogais do Conselho Fiscal não são remunerados dado serem desempenhados por colaboradores do quadro de pessoal da CP, E.P.E..

Curricula vitae resumidos

Conselho Fiscal

Presidente

Dr.ª ELISABETE GONÇALVES BETTENCOURT DE FREITAS OLIVEIRA

Licenciada em Administração e Gestão de Empresas, com especialização em Finanças, pelo ISCTE-Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da empresa, especialização em consolidação de contas e SGPS pelo ISCTE– Business School; contabilista certificada, membro da OCC.

Presidente do Conselho Fiscal da EMEF- Empresa de Manutenção de Equipamento Ferroviário, S.A., em 2017.

Vogal do Conselho Fiscal da EMEF- Empresa de Manutenção de Equipamento Ferroviário, S.A., em 2016 e 2017.

Assume funções de Responsável de Departamento de Contabilidade da CP-Comboios de Portugal, integrado na Direção Financeira da CP, incorporando as áreas de contabilidade geral, contabilidade analítica, ativos fixos tangíveis e intangíveis, e impostos, desempenhando funções relacionadas com a prestação de contas individual e consolidada e o cumprimento das obrigações fiscais, desde 2014.

Assume também as funções de contabilista certificada das seguintes empresas do Grupo CP: Fernave SA- Empresa de Formação Profissional; Ecosaúde SA-Empresa de Medicina de Saúde no Trabalho; Fergráfica Lda - Empresa de Artes Gráficas (empresa liquidada em 2013); e Pactogest Lda - Empresa de estudos de alcoolemia (empresa fundida em 2009), desde 2008.

Ingressou nos quadros da CP-Comboios de Portugal em 1999, e desde essa data exerce funções relacionadas com a área de contabilidade e impostos.

Vogal

Dr.ª MARIA DE FÁTIMA CORREIA PAIXÃO DE MATOS ALVES

Licenciada em Direito pela Universidade Clássica de Lisboa, pós-graduação em Organização e Gestão de Empresas, pelo ex-Instituto Superior para o Desenvolvimento dos Recursos Humanos, atual Instituto Superior de Gestão.

Ingressou nos quadros da CP-Comboios de Portugal, onde exerce funções de advogada na Direção Jurídica da CP, prestando serviço de patrocínio judicial da empresa, bem como de assessoria jurídica e de representação da CP no Grupo Jurídico da UIC (União Internacional dos Caminhos de Ferro) e nos seus subgrupos de trabalho, desde 1987.

Desenvolveu estudos em várias áreas do Banco Pinto & Sotto Mayor, no âmbito de uma bolsa de estudo desse Banco, em 1986.

Exerceu funções de advogada no Contencioso de várias empresas de construção civil e reparação naval, entre 1980 e 1986.

Inscrita como advogada na Ordem dos Advogados desde junho de 1980.

Vogal

Dr. VITOR DE FIGUEIREDO MENDES CASTANHEIRA

Licenciado em Auditoria pelo Instituto Superior de Contabilidade e Administração de Lisboa (ISCAL)

Contabilista Certificado e membro da OCC desde 1993.

Formador certificado pelo IEFP desde 2013.

Nomeado vogal do Conselho Fiscal da EMEF - Empresa de Manutenção de Equipamento Ferroviário, S.A. em 2017.

Ingressou em 1999 nos Quadros da CP-Comboios de Portugal, EPE, desempenhando funções de técnico de contabilidade financeira e analítica na Direção Financeira. A partir de 2017 assume funções de técnico de planeamento e controlo de gestão na Direção de Tecnologias de Informação.

Contabilista Certificado na empresa Viagens El Corte Inglés, entre 1997 e 1998

Contabilista Certificado na empresa Young & Rubicam (Portugal) Publicidade, Lda, entre 1995 e 1997.

Vogal Suplente

Dr. JOSÉ DOMINGOS FIGUEIREDO AFONSO AZEVEDO

Licenciado em Gestão de Empresas pela Nova School of Business and Economics; Pós-Graduação em Gestão e Finanças Imobiliárias pelo ISCTE – Business School; Programa Avançado de Gestão para o Setor dos Transportes pela Católica Lisbon School of Business and Economics.

Nomeado membro suplente do Conselho Fiscal da EMEF - Empresa de Manutenção de Equipamento Ferroviário, S.A. em 2017.

Ingressou em 2005 nos quadros da CP-Comboios de Portugal onde desempenhou funções em várias áreas, nomeadamente no Gabinete de Gestão de Mudança como Técnico Analista, na Direção de Contratualização, Compras, e Serviços Gerais como Técnico Comprador, e desde 2011 assume funções de Técnico de Controlo de Gestão e Orçamento na Direção de Planeamento e Controlo de Atividade da CP-Comboios de Portugal. As principais tarefas desenvolvidas são a colaboração na elaboração do plano de atividades e orçamento de exploração e de investimentos anual da CP-Comboios de Portugal, a participação na elaboração dos relatórios mensais de controlo orçamental e a administração do módulo SAP PSM - Public Sector Management (Key User do módulo PSM).

O Conselho Fiscal é um órgão independente da administração e o seu funcionamento e funções estão definidos nos estatutos da Empresa. Os atuais membros foram eleitos em Assembleia Geral realizada em 12/04/2018.

Foram realizadas 5 reuniões em 2018, em Lisboa e na Amadora, com a presença dos membros do Conselho Fiscal (Presidente e vogais), e sempre que solicitado com o ROC, Auditores Externos, Conselho de Administração e Direção Financeira, sem ausências a reportar.

Os membros do Conselho Fiscal, individualmente ou em conjunto, têm dado continuidade ao acompanhamento da atividade da Empresa, nomeadamente através da leitura das atas do Conselho de Administração e dos Relatórios de Desempenho da empresa. Deram parecer sobre o plano de atividades e orçamento 2018-2020, sobre as contas do exercício de 2017, e sobre as contas do 1º semestre de 2018, em cumprimento das obrigações legais vigentes.

Os membros do Conselho Fiscal exercem funções na CP-Comboios de Portugal E.P.E.

O auditor externo presta serviços de auditoria as contas individuais da EMEF e das restantes empresas participadas da CP, às contas individuais da CP, e às contas consolidadas do Grupo CP, e os respetivos reportes semestrais e anuais são do conhecimento do Conselho Fiscal. Não existem serviços adicionais fora do âmbito deste trabalho.

E. Revisor Oficial de Contas (ROC)

Atualmente, a EMEF, tem como revisor oficial de contas a empresa RCA - Rosa, Correia & Associados, SROC, S.A., inscrita na OROC com o n.º 143 e registado na CMVM com o n.º 20161455, e é representada pelo Dr. Luís Francisco Pereira Rosa, ROC n.º 713, e pelo Dr. Paulo Fernando da Silva Pereira, ROC n.º 931.

A sociedade RCA - Rosa, Correia & Associados, SROC, S.A. foi nomeada como SROC responsável pela Certificação Legal de Contas para o ano de 2018 em assembleia geral realizada em 12/04/2018.

Cabe especialmente ao Revisor Oficial de Contas ou Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, além das competências constantes da lei, proceder a todos os exames e verificações necessárias à revisão e certificação legal das contas.

A sociedade RCA - Rosa, Correia & Associados, SROC, S.A., é responsável pela revisão e certificação legal de contas da EMEF e de outras empresas do Grupo CP.

ROC

Mandato (Início - Fim)	Cargo	Identificação SROC / ROC			Designação		Nº de anos de funções exercidas no grupo	Nº de anos de funções exercidas na entidade
		Nome	Nº. Inscrição na OROC	Nº. Registo na CMVM	Forma	Data		
2018	SROC	RCA - Rosa, Correia & Associados, SROC, S.A.	343	20161495	AG	12/04/2018	2	2

O valor atual resultou de procedimento por ajuste direto lançado no ano 2017 cujo critério de adjudicação foi o do mais baixo preço.

Não foram prestados serviços adicionais pela SROC à EMEF.

F. Auditor Externo

A EMEF tem como auditor externo a empresa Ribeiro, Rigueira, Marques, Roseiro & Associados, SROC, Lda., inscrito na OROC com o n.º 197 e registado na CMVM com o n.º 20161495, e é representada pelo Senhor Joaquim Eduardo Pinto Ribeiro, ROC n.º 1015.

O montante da remuneração anual paga em 2018 foi o seguinte:

Auditor Externo

Identificação do Auditor Externo			Contratação		Remuneração Anual 2018 (€)
Nome	Nº. Inscrição na OROC	Nº. Registo na CMVM	Data	Período	Valor da Prestação de Serviços
Ribeiro, Rigueira, Marques, Roseiro & Associados, SROC, Lda.	197	20161495	22/06/2017	2017-2019	4 400

Esta empresa não presta serviços de auditoria a qualquer das entidades participadas pela EMEF nem executou serviços adicionais para além dos acima referidos.

Quanto aos valores pagos por entidades que integram o grupo CP a informação pode ser consultada no Relatório & Contas da CP, empresa mãe.

VI. Organização Interna

A. Estatutos e Comunicações

Os estatutos são alterados por decisão do acionista único.

B. Controlo Interno e Gestão de Riscos

Para além de um modelo de governo que se descreveu anteriormente, a EMEF dispõe de:

- Organigrama, missão e atribuições de cada órgão e delegação de poderes;
- Conjunto de normas internas integradas no sistema da qualidade, bem como outras, relativas nomeadamente a controlo interno, não integradas nesse sistema;
- Auditoria interna

As áreas funcionais de Auditoria Interna e Gestão de Risco são asseguradas pela empresa mãe através do seu Gabinete de Auditoria Interna, Avaliação de Risco, Qualidade e Ambiente, cujo âmbito abrange o Grupo CP;

- Controlo de Gestão

Área dedicada à monitorização da atividade da EMEF e cujas principais atribuições são as seguintes:

- a. elaborar o Plano anual/plurianual da empresa, envolvendo a definição de programas e ações, em estreita colaboração com as diferentes áreas e unidades organizativas;
- b. assegurar o controlo de execução dos programas e orçamentos aprovados procedendo à análise dos respetivos desvios e identificando as situações que requerem medidas corretivas;
- c. acompanhar a execução anual do Plano de Empresa, visando o conhecimento atempado do grau de realização das atividades programadas e dos orçamentos e identificando as situações que requerem a tomada de medidas corretivas e/ou adicionais para fazer face aos desvios que importa gerir;
- d. assegurar a produção e distribuição de relatórios periódicos normalizados sobre a execução física e orçamental da empresa e de cada unidade orgânica.

São ainda efetuadas atividades de controlo, nomeadamente nas contagens físicas de inventários e nas operações de abate de inventários e de ativos fixos tangíveis da empresa.



A atividade da EMEF está exposta aos fatores de risco inerentes, como sejam, o risco de crédito e de liquidez e o risco de taxa de juro, associado aos fluxos de caixa, decorrentes de financiamentos obtidos, não oferecendo, no entanto, riscos financeiros relevantes.

A gestão do risco é conduzida em conformidade com as determinações do Despacho 101/09 – SETF e com base em princípios de preservação de autonomia financeira da empresa, potenciadora do seu equilíbrio financeiro e da remuneração do capital.

C. Regulamentos e Códigos

A empresa, para além da legislação geral aplicável às sociedades comerciais de atividade industrial e empresas públicas, rege-se por um conjunto alargado de regulamentos, de que se salientam os seguintes:

Regulamentos Internos

1. Estatutos da Sociedade	12. Política de Recursos Humanos
2. Acordos de Empresa	13. Política da Comunicação
3. Código de Ética	14. Procedimentos de Recursos Humanos
4. Regulamento de funcionamento interno da Comissão de Ética	15. Regulamento de Categorias Profissionais
5. Código de conduta para Prevenção e Combate ao Assédio no Trabalho	16. Regulamento de Gestão da Frota Automóvel
6. Manual da Qualidade	17. Condições Gerais de Aquisição de Bens e Serviços
7. Política da Qualidade Ambiente e Segurança	18. Regulamento de Controlo de Alcoolémia
8. Procedimentos Funcionais do Ambiente	19. Manual de Procedimentos de Segurança e Higiene no Trabalho
9. Procedimentos Funcionais da Qualidade	20. Política de Proteção da Privacidade de Dados Pessoais
10. Normas Internas	21. Política Privacidade de Dados Pessoais
11. Manual de Recursos Humanos	

Regulamentos Externos

NORMAS	ASSUNTO
Decreto-Lei n.º 71/2007, de 27 de março. Republicado no Decreto-Lei n.º 8/2012, de 18 de janeiro	Estabelece o estatuto do gestor público
Resolução do Conselho de Ministros n.º 49/2007, de 28 de março	Princípios do bom governo das empresas do setor empresarial do Estado
Decreto-Lei nº 111-B/2017, de 31 de agosto, que procedeu à nona alteração ao Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei nº 18/2008, de 29 de janeiro.	Código dos Contratos Públicos
Despacho n.º 438/10-SETF, de 10 de maio	Orientações relativas à aquisição de serviços de valor superior a € 125.000,00 e à aplicação das normas de contratação pública
Decreto-Lei n.º 27/2011 de 17 de fevereiro	Condições técnicas que contribuem para o aumento da segurança do sistema ferroviário e de circulação segura

Decreto-Lei n.º 169/2012 de 1 de agosto. Alterado pelo Decreto-Lei n.º 73/2015, de 11 de maio	Cria o Sistema da Indústria Responsável, que regula o exercício da atividade industrial, a instalação e exploração de zonas empresariais responsáveis, bem como o processo de acreditação de entidades no âmbito deste Sistema.
Decreto-Lei n.º 133/2013, de 03 de outubro – revogou o Decreto-Lei n.º 558/99	Aprova o regime jurídico do Setor Empresarial do Estado
Lei n.º 114/2017, de 29 de dezembro	Aprova o Orçamento de Estado para 2018
Decreto-Lei n.º 33/2018, de 15 de maio	Estabelece as normas de execução do Orçamento do Estado para 2018
Decreto-Lei n.º 89/2017, de 28 de julho	Transpõe para a ordem jurídica interna a Diretiva n.º 2014/95/UE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 22 de outubro de 2014, que altera a Diretiva 2013/34/UE, no que se refere à divulgação de informações não financeiras e de informações sobre a diversidade por parte de certas grandes empresas e grupos.
Regulamento 2016/679 da União Europeia de 27 de abril de 2016	Vem definir o novo regime jurídico da proteção de dados pessoais, criando novas obrigações e responsabilidades para todas as entidades públicas e privadas e sendo diretamente aplicável a partir de 25 de maio de 2018.
Regulamento (UE) n.º 445/2011 da Comissão, de 10 de maio	Interoperabilidade
Regulamento (UE) n.º 321/2013 da Comissão, de 13 de março, alterado pelo Regulamento (UE) n.º 1236/2013, de 2 de dezembro	
Decreto-Lei n.º 41/2014 de 18 de março, que transpõe a Diretiva 2013/9/UE que altera o anexo III da Diretiva 2008/57/CE, procedendo à segunda alteração ao Decreto-Lei n.º 27/2011, de 17 de fevereiro	
Decreto-Lei n.º 78/2004, de 03 de abril	Ambiente
Decreto-lei n.º 09/2007, de 17 de janeiro	
Decreto-Lei n.º 35/2008, de 27 de fevereiro	
Decreto-Lei n.º 71/2008, de 15 de abril	
Decreto-lei n.º 147/2008, de 29 de julho – alterado pelos Decretos-Leis n.ºs 245/2009, de 22 de setembro, 29-A/2011, de 1 de março e 60/2012 de 14 de março	
Regulamento (EU) n.º 1005/2009, de 16 de setembro e Decreto-lei n.º 85/2014 (assegura a sua execução)	
Decreto-Lei n.º 73/2011, de 17 de junho (altera e republica o Decreto-Lei n.º 178/2006, de 5 de setembro)	
Decreto-Lei n.º 130/2012, de 22 de junho – Altera e Republica a Lei n.º 58/2005, de 29 de dezembro	
Decreto-Lei n.º 127/2013, de 30 de agosto – Somente capítulo V	
Portaria 53/71 de 3 de fevereiro - alterada pela Portaria n.º 702/80 de 22 de setembro	Segurança e Saúde no Trabalho
Decreto-Lei 243/86 de 20 de agosto	
Decreto-Lei 273/2003 de 29 de outubro	
Decreto-Lei n.º 50/2005, de 25 de fevereiro	
Decreto-lei n.º 103/2008, de 24 de junho	
Lei n.º 3/2014 de 28 de janeiro (republica a Lei n.º 102/2009 de 10 de setembro) alterada pelo Decreto-lei n.º 88/2015 e Lei 146/2015	

Código de Ética

A EMEF orienta a sua atividade com total respeito pelos princípios da responsabilidade social e do desenvolvimento sustentado. Neste sentido, a adoção de comportamentos eticamente corretos é referência indeclinável no plano interno e no relacionamento com Clientes, Fornecedores e com a comunidade em geral.

O Código de Ética consubstancia a assunção de um conjunto de Valores e Princípios que definem padrões de comportamento, moldam a identidade e imagem da EMEF e são a referência para todos aqueles que, direta ou indiretamente com ela contactam.

Mereceu parecer favorável da Comissão de Trabalhadores da EMEF, foi publicitado junto dos trabalhadores e enviado à Autoridade para as Condições do Trabalho, nos termos da Lei, pelo que constitui regulamento interno da Empresa.

O Código de Ética é, assim, entendido e assumido como um compromisso, por todos os colaboradores e órgãos sociais da EMEF, sem exceção. Aplica-se a todos os colaboradores da EMEF, independentemente do seu vínculo laboral e da posição hierárquica que ocupem.

D. Deveres Especiais de Informação

Conforme previsto no artigo 44º do Decreto-Lei nº 133/2013, a empresa procede à divulgação da informação no site institucional.


E. Sítio da Internet

A empresa tem sítio da internet em www.emef.pt.

VII. Remunerações

A. Competências para a Determinação

A competência para a determinação da remuneração dos órgãos sociais é da Assembleia Geral.



B. Comissão de Fixação de Remunerações

Não existe uma comissão de fixação de remunerações.

C. Estrutura das Remunerações

Atendendo ao facto de os membros dos órgãos sociais exercerem funções na empresa mãe estes não são remunerados exceto quanto ao ROC – Rosa, Correia & Associados, SROC, S.A. - cujos honorários são de valor anual de 5.350€ nos termos do respetivo contrato de prestação de serviços.

D. Divulgação das Remunerações

O montante anual da remuneração auferida pelos membros dos órgãos de administração da sociedade pode ser consultado no Relatório & Contas da CP, empresa mãe.

VIII. Transações com partes relacionadas e outras

As transações com entidades relacionadas foram as seguintes:

Informação sobre transações relevantes com entidades relacionadas
(euros)

Empresa	Aquisições de Bens e Serviços	Vendas, Prestação de Serviços e Outros Rendimentos
CP, EPE	5 743 129	44 830 264
ECOSAÚDE	173 402	-
FERNAVE	3 238	-
SAROS	-	6
EMEF/SIEMENS, ACE	-	3 720 723
NOMAD TECH	842 556	287 040

As transações são suportadas por contratos celebrados entre as partes, encomendas, faturação e seu pagamento/recebimento. São organizadas reuniões entre as partes para avaliação do nível de cumprimento das respetivas obrigações.

No cumprimento dos preceitos aplicáveis, as adjudicações realizadas foram publicitadas nos termos e pelos meios legalmente estabelecidos.

A empresa tem instituído procedimentos internos de contratação estabelecidos na delegação de poderes e funções relativas à autorização de despesa.

Os fornecedores que representam mais de 5% dos fornecimentos e serviços externos e que ultrapassam um milhão de euros são os seguintes:

Fornecedores que representem mais de 5% dos FSE

(euros)

Empresa	Valores sem IVA
CP - COMBOIOS DE PORTUGAL EPE	4 219 962
GESTION MAQUINARIA FERROVIARIA SL	1 357 696
NOMAD TECH LDA	753 775

IX. Análise de sustentabilidade da empresa nos domínios económicos, social e ambiental

Responsabilidade económica

No desenvolvimento da atividade no ano de 2018, a EMEF deu continuidade ao cumprimento de critérios de eficiência quer através duma expressiva contenção de gastos, quer através de uma criteriosa racionalização de recursos, processos e procedimentos.

Responsabilidade ambiental

Na sequência do planeamento e preparação para a transição do nosso Sistema de gestão da qualidade (SGQ) para a norma ISO 9001:2015, a EMEF foi submetida à correspondente auditoria de transição em julho de 2018, tendo mantido a certificação do SGQ, concedida pela APCER, agora conforme a norma de 2015, em todos os seus Órgãos e atividades.

O Sistema de Gestão implementado, ainda que só certificado no âmbito da Qualidade, integra, todavia, aspetos de Ambiente e Segurança Ocupacional, estando também articulado com o Sistema de Gestão de Recursos Humanos e com os requisitos do Regulamento UE 445/2011.

No âmbito da manutenção e desenvolvimento da gestão ambiental e em articulação com ações das Unidades orgânicas, salienta-se:

- **Gestão de Resíduos**

Continuidade na Gestão e Operacionalização do contrato global de resíduos em vigor (Empresa Renascimento), abrangendo todos os Órgãos oficiais da EMEF. A avaliação deste contrato continuou a revelar-se positiva no serviço e no resultado. Foi reeditado o Procedimento de ambiente (PFA) sobre gestão de resíduos, nomeadamente, para adequação à prática e uso das guias de acompanhamento de resíduos eletrónicas (e-gars).

- **Sistema de gestão de consumos intensivos de energia (SGCIE)**

Para cumprimento do DL n.º 71/2008, alterado pelo DL 7/2013, que regula o SGCIE e respeita à redução de consumos energéticos foram anteriormente estabelecidos dois acordos de racionalização energética no período 2011 a 2018 – ARCE- cuja implementação das medidas previstas envolve as Áreas da Qualidade Ambiente e Segurança, da Conservação, e as Áreas Operacionais abrangidas por este sistema, desde 2011: Complexos do Entroncamento e Guifões.

No complexo do Entroncamento, foi elaborado em 2018 um relatório de Execução intercalar referente ao ano de 2017 para reavaliação da situação e melhoria da organização de evidências, com vista ao fecho deste Ciclo. Tal implica a realização, por Entidade reconhecida pela DGEG, do último Relatório de Execução e Progresso, que serve de balanço final relativo ao Acordo de Racionalização dos Consumos de Energia (ARCE) no período assinalado.

- **Encaminhamento de Óleos usados**

Para o caso específico dos óleos usados, o seu encaminhamento é feito através do operador licenciado SOGILUB. Nesse âmbito, no início de 2018 foram atualizados novos protocolos com a SOGILUB cobrindo todas as Oficinas onde a EMEF labora.

- **Emissões Gasosas**

Em 2018 foi realizada a caracterização de emissões gasosas existentes nas Oficinas do Contumil, Guifões, Barreiro e Complexo Industrial do Entroncamento conforme previsto na legislação. A maioria destas fontes fixas só realizarão nova monitorização daqui a 5 anos, em virtude de alteração da legislação aplicável (DL n.º 39/2018, de 11 de junho)

- **Licenças no domínio hídrico**

Foi realizada a monitorização de efluentes líquidos nos diversos Órgãos oficiais, de acordo com o plano previsto e para manutenção e renovação das licenças de descarga. Após realização das

análises às águas residuais e obtenção de documentos para dar entrada dos processos para obtenção de licenças de domínio hídrico, no portal SILIAMB (Sistema Integrado de Licenciamento do Ambiente), a Oficina de Mirandela recebeu nova licença de águas residuais industriais em maio de 2018 e a Oficina de Sernada obteve autorização para as águas residuais domésticas em agosto de 2018.

- **Limpeza ETAR Entroncamento**

No seguimento de aparecimento inabitual de sobrenadante na superfície da ETAR em outubro de 2018, de material oleoso, realizou-se um inquérito à situação ocorrida, através de uma empresa externa, tendo em vista a determinação de causas e tomada de medidas para não repetição do sucedido. Na altura foi colocado na lagoa arejada material absorvente próprio para estas situações, de forma a poder retirar o excesso de material oleoso, mas tal não se revelou suficiente tendo em conta a quantidade existente na ETAR, pelo que, com a intervenção conjunta da Conservação, se procedeu à limpeza total da lagoa arejada, e parte da rede a montante, com encaminhamento desses resíduos através do contrato de gestão de resíduos.

- **Produtos de Limpeza**

No Complexo do Entroncamento, foi efetuado teste a 16 produtos químicos, com vista à substituição de produtos de base solvente por produtos de base aquosa. Dos testes efetuados, foram aprovados 8.

- **Comunicação interna e externa de cariz ambiental**

- Envio dos mapas de resíduos de 2017 e seu carregamento no Portal oficial SILIAMB (Sistema Integrado de licenciamento do Ambiente);
- Acompanhamento dos processos de renovação de certificação de Pessoal que opera em equipamentos com gases de refrigeração: ODS e GFEE no Entroncamento;
- Envio de informação para a Agência Portuguesa do Ambiente, relativa à quantidade de gases recuperada no manuseamento de gases de efeito de estufa em equipamentos fixos, em 2017;
- Integração de dados para resposta ao inquérito do INE, "Gestão e Proteção do Ambiente 2017";
- Consolidação abrangente e comunicação de dados destinados ao relatório de sustentabilidade da CP, EPE, relativo ao ano de 2017;
- Consolidação e comunicação de dados de questões ambientais, destinados à demonstração não financeira do ano de 2017 (DL 89/2017).

Responsabilidade Social**Princípio da Igualdade de Género**

O Código de Ética reprovava de forma expressa qualquer tipo de discriminação, de coação ou de assédio nomeadamente em razão do sexo.

Para a prevenção e combate ao assédio no trabalho, de acordo com o previsto na alínea k), do n.º 1, do artigo 127º do Código do Trabalho, complementando as disposições do Código de Ética sobre a matéria, foi aprovado pelo Conselho e Administração e encontra-se em vigor na EMEF o Código de Boa Conduta para Prevenção e Combate ao Assédio no Trabalho.

Existe, também, uma Comissão de Ética a quem pode ser reportada qualquer ocorrência, reclamação ou situação irregular que possa constituir violação das normas constantes do Código de Ética.

Os seguintes Procedimentos documentados, constantes do Sistema de Gestão de Recursos Humanos (SGRH), asseguram a igualdade de oportunidade e de tratamento a todos os candidatos e colaboradores:

- Recrutamento, Seleção, Admissão e Acolhimento de Recursos Humanos;
- Carreiras;
- Formação;
- Controlo de práticas não conformes.

Na EMEF as políticas salariais, de formação e de recrutamento têm presente o princípio da não discriminação entre mulheres e homens.

As competências dos colaboradores e das colaboradoras da EMEF são reconhecidas de modo igual nos processos de promoção e progressão na carreira e acesso a cargos direção ou de chefia.

Em termos absolutos o número de mulheres em cargos de direção aumentou em 2018, mantendo-se, contudo, inalterável em termos percentuais, o valor relativo a quadros superiores.



Nível de Qualificação

	Sexo								2017	2018
	Feminino				Masculino					
	2017	%	2018	%	2017	%	2018	%		
Quadros Superiores	26	24%	26	24%	83	76%	81	76%	109	107
Directores	2	11%	3	19%	16	89%	13	81%	18	16
Chefes de Área	11	38%	10	36%	18	62%	18	64%	29	28
Quadros intermédios	0	0%	0	0%	86	100%	74	100%	86	74
Profissionais altamente qualificados e qualificados	15	2%	13	2%	824	98%	835	98%	839	848
Profissionais semiquualificados	1	100%	1	100%	0	0%	0	0%	1	1
Profissionais não qualificados	0	0%	0	0%	1	100%	1	100%	1	1
	42	4%	40	4%	994	96%	991	96%	1 036	1 031

Apoio a clientes e grau de satisfação

Os programas de manutenção constantes dos contratos específicos de cada frota/segmento de mercado, para o cliente CP, foram genericamente cumpridos para todas as frotas, tendo-se obtido, por segmento de mercado, os seguintes valores médios ponderados aos km's percorridos, de disponibilidade e de fiabilidade:

Disponibilidade

Segmento do Mercado	Disponibilidade Média Anual (taxa dos dias em que é cumprida ou superada a quantidade de unidades a disponibilizar em todos os flashes horários de contagem)
Alfa e Intercidades	70%
Suburbanos Lisboa	42%
Suburbanos Porto	100%
Regional	59%

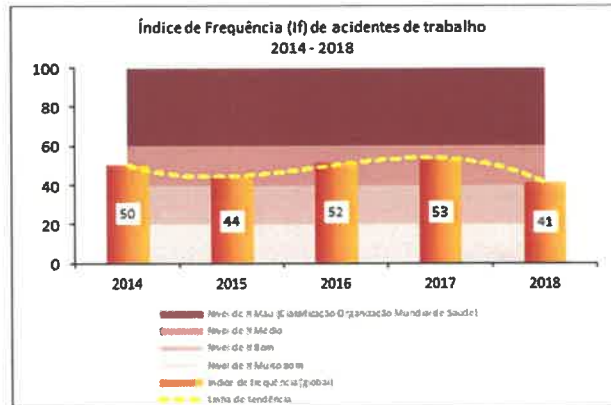
Fiabilidade

Segmento do Mercado	Fiabilidade Anual (quilómetros média entre incidentes devidos ao material circulante)
Alfa e Intercidades	470 000
Suburbanos Lisboa	65 000
Suburbanos Porto	198 000
Regional	49 000

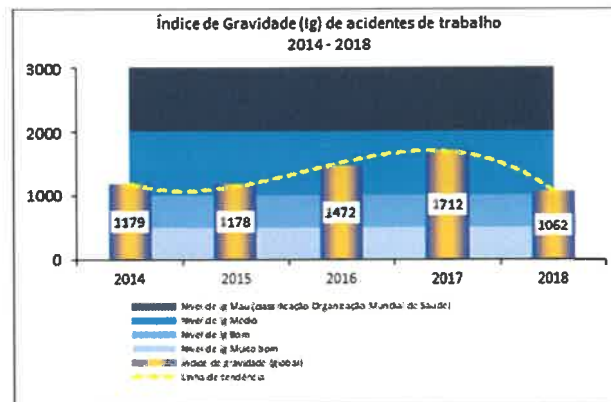
Higiene e Segurança no trabalho

Proseguiu-se a monitorização mensal da evolução dos índices de sinistralidade laboral, bem como a realização dos inquéritos a acidentes de trabalho para determinar as suas causas e as consequentes medidas corretivas ou de melhoria.

Face à tendência de aumento verificada em 2016 e 2017, dos índices de frequência (If) e de gravidade (Ig) de acidentes de trabalho, em 2018 acentuou-se também a colaboração da Área SST com os Médicos do Trabalho (Ecosaúde, SA) e com a Companhia de Seguros MAPFRE através da SAROS, com o objetivo de procurar medidas mais adequadas que contribuíssem para a melhoria da Segurança, Saúde e bem-estar dos trabalhadores nas suas atividades.



$$If = \frac{(n^{\circ} \text{ acidentes com baixa}) \times 10^6}{n^{\circ} \text{ horas homem trabalhadas}}$$



$$Ig = \frac{(n^{\circ} \text{ dias de baixa por AT}) \times 10^6}{n^{\circ} \text{ horas homem trabalhadas}}$$

Adicionalmente, o envolvimento contínuo dos trabalhadores da EMEF e seus representantes com a Gestão Operacional da empresa na identificação proativa e exigente de necessidades de melhoria, enquadrada pela SST, assumiu uma especial relevância.

Em 2018, os índices de sinistralidade dos acidentes de trabalho (acidentes ocorridos durante o serviço EMEF) registaram melhorias de cerca de 20% no índice de frequência e de 35% no índice de gravidade, relativamente ao ano anterior.

A sinistralidade de percurso (acidentes que ocorrem fora do trabalho, mas que estão incluídos no âmbito da apólice do seguro de acidentes de trabalho) corresponderam, em 2018, a 7,4% do n.º total de acidentes e a 10% do n.º total de dias de baixa.

Gestão do capital humano

Reuniões com ORT's

O Conselho de Administração e a Direção Executiva, cientes da importância de uma estreita interlocução com as estruturas representativas dos trabalhadores, em particular no que respeita ao conhecimento da posição daqueles órgãos do clima organizacional, dos aspetos relevantes da atividade diária da empresa e do seu futuro, prosseguiram o clima de diálogo e a política de reuniões frequentes com os representantes da Comissão de Trabalhadores e com os representantes das organizações sindicais. Continua-se a realçar os esforços e compreensão das organizações representativas dos trabalhadores nas análises realizadas, nas medidas adotadas e nos resultados obtidos ao longo do ano, que permitiram assegurar um nível de estabilidade social e um clima de trabalho positivo que teve como corolário os resultados positivos alcançados pela organização.

Empregabilidade

No ano de 2018 verificou-se um ligeiro decréscimo do efetivo. Em 31 de dezembro de 2018, o efetivo situou-se nos 1031 trabalhadores (as), dos quais 96,1% eram homens e 3,9% eram mulheres.

A evolução do efetivo na última década foi a seguinte:



Ano	Homens	Mulheres
2017	994	42
2018	991	40

Nessa data, 967 colaboradores (as) da EMEF estavam a ela vinculados através de contrato de trabalho sem termo, 49 trabalhadores (as) através de contrato de trabalho a termo, existindo, ainda, 2 trabalhadores (as) com contrato de cedência ocasional e 13 trabalhadores (as) com contrato de comissão de serviço.

Vínculo Laboral

	2017				2018			
	Homens	Mulheres	TOTAL	%	Homens	Mulheres	TOTAL	%
Contrato de trabalho sem termo - colaboradores (as) admitidos (as) diretamente para a EMEF	444	22	466	45,0%	537	23	560	54,3%
Contrato de trabalho sem termo - colaboradores (as) transitados (as) da CP para a EMEF	480	14	494	47,7%	395	12	407	39,5%
Trabalhadores Cedidos/Comissão de Serviço/Cedência de Interesse Público	11	6	17	1,6%	10	5	15	1,5%
Contrato de Trabalho a termo certo	59	0	59	5,7%	49	0	49	4,8%
Total	994	42	1 036	100,0%	991	40	1 031	100,0%

O efetivo em 2018 é inferior ao de 2017 em 5 unidades. Saíram da Empresa 104 trabalhadores(as) dos quais 2 no período experimental e 17 por mútuo acordo.

Motivo das Saídas

	2017			2018		
	Homens	Mulheres	TOTAL	Homens	Mulheres	TOTAL
Denúncia Acordo Comissão Serviço	1	0	1	2	0	2
Denúncia do CT por Iniciativa do Trabalhador	5	0	5	6	0	6
Falecimento	2	0	2	1	1	2
Denúncia do CT no período experimental	0	0	0	2	0	2
Antecipação da Caducidade CT a termo - denúncia a Pedido Trabalhador	2	0	2	2	0	2
Reforma por Invalidez	4	0	4	9	0	9
Reforma por Velhice (normal)	6	0	6	61	1	62
Revogação do CT por Mútuo Acordo	15	1	16	16	1	17
Despedimento por justa causa	0	0	0	2	0	2
Total	35	1	36	101	3	104

A idade média situou-se nos 45,2 anos e a antiguidade média nos 20,6 anos, valores substancialmente inferiores (menos 2 anos em média) aos verificados em 2017. Esta situação deve-se ao elevado número de saídas (104), nomeadamente 71 por reforma, velhice e invalidez, com idades elevadas e, em contrapartida, ao número de trabalhadores admitidos (98), com idades baixas.

Idade Média

	2017			2018		
	Homens	Mulheres	TOTAL	Homens	Mulheres	TOTAL
Colaboradores (as) admitidos (as) diretamente para a EMEF	38,3	43,9	38,5	37,6	44,4	37,8
Colaboradores (as) transitados (as) da CP para a EMEF	56,2	57,9	56,3	56,1	58,1	56,2
Colaboradores (as) Cedidos/Comissão de Serviço/Cedência de Interesse Público	54,2	46,7	51,5	52,9	44,4	50,1
	47,1	48,9	47,2	45,1	48,5	45,2

Antiguidade Média

	2017			2018		
	Homens	Mulheres	TOTAL	Homens	Mulheres	TOTAL
Colaboradores (as) admitidos (as) diretamente para a EMEF	11,9	13,2	11,9	10,9	13,6	11,0
Colaboradores (as) transitados (as) da CP para a EMEF	34,6	34,9	34,7	34,8	34,4	34,8
Colaboradores (as) Cedidos/Comissão de Serviço/Cedência de Interesse Público	18,2	19,3	18,6	24,7	20,2	20,1
	22,9	21,3	22,9	20,5	20,7	20,6

A caracterização do pessoal da EMEF em termos de habilitações literárias, por gênero e por vínculo laboral, é a seguinte:

Habilitações Literárias

	Homens	Mulheres	TOTAL
Ensino Básico	37,7%	0,5%	38,2%
Ensino Secundário	49,3%	0,9%	50,1%
Ensino Superior	9,1%	2,5%	11,6%

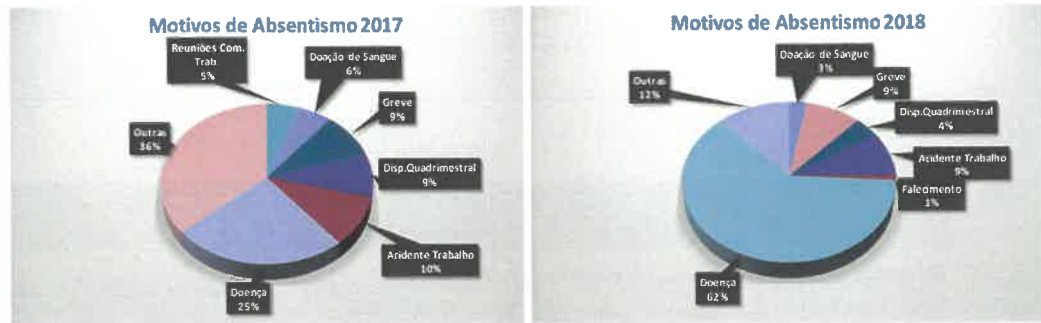
Verificou-se, em 2018 e em termos percentuais uma descida nos grupos "Ensino Básico" e "Ensino Superior" e uma subida no grupo "Ensino Secundário". Estas modificações deveram-se essencialmente admissão de colaboradores (as) com habilitações literárias ao nível do 12º ano e à saída de trabalhadores com habilitações literárias mais baixas.

Habilitações Literárias

	2017			2018		
	Ensino Básico	Ensino Secundário	Ensino Superior	Ensino Básico	Ensino Secundário	Ensino Superior
Colaboradores (as) admitidos (as) diretamente para a EMEF	13,8%	28,8%	8,1%	14,8%	35,9%	8,3%
Colaboradores (as) transitados (as) da CP para a EMEF	29,7%	15,6%	2,3%	23,4%	14,1%	2,0%
Colaboradores (as) Cedidos/Comissão de Serviço/Cedência de Interesse Público	0,0%	0,3%	1,4%	0,0%	0,2%	1,3%
	43,5%	44,7%	11,8%	38,2%	50,1%	11,6%

Absentismo

O absentismo situou-se nos 9,6%, superior ao verificado em 2017 (8,9%). A causa “Doença” subiu significativamente em 2018 tendo-se situado nos 62%. Já relativamente às restantes causas principais de absentismo verificou-se uma descida, com exceção da causa “greves” que não mostrou qualquer variação.



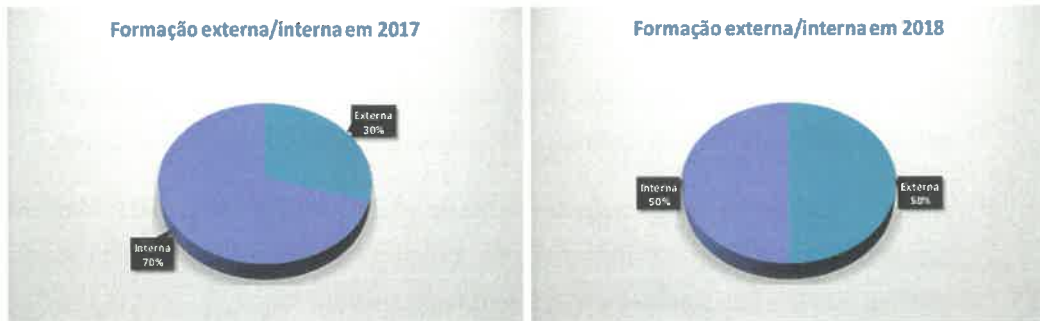
Formação

No âmbito do desenvolvimento de competências profissionais, a EMEF continuou a apostar, em 2018, na concretização de um plano de formação transversal, integrando trabalhadores (as) de vários órgãos da Empresa, tendo para isso recorrido a formação externa.

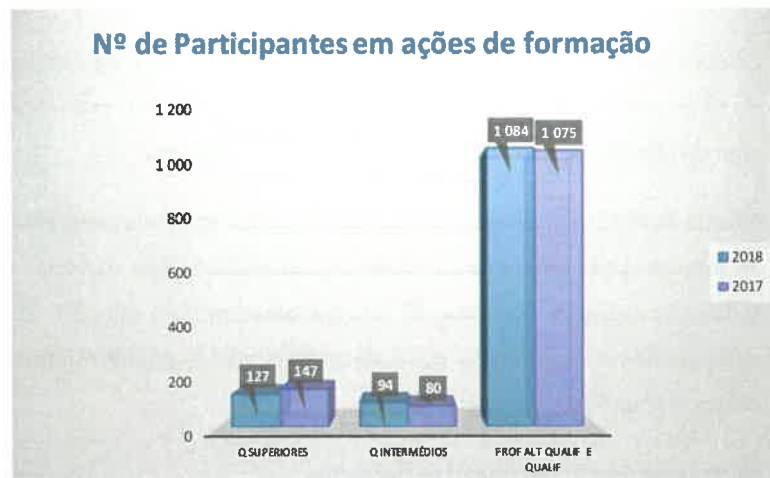
Foi elaborado um Plano de Formação, predominantemente técnico, para cada Órgão da Empresa e um Plano Transversal de formação dirigido a temáticas como gestão e liderança, línguas estrangeiras e tecnologias, visando a melhoria das competências e o aumento da produtividade.

No âmbito do Plano Transversal de formação desenvolveram-se diversas ações, das quais se destacam a inclusão de trabalhadores em Programas Avançados de Gestão, em Programas de Gestão e Liderança e em Supervisão Efetiva para Chefias Intermédias. Foi, ainda, ministrada formação básica em Desenho Técnico, Automatismos Industriais (pneumática), Eletricidade e Eletrónica, Eletrónica de Potência e em Inglês.

As ações de formação interna corresponderam a 50% das horas de formação ministradas e as ações de formação externa a 50%, tendo-se, assim, invertido novamente a tendência do último ano.



Nessas ações de formação participaram, 1.305 trabalhadores(as), distribuídos(as) pelos seguintes níveis de qualificação:



Foram ministradas 12.644 horas de formação, assim distribuídas:



Comunicação Interna

Em 2018 prosseguiu o projeto Nós, EMEF com o propósito de continuar a mobilizar, fomentar o sentido de pertença e criar um clima de confiança no seio dos trabalhadores(as) e da Empresa.

Em 2018, manteve-se a publicação da Revista de informação Interna da EMEF, "Nós EMEF Magazine", com periodicidade quadrimestral através de dois formatos, digital e em papel (destinada aos trabalhadores(as) que não dispõem de computadores nos seus locais de trabalho).

Também com periodicidade quadrimestral, alternando com a Revista, manteve-se a edição e divulgação, nos mesmos formatos da Revista "Nós EMEF Magazine", da Newsletter que pretende divulgar breves notícias e acontecimentos dignos de nota.

Celebraram-se os 25 anos da Empresa, no Dia EMEF, em 30 de janeiro, com uma mensagem do Presidente do Conselho de Administração, um bolo de aniversário em cada local e a respetiva cobertura fotográfica, com divulgação posterior na revista "Nós EMEF Magazine".

A Festa de Natal voltou a reunir, embora de forma repartida geograficamente, os trabalhadores(as) em toda a Empresa. Utilizando videoconferência, foi possível ligar os vários locais e permitir que em simultâneo todos assistissem à homenagem aos trabalhadores(as) que, em 2018, completaram 40 ou 25 anos de antiguidade na Empresa/Grupo, à alocução proferida pelo Presidente do Conselho de Administração e ao desenrolar da Festa nos vários locais.

Sistema de Gestão de Recursos Humanos

A EMEF dispõe de um Sistema de Gestão de Recursos Humanos (SGRH), certificado conforme a Norma Portuguesa 4427:2004.

Em julho de 2018 foi autorizada a contratação de 102 trabalhadores para as áreas operacionais. Até 31 de dezembro foram contratados 89 trabalhadores. As restantes 13 admissões deverão estar concluídas até meados de fevereiro de 2019.

Foram integrados 8 trabalhadores por força do PREVPAP e convertidos 57 contratos de trabalho a termo certo em sem termo.

Manteve-se a aplicação dos Acordos de Empresa e do Procedimento de Apreciação de Técnicos Superiores.

A Política de Recursos Humanos da EMEF assume a Responsabilidade Social como referencial para a gestão de Recursos Humanos e visa cumprir os seguintes objetivos:

1. Promover o bem-estar pessoal e profissional dos colaboradores da Empresa;



2. Promover a atualização permanente das competências escolares, técnicas e profissionais dos seus colaboradores de forma a dar resposta adequada às necessidades presentes e futuras da atividade da empresa;
3. Promover e reforçar a eficácia do Sistema de Gestão de Recursos Humanos através da procura da melhoria contínua dos métodos e técnicas adotadas no respeito pelos Acordos de Empresa e pela legislação em vigor.

No ano de 2018 a EMEF concedeu estágios curriculares a formandos do ensino secundário/profissional, assegurando a componente de formação prática em contexto de trabalho e deu apoio à realização de trabalhos académicos de nível universitário, incluindo estágios curriculares de curta duração. Foram envolvidos 25 alunos.

Foram efetuadas reuniões regulares com a Comissão de Trabalhadores da Empresa.

Foi aplicado um inquérito para a avaliação da satisfação interna dos trabalhadores(as). A participação foi de 29% (291 participantes) e o resultado obtido correspondeu a um nível de satisfação de 55% (amostra significativa, para um nível de confiança de 95% e um erro de 5%, o que torna os resultados representativos da opinião manifestada pelos trabalhadores da Empresa).

No âmbito da conciliação entre a vida profissional e a vida familiar e pessoal dos colaboradores e colaboradoras, são disponibilizados:

- Horários flexíveis sempre que compatíveis com as funções a desempenhar;
- Dispensa de serviço correspondente a um período normal de trabalho por quadrimestre, sem retribuição, ao abrigo do disposto na legislação em vigor sobre “efeitos das faltas justificadas”;
- A possibilidade do gozo, em meios-dias, de 6 (seis) dias úteis de férias.

No âmbito da saúde e apoio social, a EMEF assegura aos seus colaboradores e colaboradoras:

- O pagamento de um subsídio complementar ao subsídio de doença atribuído pela Segurança Social;
- O pagamento integral do vencimento líquido quando afetados (as) por incapacidade total temporária emergente de acidente de trabalho.
- Um seguro de saúde;
- Um seguro de acidentes pessoais;
- Subsídio pré-escolar (para trabalhadores com filhos que frequentem creches, jardins de infância ou amas inscritas na Segurança Social).



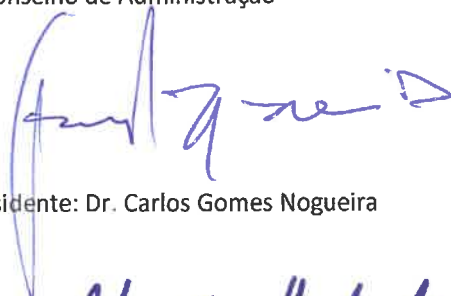
X. Avaliação do Governo societário

Prosseguindo o esforço de reestruturação e consolidação do processo de mudança iniciado há alguns anos e face aos resultados apresentados pelos diversos indicadores e demais informações constantes no presente relatório, é entendimento do Conselho de Administração, que a EMEF deu cumprimento aos princípios de Bom Governo estabelecidos.

Nas vertentes económica, financeira, social e ambiental, os indicadores apresentam-se na generalidade acima do previsto, indicando o cumprimento dos princípios de Bom Governo, tendo sido alcançadas melhorias na sua competitividade e qualidade, com respeito pelos princípios de responsabilidade social, desenvolvimento sustentável e respeito pelos utilizadores do transporte ferroviário e dos clientes.

Lisboa, 21 de março de 2019

O Conselho de Administração



Presidente: Dr. Carlos Gomes Nogueira



Vogal: Eng.º Sérgio Abrantes Machado



Vogal: Dra. Ana Maria dos Santos Malhó

ANEXOS

[Handwritten signature]
A4
AM

Demonstração não Financeira

A. ENQUADRAMENTO

Atento o disposto no Decreto-Lei nº 89/2017, de 28 de julho, que transpõe para a ordem jurídica interna a Diretiva nº 2014/95/EU do Parlamento Europeu e do Conselho, a EMEF inclui no presente relatório, uma demonstração não financeira, na qual são detalhados indicadores-chave de desempenho relevantes no que diz respeito às questões ambientais e no tocante às questões sociais e relativas aos trabalhadores.

Os indicadores-chave de desempenho abaixo discriminados (previstos na alínea e) do nº 2 do artigo 66º-B do CSC) devem ser entendidos como um complemento às informações já habitualmente divulgadas e constantes deste relatório (vide capítulos II, V, VI e IX) previstas nas alíneas a), b), c) e d) do nº 2 do artigo 66º-B do Código das Sociedades Comerciais.

B. INDICADORES-CHAVE DE DESEMPENHO

I. AMBIENTE

• RESÍDUOS – PREVENÇÃO DE IMPACTES

Desde 2010 a EMEF implementou um sistema global de gestão de resíduos, tendo assinado vários contratos com operadores de gestão de resíduos, cumprindo os preceitos legais e garantindo assim o melhor preço para a recolha, disponibilização de meios de acondicionamento e encaminhamento de resíduos.

Iniciou-se novo contrato global de gestão de resíduos em junho de 2018, tendo o mesmo fornecedor (Empresa Renascimento - Operador devidamente licenciado) obtido a melhor avaliação.

A recolha por fluxos e fileiras nas várias Oficinas onde a EMEF labora encontra-se plenamente implementada e a avaliação deste contrato, bem como do anterior nos primeiros 5 meses do ano, continuou a revelar um desempenho positivo no resultado, assim como no serviço.

Foi também reeditado o Procedimento de ambiente (PFA) sobre gestão de resíduos, nomeadamente, para adequação à prática e uso das guias eletrónicas de acompanhamento de resíduos (e-gars).

Para o caso específico dos óleos usados, o seu encaminhamento é feito através do operador licenciado SOGILUB, tendo-se assinado novos protocolos com esta Entidade, cobrindo todas as Oficinas onde a EMEF labora.

Na tabela seguinte, indicam-se os resíduos mais expressivos relativamente à quantidade, que foram encaminhados já através do contrato em vigor, bem como os resíduos de óleos usados, utilizando como fonte os dados inseridos no portal Siliamb.

No atual contrato de gestão de resíduos, foi incluída a limpeza dos separadores de hidrocarbonetos das várias Oficinas, para além de se ter adicionado código LER (Lista Europeia de resíduos) específico, daí o aumento registado naqueles códigos LER (130502 e 130508), face ao ano de 2017.

Código LER	Designação do resíduo	Quantidade produzida (Ton) 2018	Quantidade produzida (Ton) 2017
12 01 01	Aparas e limalhas de metais ferrosos	112,8	167,0
13 02 08*	Óleos usados	60,6	73,8
13 05 02*	Lamas oleosas	52,8	281,8
13 05 08*	Misturas de resíduos provenientes de separadores óleo/água	-	187,0
15 01 10*	Embalagens contaminadas (metálicas, plásticas)	11,8	12,4
15 02 02*	Absorventes contaminados (desperdício, panos, serradura e outros)	25,4	22,2
15 02 03	Filtros de ar / mantas filtrantes / materiais de isolamento	11,6	9,3
16 01 07*	Filtros de óleo	4,9	4,3
16 01 12	Cepos e calços sintéticos e sinterizados (sem amianto)	49,3	41,4
16 01 17	Metais ferrosos	817,0	846,2
16 01 20	Vidro (janelas veículos)	29,3	37,6
16 01 99	Borracha	18,1	21,3
16 02 16	Componentes retirados de equipamento elétrico e eletrónico	4,1	2,4
16 06 01*	Baterias de chumbo	17,4	10,2
16 06 02*	Baterias de níquel cádmio	3,6	0,4
20 01 01	Papel e cartão	11,3	14,0
20 01 37*	Madeira contaminada	35,8	59,5
20 01 38	Madeira não contaminada	30,3	15,1
20 01 99	Resíduos equivalentes a RSUs	65,2	70,4

* Resíduo Perigoso

A taxa de valorização a jusante, após encaminhamento dos resíduos produzidos nos vários locais, é também sinal do referido desempenho positivo associado ao contrato de gestão de resíduos, o que contribui para a sustentabilidade ambiental. A diminuição da taxa de valorização em 2018 está relacionada com a incorporação dos códigos LER relativos à limpeza de separadores de hidrocarbonetos, uma vez que são resíduos cuja parte sólida é encaminhada para aterro. Se retirarmos esses códigos da contabilização da tabela abaixo, obtém-se uma taxa de valorização em 2018, de 92,4%, portanto, em consonância com o ano de 2017.

Valorização de resíduos	2018	2017
Total resíduos	1 939 Ton	1 406 Ton
Resíduos valorizados	1 359 Ton	1 310 Ton
Taxa de valorização	70,1%	93,2%

• ÁGUA

No Complexo do Entroncamento existem dois furos verticais devidamente licenciados (meios de extração c/ 20cv de potência cada um). Em Guifões existem sete furos verticais, três dos quais têm bombas com

potência inferior a 5cv, pelo que não é necessário licenciamento e os restantes requerem meios de extração com 5,5cv de potência instalada, estando todos sob a responsabilidade da IP – Infraestruturas de Portugal.

O consumo de água da EMEF, relativamente aos furos mencionados, foi de 71.786m³ em 2018. Esta monitorização é baseada nas leituras registadas nos contadores, no caso do Entroncamento e em estimativas com base no histórico, no caso de Guifões.

Nos restantes locais onde a EMEF labora, é consumida água da rede pública, sendo o controlo de consumo baseado nas faturas recebidas, exceção realizada em Guifões, que também utiliza água da rede pública, mas cuja monitorização baseou-se em estimativa com assento no histórico. Em 2018 foram consumidos 19.535m³ nas atividades da EMEF.

Na tabela seguinte apresentam-se os dados de água consumida desde o ano 2017, não se registando alterações significativas.

Contabilização de água consumida	2018 (m ³)	2017 (m ³)
Furos	71 786	72 096
Rede pública	19 535	22 220*

* Retirada a contabilização das lavagens da Estação de Serviço da Via Porto

A diminuição no consumo de água da rede pública, deveu-se, entre outras situações, à diminuição do consumo na Oficina do Barreiro, fruto do decréscimo de 13% de trabalhadores.

• ENERGIA

A EMEF utiliza quatro fontes de energia: energia elétrica, gás, gasóleo e quase sem expressão, a gasolina.

A energia elétrica é utilizada nas instalações e nos equipamentos oficiais, enquanto que o gás é utilizado em balneários (para o aquecimento de águas), no aquecimento geral das Oficinas, cantinas e também nos empilhadores.

O gasóleo, contabilizado em gasóleo para a frota, gasóleo rodoviário e gasóleo de aquecimento, é sobretudo utilizado na frota automóvel, em alguns equipamentos oficiais como empilhadores e máquinas de lavagem a quente e ainda em balneários (no aquecimento de águas); já a gasolina é utilizada numa pequena parte da frota automóvel e com pouca expressão, em alguns equipamentos oficiais.

Na tabela seguinte apresentam-se os consumos para as várias fontes de energia:

Energia	2018 (MWh)	2017 (MWh)
Energia elétrica	5 834	5 789
Gás	2 206	2 504
Gasóleo	1 417	1 484
Gasolina	17	18

Equivalências energéticas – Fonte: REN Portgás Distribuição

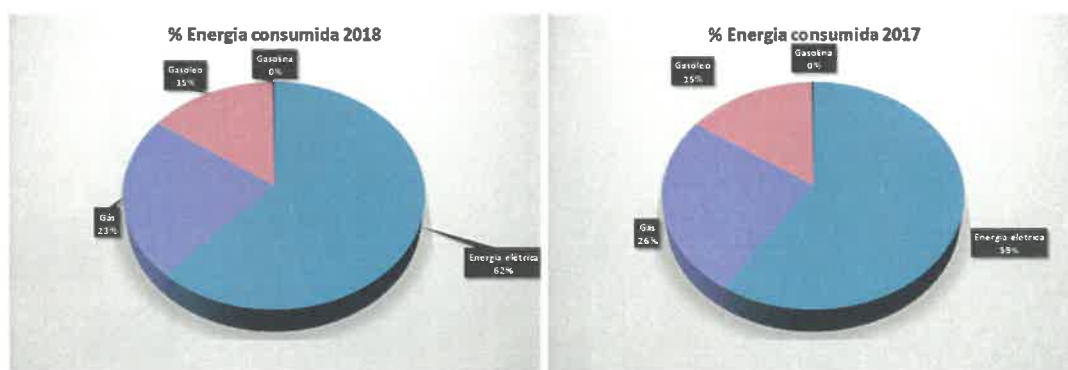
A monitorização dos vários tipos de energia, é realizada através da contabilização das faturas recebidas, bem como em estimativas com base no histórico, nomeadamente no caso de Guifões.

A “energia elétrica” registou um ligeiro aumento em 2018, não sendo este significativo.

O “gás” em 2018 diminuiu o consumo monitorizado, em virtude do menor gasto registado na Oficina de Oeiras, devido à diminuição do consumo de aquecimento da Oficina, bem como da diminuição de consumo da Oficina de Contumil, em virtude de avaria de uma caldeira utilizada para aquecimento de balneários e águas, que, entretanto, foi alterada para aquecimento por resistências elétricas.

O “gasóleo” diminuiu em 2018 em virtude de diminuição de consumo nas Oficinas de Campolide e Barreiro, sendo que nesta última houve diminuição do número de trabalhadores, bem como da diminuição do consumo de gasóleo na frota, devido a um empréstimo de duas viaturas à CP, EPE, durante mais de seis meses, sendo o custo suportado pela Comboios de Portugal. A “gasolina” mantém o seu baixo consumo.

Nos gráficos seguintes apresentam-se os gastos de energia em 2017 e 2018, distribuídos pelos tipos de energia:



Handwritten signature and initials in blue ink.

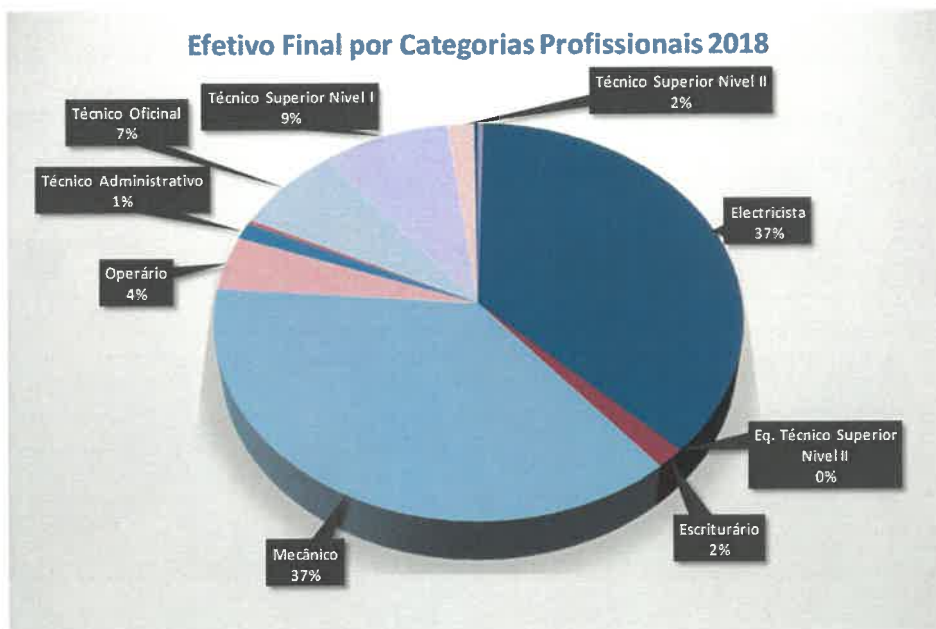
II. RECURSOS HUMANOS

• EMPREGABILIDADE

A EMEF terminou o ano de 2018 com 1.031 trabalhadores a cargo. Neste ano saíram da empresa 104 trabalhadores, maioritariamente por reforma, e deram entrada 98 novos colaboradores. Estes valores são bastante superiores aos verificados em 2017, no qual ocorreram 36 saídas, na sua maioria por mútuo acordo, e 26 entradas de novos colaboradores.

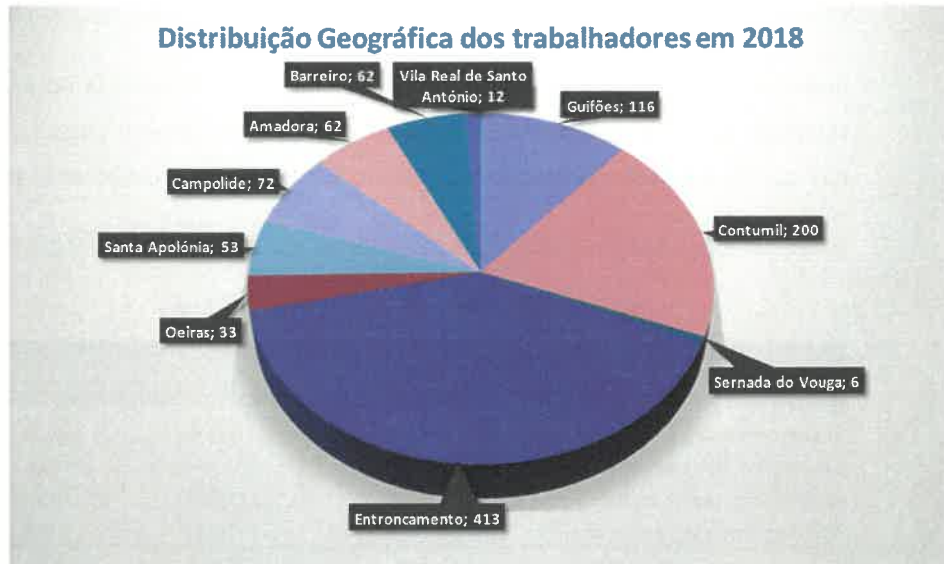
Contrato	2018				2017			
	Homens	Mulheres	TOTAL	%	Homens	Mulheres	TOTAL	%
Contrato de trabalho sem termo - colaboradores (as) admitidos (as) diretamente para a EMEF	537	23	560	54,3%	444	22	466	45,0%
Contrato de trabalho sem termo - colaboradores (as) transitados (as) da CP para a EMEF	395	12	407	39,5%	480	14	494	47,7%
Trabalhadores Cedidos/Comissão de Serviço/Cedência de Interesse Público	10	5	15	1,5%	11	6	17	1,6%
Contrato de Trabalho a termo certo	49	0	49	4,8%	59	0	59	5,7%
Total	991	40	1 031	100,0%	994	42	1 036	100,0%

A distribuição dos trabalhadores por categoria, em 2018, é a seguinte:



Handwritten signature and initials in blue ink.

Geograficamente os trabalhadores encontram-se nas seguintes localizações:



Relativamente ao tipo de emprego, todos os trabalhadores da empresa estão contratados a tempo inteiro e a termo certo:

Tipo de Emprego		2018				2017			
		Homens	Mulheres	TOTAL	%	Homens	Mulheres	TOTAL	%
Efetivo final ao Serviço	Tempo Inteiro	942	40	982	95,2%	935	42	977	94,3%
	Tempo Parcial	0	0	0	0,0%	0	0	0	0,0%
Efetivo por tipo de contrato	Contrato a termo Certo	49	0	49	4,8%	59	0	59	5,7%
	Contrato a termo Incerto	0	0	0	0,0%	0	0	0	0,0%
Total		991	40	1 031	100,0%	994	42	1 036	100,0%

No final de 2018, só 3,9% do efetivo era composto por mulheres, o que constitui um decréscimo face a 2017, no entanto a proporção de chefias de 1º nível é relativamente superior nas mulheres face aos homens (10% vs. 2%).

Cargo	2018					2017				
	Homens	Mulheres	TOTAL	% TOTAL	% Mulheres	Homens	Mulheres	TOTAL	% TOTAL	% Mulheres
C. Administração	0	0	0	0,0%	0,0%	0	0	0	0,0%	0,0%
Chefias 1º Nível	17	4	21	2,0%	0,4%	18	3	21	2,0%	0,3%
Restantes	974	36	1 010	98,0%	3,5%	976	39	1 015	98,0%	3,8%
Total	991	40	1 031	100,0%	3,9%	994	42	1 036	100,0%	4,1%

Handwritten signature and initials in blue ink.

- BENEFÍCIOS DOS COLABORADORES

O plano de benefícios aos trabalhadores inclui um seguro de saúde e subsídios a filhos em idade pré-escolar.

Existe ainda um Complemento do Subsídio de Doença que consiste no pagamento integral do salário referente aos três primeiros dias da baixa por doença e, nos restantes dias, na diferença entre a retribuição da segurança social e o ordenado base líquido que receberia se estivesse ao serviço.

Os custos com estes benefícios dos colaboradores constam do quadro seguinte:

Benefícios	(Em Euros)			
	2018		2017	
	TOTAL	%	TOTAL	%
Seguros especiais (saúde e acidentes pessoais)	327 579	55,2%	319 972	55,7%
Subsídios a filhos em idade pré-escolar	72 804	12,3%	75 011	13,1%
Alimentação - bares e cantinas	118 279	19,9%	121 374	21,1%
Complemento subsídio de doença	75 023	12,6%	57 918	10,1%
Total	593 684	100,0%	574 275	100,0%

O número de trabalhadores que usufruíram, no ano de 2018, de cada um dos benefícios concedidos consta da tabela seguinte:

Benefícios	Tipo de Trabalhador	
	Tempo Integral	Tempo Parcial
Seguro de Saúde	1 031	0
Direito a viajar nos comboios de toda a rede da CP gratuitamente	723	0
Direito aos Ascendentes e Descendentes (até 25 anos) a viajar nos comboios de toda a rede gratuitamente	723	0
Subsídios a filhos em idade pré-escolar	124	0
Complemento do Subsídio de Doença	312	0
Falta justificada por quadrimestre	385	0

- SALÁRIO MÉDIO

	(Em Euros)	
	2018	2017
Salário médio mensal	1 332	1 213

- DADOS DO EFETIVO

Pirâmide Etária

Pirâmide Etária	2018		2017	
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
18-24 anos	49	0	23	0
25-29 anos	57	1	34	1
30-34 anos	79	1	90	1
35-39 anos	159	3	145	2
40-44 anos	146	9	138	10
45-49 anos	136	11	132	12
50-54 anos	91	3	84	3
55-59 anos	114	6	154	4
60-61 anos	92	0	122	4
62-64 anos	63	5	50	5
>=65 anos	5	1	22	0
Total por género	991	40	994	42
Total	1 031		1 036	

As contratações por género foram as seguintes:

Contratações por Género	2018	2017
Homens	97	24
Mulheres	1	2
Total	98	26

Quanto à taxa de rotatividade:

Taxa de Rotatividade	2018	2017
Homens	9,97%	6,66%
Mulheres	4,76%	4,55%

Nota: O método de cálculo utilizado baseou-se no ratio entre o somatório das entradas e saídas verificadas no ano e o efetivo

A antiguidade média é a seguinte:

Antiguidade Média	2018			2017		
	Homens	Mulheres	TOTAL	Homens	Mulheres	TOTAL
Colaboradores (as) admitidos (as) diretamente para a EMEF	10,9	13,6	11,0	11,9	13,2	11,9
Colaboradores (as) transitados (as) da CP para a EMEF	34,8	34,4	34,8	34,6	34,9	34,7
Colaboradores (as) Cedidos/Comissão de Serviço/Cedência de Interesse Público	24,7	20,2	20,1	18,2	19,3	18,6
Total	20,5	20,7	20,6	22,9	21,3	22,9

As saídas em 2018 ocorreram principalmente por reforma:

	2018		2017	
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
Iniciativa do trabalhador	8	0	7	0
Mútuo acordo	16	1	15	1
Despedimento	2	0	0	0
Reforma por invalidez	9	0	4	0
Reforma por idade	61	1	6	0
Falecimento	1	1	2	0
Fim contrato de formação	0	0	0	0
Outros motivos	4	0	1	0
Total por género	101	3	35	1
Total	104		36	

• FORMAÇÃO

Quanto á formação do ano registaram-se os seguintes valores:

	2018	2017
Nº de acções de formação	264	232
Nº de formandos	1 305	1 340
Total de horas de formação	12 644	20 073

A formação teve a seguinte distribuição quanto ao género, aos temas de formação e às categorias profissionais:

Temas de Formação	2018			2017		
	Nº de Formandos		Volume de formação (Horas x formando)	Nº de Formandos		Volume de formação (Horas x formando)
	Homens	Mulheres		Homens	Mulheres	
Desenvolvimento pessoal	29	8	1 180	36	9	993
Línguas e literaturas estrangeiras	21	8	1 025	35	4	1 376
Marketing e publicidade	0	0	0	6	1	98
Psicologia	0	2	4	0	0	0
Contabilidade e fiscalidade	1	11	104	0	12	96
Gestão e administração	5	0	684	6	2	1 195
Enquadramento na organização/empresa	91	5	1 202	406	4	5 160
Direito	0	0	0	50	16	169
Informática	45	0	64	49	5	490
Engenharia e técnicas afins	8	0	380	10	0	500
Metalúrgica e metalomecânica	81	0	2 534	45	1	1 616
Eleticidade e energia	15	0	688	16	0	2 175
Eletrónica e automação	8	0	200	5	0	1 038
Construção, reparação veículos motor	419	0	2 308	425	0	4 194
Saúde	38	1	364	10	0	120
Serviços de transporte	1	0	12	18	0	216
Tecnologia de proteção e ambiente	0	0	0	1	0	52
Proteção de pessoas e bens	13	0	130	20	0	160
Segurança e higiene no trabalho	493	2	1 765	147	1	427
Total	1 268	37	12 644	1 285	55	20 073

Formação por Categorias Profissionais	2018		2017	
	Horas de Presença		Horas de Presença	
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
Analista	0	35	0	0
Desenhador	0	0	45	0
Eletricista	4 326	28	7 533	0
Eq. Técnico Superior Nível II	0	0	7	0
Escrivão	86	84	165	365
Mecânico	3 573	0	7 625	0
Operário	151	0	360	0
Técnico Administrativo	70	35	114	42
Técnico de Segurança e Higiene no Trabalho	103	0	88	0
Técnico Oficial	1 182	0	1 238	0
Técnico Superior Nível I	2 046	492	1 482	462
Técnico Superior Nível II	434	0	550	0
Total	11 970	674	19 205	868

